

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Henrique Arlindo Franzmann Schuster

**AUTOGESTÃO:
UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO
DO TRABALHADOR NAS COOPERATIVAS DE
PRODUÇÃO?**

São Leopoldo - RS

Setembro de 2004

Henrique Arlindo Franzmann Schuster

**AUTOGESTÃO:
UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO
DO TRABALHADOR NAS COOPERATIVAS DE
PRODUÇÃO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Humanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais aplicadas – Área de concentração em Cooperativismo e Associativismo.

Orientador: SJ Dr José Odelso Schneider

São Leopoldo - RS

Setembro de 2004

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

- S395a Schuster, Henrique Arlindo Franzmann
Autogestão : um caminho para a emancipação do trabalhador
nas cooperativas de produção? / por Henrique Arlindo Franzmann
Schuster. – 2004.
217 f. : il. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e
Aplicadas, 2004.
“Orientação: Prof. Dr. José Odelso Schneider, Ciências
Humanas”.
1. Cooperativa - Trabalho. 2. Cooperativa - Produção. 3.
Autogestão. 4. Economia solidária. I.Título.

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

Henrique Arlindo Franzmann Schuster

**AUTOGESTÃO:
UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO
DO TRABALHADOR NAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO?**

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Cooperativismo e Associativismo.

Aprovado em Setembro de 2004.

BANCA EXAMINADORA

José Odelso Schneider - Orientador UNISINOS

Luís Humberto de Mello Villwock – UNISINOS

Mario Riedl - UNISC

Dedico esta dissertação ao meu orientador Professor Dr SJ José Odelso Schneider, por ter realizado esta orientação de forma serena, digna e competente, como tem sido toda a trajetória de sua vida.

A toda a minha família, em especial meus pais, minha esposa e minha filha, pelo convívio e parceria neste momento.

E um grande agradecimento a todos os militantes da autogestão, em especial aos companheiros e companheiras das cooperativas que pesquisamos, pelas suas valiosas experiências de vida e de trabalho, que tanta esperança nos trazem em seus projetos de união e cooperação.

RESUMO:

Temos observado uma retomada do movimento cooperativista, tanto como alternativa ao grande número de desempregados da atualidade, como uma alternativa de resgate do cooperativismo autêntico com uma nova roupagem da Economia Solidária. Se num primeiro momento, os trabalhadores se organizam para garantir um emprego, num segundo momento, eles desenvolvem uma capacidade de reorganizar a sua relação com o trabalho, e esta transformação pode transcender as preocupações de dentro da fábrica. Ou seja, a partir do momento em que os cooperados têm que resolver questões de gestão empresarial não ficam mais no nível simples de responsabilidade administrativa e produtiva. Necessariamente têm de reorganizar suas preocupações cotidianas para um pensamento e um saber estratégico e administrativo-gerencial, que vai mais além do que as suas antigas preocupações de realização de trabalho para outrem. A autogestão os leva a realizar e a pensar a sua própria gestão, da *sua* empresa e de *seu* trabalho. Ainda que esta preocupação não seja uma consciência que esteja se concretizando com todos da mesma forma e no mesmo tempo, observamos com a pesquisa de campo que há já compromissos com a autogestão na maioria dos cooperados, ainda que em graus diferenciados. A continuar esse processo sem grandes rupturas, consolidando esta autogestão, poderão os trabalhadores nela envolvidos chegar a emancipação definitiva? A emancipação do trabalho, controlando e gerindo suas próprias cooperativas talvez já esteja em curso, e a continuidade desta lhe garantirá não só o trabalho mas a construção de uma outra relação com as empresas, com as cooperativas e com a sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE:

Cooperativismo, Autogestão, Economia Solidária.

ABSTRACT:

Lately we have observed a retaking of the cooperative movement, both as an alternative to the present great number of unemployed, as well as an alternative to the liberation of the authentic cooperativism, with a new appearance of Solidary Economy. If, at first moment, the a thought and knowledge, which goes beyond their former preoccupations with carrying out labor for somebody else. Self/management leads them to carry out and think their own management, of *their* enterprise and *their* labor. Although this preoccupation is not an awareness that is becoming concrete by all, the same way and at the same time, at the beginning of this attempt, we have observed, in field researches, there are great indicia of these self/managerial manifestations in the majority of the members of these cooperatives, although in differentiated degrees. The continuing of this process, without great ruptures, formalizing self/management, will lead the laborers involved to an inedited experience of definite emancipation of all members involved. The emancipation of labor, controlling and managing their own cooperatives, is already in course, and its continuity will assure not only labor, but also the construction of a new relationship with other enterprises, with the other cooperatives, and society as a whole. We follow the Marxist thought to justify this practice carried out by cooperatives during this research, and Marx himself leads us to think that, if, in the XIX century, the word was “unite”, now, besides this union, it is important to overcome Capital and to create another way of labor relations, a co/managerial labor.

PALAVRAS-CHAVE:

Cooperativismo, Autogestão, Economia Solidária.

TABELAS

	Página
Tabela 1:	104
Tabela 2:	105
Tabela 3:	107
Tabela 4:	107
Tabela 5:	109
Tabela 6:	109
Tabela 7:	110
Tabela 8:	111
Tabela 9:	112
Tabela 10:	112
Tabela 11:	113
Tabela 12:	114
Tabela 13:	115
Tabela 14:	116
Tabela 15:	117
Tabela 16:	117
Tabela 17:	118
Tabela 18:	118
Tabela 19:	120
Tabela 20:	120
Tabela 21:	122
Tabela 22:	123
Tabela 23:	124
Tabela 24:	125
Tabela 25:	125
Tabela 26:	126
Tabela 27:	126
Tabela 28:	127
Tabela 29:	127
Tabela 30:	128
Tabela 31:	128
Tabela 32:	129
Tabela 33:	129

SUMÁRIO

CAPA	1
FOLHA DE ROSTO	2
FOLHA DE APROVAÇÃO	3
DEDICATÓRIA	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE TABELAS	7
SUMÁRIO	8
1 Introdução	10
2 A busca por trabalho e pelo seu domínio	16
2.1 A importância do novo movimento sindicalista	25
2.2 O surgimento da Economia Popular Solidária e sua definição	29
2.3 O problema da degeneração	36
3 Encontrar a emancipação pela Autogestão	41
4 As teorias que nos orientam	42
4.1 Das Teorias às ações práticas da Autogestão	52
4.2 Perdas e Danos na Autogestão	70
4.2.1 O cooperativismo gaúcho e a hegemonia conservadora	79
4.3 O que não é Autogestão	84
4.4 A Reconstrução da Autogestão	91
4.4.1 Alguns princípios originais e a sua importância nessa reconstrução	94
5 A Metodologia Necessária	100

	10
5.1 Definição do Objeto	101
5.2 Coleta de Dados	101
5.3 Instrumentos metodológicos	101
5.4 Os sujeitos da Pesquisa	102
5.5 O Trabalho de Campo	102
6 Quem são os Cooperados	103
6.1 O perfil dos Cooperados (Questionário Objetivo)	103
6.1.1 Da vida civil dos cooperados	103
6.1.2 Os Cooperados e suas relações com as Cooperativas	111
6.1.3 As relações dos Cooperados com a Sociedade Civil	125
6.2 O perfil dos Cooperados (Questionário Subjetivo)	130
7 Como são as Cooperativas	142
8 Conclusão	156
9 Anexos	164
9.1 Questionário1	164
9.2 Questionário 2	165
9.3 Respostas e Demonstrações gráficas do Questionário 1	167
9.4 Respostas das Cooperativas a partir do Questionário 2	199
9.4.1 – Da Cooperei	199
9.4.2 – Da Geralcoop	200
9.5 Prospectos das Cooperativas	201
BIBLIOGRAFIA	213

1 INTRODUÇÃO

os desesperados serão esperados e os perdidos serão encontrados, porque eles são os que se desesperam de tanto esperar e os que se perderam de tanto procurar;

seremos compatriotas e contemporâneos de todos os que tenham aspiração de justiça e aspiração de beleza, tenham nascido onde tenham nascido e tenham vivido quando tenham vivido, sem que importem nem um pouco as fronteiras do mapa ou do tempo;

a perfeição continuará sendo um aborrecido privilégio dos deuses; mas neste mundo confuso e fastidioso, cada noite será vivida como se fosse a última e cada dia como se fosse o primeiro.

Eduardo Galeano (2001)

Queremos ter como ponto de partida fazer um “convite ao vôo” assim como o fez Eduardo Galeano na abertura do Fórum Social Mundial de 2001 em Porto Alegre. E mais, disse ele, “Que tal começarmos a exercer o jamais proclamado direito de sonhar? Vamos fixar o olhar num ponto além da infâmia para adivinhar outro mundo possível!”

Estamos retomando com esta dissertação um tema que sempre está presente quando debatemos a importância da manutenção dos princípios cooperativistas que norteiam este movimento ao longo de sua história.

Hoje em dia esta temática tem sido incentivada pela inclusão de novos paradigmas da economia social, que aqui na América Latina e em especial no Brasil, tem como nome Economia Solidária. Outros ainda a chamam de Economia Popular Solidária, para dar mais ênfase ao aspecto de pertencer à classe trabalhadora e não à empresarial.

É a partir desta relevância, pertencer à classe do trabalho e não a do capital, proprietária do trabalho, que se iniciam as diferenciações que promovem este debate.

O cooperativismo, que por norma legal, por doutrina e por princípios fundantes, não se caracteriza por fomentar empresas de capital, nem geradoras do lucro obtido pela exploração da mão-de-obra, tem uma longa história de formação social e de experiências empreendedoras. O cooperativismo, vem sendo construído e fortalecido através dos empreendimentos cooperativos e também de outros empreendimentos associativos. No nosso entender há um ponto de convergência entre estes empreendimentos, que é a sua autogestão. Há uma forte motivação autogestionária nestes empreendimentos cooperativos que fazem parte da Economia Popular Solidária, e queremos poder localizar esta autogestão e o que exatamente significa esta autogestão para as suas vidas empreendedoras. E para os cooperados, o significado que tem essa tomada de decisão em se tornar um empreendedor autogestionário.

Além de se decidir por ser, quer realizar na prática a Autogestão, no seu dia-dia, o que pode possibilitar levar estas cooperativas, de meras geradoras de emprego, a empreendimentos que realmente possam construir a Autogestão, com todas as suas implicações libertárias e transformadoras que possam ter. Mas esta capacidade não significa que estejam todas neste caminho. Há uma grande diferença entre querer ser algo e o que ainda é na realidade.

A primeira intenção que levam os Homens para a união é a necessidade. O próprio trabalho surge para satisfazer essas necessidades. Mas com o passar do tempo, e com a

transformação do mundo do trabalho, de necessidade o trabalho passou a ser de trocas, de mercadorias, e de trabalho para as necessidades, a necessidade passou a ser ter o próprio trabalho, cada vez mais difícil. Pois essa dificuldade tornou-se tragédia cotidiana para milhões de trabalhadores no mundo moderno. O que estamos abordando nesta dissertação, é a tentativa destes milhões de saírem do estado de tragédia para o resgate de suas vidas perdidas. Perderam não só o local de trabalho mas também a possibilidade de encontrar algum trabalho com controle de suas forças produtivas.

Com o cooperativismo autogestionário, encontraram esta possibilidade de retomar este tipo de trabalho novamente, de resgatar este controle e de retomar não só o trabalho para as necessidades mas a necessidade de controlarem o trabalho que realizam. Trabalhar e saber que trabalho se está realizando, e para quem vai o resultado deste trabalho, é uma posse gestonária que muitos nunca haviam experimentado. É uma possibilidade que está sendo vivida e que já adquiriram conscientemente a sua dimensão, mas alguns dos envolvidos, ainda não conseguiram saber medir. Por isso dissemos possibilidade, possibilidade de chegar à autogestão e em toda a sua plenitude transformadora.

Para isso, temos que primeiro conceituar o que é e o que não é Autogestão, e o que nos leva à Autogestão. Veremos que muitas tentativas de Autogestão pouco duraram, mas que deixaram positivamente marcas profundas e vão assim influenciar outras tentativas, melhores ou não tão bem sucedidas. Temos também experiências que foram desviadas dos princípios originais e perderam sua autenticidade, e quem tentou ajudar, parece ter ficado mais forte do que o ajudado. É o caso do cooperativismo que perdeu a autonomia com relação ao Estado.

Aqui no Brasil, esta autonomia também foi perdida mas por outro motivo, com o objetivo de delimitar sua atuação, em vez de incentivá-la como uma alternativa autogestionária. Com a Constituição de 1988, mais apoio recebeu, mais autonomia

constitucional ganhou, mas ainda persistiu a lei de regulamentação anterior com quase toda a sua tutela.

Mas o cooperativismo insiste e persiste, apesar de todas as tentativas de realizarem um atrelamento perverso e burocratizante, que mais entrava do que incentiva ou fomenta, que mais iguala as empresas de capital do que as diferencia, que mais contribui para a degeneração do que para a sua libertação. Mesmo assim, o cooperativismo tem sobrevivido e crescido, impulsionado pelo desemprego, ele tem se tornado uma esperança em meio a até então única alternativa de trabalho assalariado.

Temos encontrado nas cooperativas autênticas, uma autogestão que pode levar à efetiva libertação desta mão-de-obra que se cansou de trabalhar e nada ter, perdeu tudo, perdeu até sua alma, e com essa perda, Marx lutou boa parte de sua vida, pensando em como resgatá-la.

Queremos ver com esta breve pesquisa de campo, como podemos enxergar esta possibilidade, e para isso nomeamos e visitamos duas cooperativas de produção. Uma situada no município de origem, São Leopoldo. Esta cooperativa surgiu de uma massa falida, de uma indústria de material de alumínio, que deixou seus trabalhadores na rua num determinado dia, sem aviso nem prévia consulta. Os trabalhadores simplesmente tiveram de arregaçar as mangas e resgatar o que haviam perdido através do que ainda existia dentro do chão da fábrica, ou seja algumas máquinas e o próprio chão. Pisando firme nos novos conceitos que estavam bem à sua frente, estão tentando, ao pôr em prática a produção e a empresa como um todo, encontrar o controle de seu destino. No caso desta cooperativa de São Leopoldo, estamos falando da COOPEREI, é uma pequena cooperativa em número de associados, mas com uma enorme responsabilidade de continuar tocando uma marca quase centenária na fabricação de painéis de alumínio e outras utilidades domésticas.

A outra cooperativa, com um número de cooperados maior, mas não menos defensora da Autogestão, tenta superar suas dificuldades com empréstimos mais volumosos, que podem vir a qualquer momento de Bancos estatais com fundos para esses fins. Estamos falando da GERALCOOP, uma cooperativa que surgiu da massa falida de uma fábrica de fogões, no município de Guaíba, também na região metropolitana de Porto Alegre.

Estas duas cooperativas nasceram porque convergiram alguns fatores vitais para o surgimento de uma cooperativa, tais como; a) o desemprego gerado pela falência da fábrica, b) a vontade política de algumas de suas lideranças em criar uma cooperativa, c) o aceite dos cooperados a esta idéia ante a situação de desempregados. Criada a cooperativa, o que pretendemos concluir é da possibilidade de as cooperativas, que se formam com características semelhantes, tornarem-se empreendimentos Autogestionários no mais amplo sentido que daremos a este conceito. E a pergunta que ficou no ar para tentarmos responder foi: Está sendo possível a estas cooperativas construir a Autogestão? Se a resposta for positiva, não somente estão mantendo parte dos seus postos de trabalho da antiga fábrica, como também podem estar resgatando o controle da sua própria mão-de-obra, o controle das decisões gestórias e o controle das suas vidas para além dos muros da cooperativa, o controle do sistema sócio metabólico do Capital.

Entendemos que o pré-requisito para a Autogestão, é antes de tudo, a possibilidade real dela poder se realizar. Quando falamos no início desta Introdução, que o convite que fazemos é o de se ter um direito a sonhar, na verdade estamos falando naquilo que de concreto existe nas nossas utopias; qual seja, a realização passo a passo, de concretizações de ações planejadas, pensadas e teorizadas. A possibilidade de querer controlar um empreendimento, só se torna uma cooperativa autogestionária, se ela for desejada e posteriormente experimentada.

Tentaremos ao longo desta dissertação, descrever um pouco do que já foi pensado neste sentido e o que vem sendo realizado pelas cooperativas que visitamos.

Acreditamos que existe ligação e relação entre o pensamento histórico acumulado e as ações em movimento da sociedade. E quando estes movimentos se realizam por dentro da estrutura econômica, e principalmente no centro desta, no núcleo do processo produtivo, as possibilidades de alteração da ordem estrutural é muito grande. Se pudermos realizar investigações e observações nas células deste núcleo, que são as formações empreendedoras desta economia, mais próxima da formação estrutural da macroeconomia estaremos.

2 A BUSCA POR TRABALHO E PELO SEU DOMÍNIO

Uma palavra de grande significado permanece cotidianamente nas mentes de todos, para muitos como um tormento inatingível, para outros uma rotina natural, quase impercebível a sua não existência; falamos do **trabalho**. Para os que sempre conseguiram realiza-lo, talvez nem se imaginam na hipótese de sua ausência, mas para os que lutam diariamente para manter o trabalho que têm, ou lutam para obter alguma forma de trabalho, esta passa a ser uma busca incessante, constante. Quando a empregabilidade cai e as empresas de capital não atendem a demanda de desempregados, a questão trabalho, sua presença ou sua ausência, passa a ser fator ainda mais relevante e primordial. Mas ao abordar a alternativa de trabalho em cooperação, através das cooperativas de trabalho da Economia Solidária, estamos falando daqueles que estão construindo com suas próprias mãos, a gestão de seu trabalho, a Autogestão dos seus meios de produção.

Mas qual é o trabalho, na forma predominante, hegemonicamente realizada hoje em dia, sob o domínio e hegemonia do modo de produção capitalista? Vamos recorrer ao seu principal crítico contemporâneo para iniciar essa reflexão; “O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, qualquer que

sejam as formas de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.” (Marx, 1980, p.50) Mais adiante, ao escrever sobre o processo de trabalho, Marx detalha e aprofunda esta relação que o Homem tem com a natureza, descrevendo que é o

“processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (Marx, 1980 p.202)

Todo este esforço em mudar a natureza e o meio que se vive, tem por finalidade criar objetos que satisfaçam os nossos próprios desejos. Por isso criamos, com o trabalho, objetos de uso, e que pela sua utilidade ganham valor. Surgem assim as mercadorias, fruto de nosso próprio trabalho.

Com o passar do tempo, este trabalho, que antes era realizado de uma forma ainda instintiva, passou por vários processos evolutivos, até se chegar à venda do próprio trabalho, transformando-o ele mesmo em mercadoria. Esta nova mercadoria, o trabalho, possibilitou o acúmulo de novas riquezas para quem compra e comercializa esta mercadoria. A este acúmulo de riqueza designa-se Capital. É uma maneira de se *trabalhar* a natureza denominada de *modo de produção capitalista*. Tanto esta mercadoria como as outras mercadorias, expostas ao mercado, têm seu valor-de-uso e seu valor-de-troca. Muitas vezes o mercado não tem esta mercadoria, e neste caso da mão-de-obra, há necessidade de se possuir o “exército de reserva”, para os momentos de alta procura. A alta procura diminui a oferta, menos oferta, maior é o preço desta mercadoria trabalho. Quando é maior o custo desta mercadoria trabalho, menor é a acumulação de capital. O inverso também é verdadeiro. De

forma muito simplificada é este o ciclo de acumulação capitalista, caracterizando e influenciando a *estrutura* de seu processo.

Tanto *estruturalmente* como *conjunturalmente*, temos em sucessivos momentos criados pelo próprio capitalismo, de falta de oportunidades de trabalho, seja porque nem todos podem trabalhar ao mesmo tempo, seja porque nem todos sabem trabalhar da mesma forma. Quando as duas possibilidades, que são inevitáveis, ocorrem juntas e num mesmo local, formam-se bolsões de desemprego, uma sensação de que não há mais forma de trabalho para ser realizado na natureza.

A Revolução Industrial do século XVIII, tem seus desdobramentos atuais na Revolução Tecnológica. A mudança estrutural que a Revolução Industrial provocou ao mundo do trabalho, tem proporcionado inúmeras transformações conjunturais até os dias atuais, na forma de inúmeras modificações tecnológicas, sem as quais o capitalismo não poderia sobreviver. Estas alterações têm um receituário moderno que se resume nas palavras; “privatização”, “financeirização”, “desregulamentação”, “flexibilização”, etc. Ao mesmo tempo em que mantemos as linhas produtivas em constante modernização, gerando novas formas de trabalho, exigindo novas qualificações, mantém-se também o exército de reserva de desempregados. Com toda a modernização, o baixo salário continua, assim como a sua precariedade e a obtenção da *mais-valia* necessária a capitalização das unidades empresariais, principalmente o privado, pessoal e monopolista.

Tal modelo de organização fabril segue agora esquemas das empresas industriais de meados do século passado, quando o mundo do trabalho entra em uma nova e definitiva fase econômica com uma forte influência de um novo maquinário técnico-científico que vai “reestruturar a organização sócio-técnica do trabalho.” (Antunes, 2004 p. 7 IHU)

Cada vez mais a economia mundial intensifica a globalização¹, tornando-a mais abrangente, rápida e complexa. Isto tudo veio alterar profundamente a forma como o trabalho é realizado dentro das unidades produtivas, principalmente nas empresas de produção industrial do meio urbano.

O início desta mudança moderna tem suas origens na introdução do modelo fordista de produção industrial, que já vinha provocando profundas mudanças não só na indústria como na sociedade em geral. Para Antunes, até os anos 80 e 90, apesar de todos os avanços obtidos nos meios de produção em massa, nenhum modelo de organização sócio-técnica foi tão abrangente e profundo desde o início da Revolução Industrial, para atingir até “as almas dos operários”, como o fordismo o foi.

“...entendemos o fordismo *fundamentalmente* como forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidam-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre a *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.” (Antunes, 2002 p.25)

Este modelo vinha mantendo o crescimento da economia capitalista, crescimento este, segundo Antunes (2002), apoiado “na exploração do trabalho vivo no universo da produção”, com uma “intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional”.

Após a Segunda Guerra Mundial, novos centros econômicos vão emergir e tornam-se potências econômicas. O Japão é o caso mais clássico de economia emergente no pós-guerra, com uma cultura oriental milenar, portanto com uma história diferenciada do mundo

¹ Para Giovanni Alves, “consideramos a globalização um processo sócio-histórico caracterizado por três dimensões totalizantes e contraditórias – primeiro, a *globalização como ideologia* (a sua dimensão contingente e midiática); segundo, a *globalização como mundialização do capital* (o seu nexos essencial e que confere sentido

ocidental. Não é surpresa, que com pesados incentivos econômicos, este pequeno país com uma população nova e populosa, obtendo meios para o consumo em massa, mesclando modelos americanos e europeus de produção, obtivesse sua própria escola de produção.

Também a partir da linha de produção automotiva, a empresa Toyota japonesa inaugurou um processo produtivo em série que hoje se espalhou por quase todo o mundo. O “toyotismo”, ou modelo japonês, é a revolução técnica que tem causado maior impacto nesta acumulação flexível. Antunes (2002), cita *Coriat*, para definir as quatro fases pelas quais passou o toyotismo:

1. O toyotismo começou aproveitando uma experiência do ramo têxtil, em que o operário operava em mais de uma máquina.
2. A necessidade de resposta à crise, aumentando a produção sem aumentar o número de empregados. Novas máquinas e/ou novos procedimentos foram criados para que menos operários possam realizar o mesmo ou mais trabalho.
3. As importações de técnicas de gestão dos supermercados americanos, originaram o *kanban*. Ou seja, somente deixar na prateleira (estoque no caso automotivo) o que for consumido.
4. A expansão do *kanban* para as empresas subcontratadas e fornecedores. Com isso, outras empresas podem entrar na cadeia produtiva, já entregando partes, peças prontas para serem montadas na unidade central, realizando as mesmas práticas do toyotismo, ou seja, só produzir o que for vendido para a unidade central.

Cada vez mais o que importa valorizar é o consumidor, pois é o ritmo do consumo que irá impor o ritmo na produção. É a produção pela demanda, variada e diversificada, que atende ao consumo, e sua reposição somente é realizada após a venda. Com isso, o estoque é

mínimo, *just in Time* é o tempo necessário, limite, nem mais um segundo de tempo pode ser gasto desnecessariamente na produção se não houver uma venda certa a ser realizada. Nunca a expressão “tempo é dinheiro” foi tão empregada como nestes tempos de toyotismo. Por isso, não podemos “perder” tempo, e todo o trabalho que não gera capital, é tempo perdido. Com isso a sociedade também vai mudando. Os seus hábitos e seus costumes, vão sendo alterados para se adaptar aos “novos tempos” e a distância entre um “pêndulo e outro” no relógio da vida, vai ficando cada vez mais curto e menos humano o relacionamento entre as pessoas. Ficam as mercadorias e vão-se os sentimentos.

Outro fator de alteração é a crescente *desespecialização* e a *polivalência* dos operários profissionais e qualificados, que se transformam agora em *trabalhadores multifuncionais*.

Há uma valorização do trabalho em equipes, e para isso, precisa-se flexibilizar a organização do trabalho. Há a necessidade de que se termine com o corporativismo que as grandes unidades produtivas fordista construíram. Com isso, a pauta da reforma sindical é construída para que o debate da relação Capital x Trabalho não se dê perante as categorias de produção, mas sim ante as pequenas unidades produtivas, e estas subdivididas em grupos de trabalho. Ou seja, o Capital precisa “dividir” o Trabalho para melhor controlar e explorar.

Surge com estas mudanças uma *horizontalização* na produção, realizada com as subcontratadas e as “terceiras”. Isso acarreta uma expansão no método. A “terceirização” da mão-de-obra é uma das mais freqüentes formas de flexibilização no trabalho.

“Desse modo, escreve Antunes, *kanban, just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre outros tantos elementos, propagam-se intensamente”*.(Idem, p.35)

Para o autor de *Adeus ao Trabalho?*, o ingresso do toyotismo na “velha” Europa, tenderá a enfraquecer ainda mais o que restou do *welfare state*, uma vez que o toyotismo japonês está muito mais próximo do neoliberalismo do que da social-democracia. Então, antes de ocorrer a social-democratização do toyotismo, “teríamos uma toyotização do processo descaracterizador e desorganizador das social-democracias.”(Idem, p. 40) A defesa do toyotismo como uma saída para a crise do capitalismo, é criticada por ele, pois o toyotismo não seria um *novo modo de organização societária*, livre das mazelas do anterior e nem pode ser concebido como um avanço capitalista, em relação ao fordismo e taylorismo. (Idem, p. 41) Mantém o estranhamento ao trabalho, tanto quanto antes. Mantém a *desidentidade* entre o *indivíduo* e o *gênero humano*.

Observa Antunes, que Gramsci fez indicações significativas quanto à concepção *integral* do fordismo, do “novo tipo humano”. O toyotismo aprofundou esta concepção totalizante. “O *estranhamento* próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve *pensar e agir* para o capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do fosso existente entre a *elaboração* e a *execução* no processo de trabalho.” (Idem, p. 43) Fica preservado assim o fetichismo.

Assim como o toyotismo não conseguiu frear a desindustrialização mundial a partir da década de 70, o desemprego acumulou adeptos com a **crise** do *welfare state*, fazendo desaparecer junto os Estados nacional-desenvolvimentistas do Terceiro Mundo, na América Latina e como não poderia deixar de ser, no Brasil.

Com o surgimento do Estado de Bem Estar Social, ou *welfare state*, nos países industrializados do pós Segunda Guerra Mundial, através de um acordo entre as políticas públicas de apoio às justiça sociais e à economia desenvolvimentista keynesiana, o Estado amenizava as tensões sociais e a economia estimulava o crescimento econômico. Este modelo

que provocava um verdadeiro “círculo virtuoso” (Draibe, 1988), é exportado para os países periféricos ao centro desenvolvido do mundo ocidental, com alterações que obedeciam a necessidades locais. Em muitos países latino-americanos, a fórmula foi adotada, em boa parte, pelos regimes militares de então, desacompanhado de liberdades democráticas

No final dos anos setenta e início dos anos oitenta, há uma crise mundial neste modelo. O Estado não consegue mais servir aos anseios que proporcionavam bem estar e, a economia passa por um processo de neoliberalização superando o keynesianismo e alterando sua agenda de prioridades. Junto se presenciou mais uma revolução tecnológica e uma aceleração na globalização da economia capitalista. Esta crise se faz presente tanto nos países desenvolvidos, como nos em desenvolvimento e também nos não-desenvolvidos. Com isso inúmeras conseqüências podem ser observadas; “aceleração inflacionária, desorganização do sistema financeiro internacional, elevadas taxas de desemprego, [...] geram alterações tecnológicas e redefinições dos papéis e ações das instituições sociais e políticas.” (Draibe, p. 55)

De um lado, o Estado que deixou de ocupar o espaço que lhe cabia na intermediação dos conflitos sociais que se presencia na sociedade capitalista, de outro uma sociedade que é prenhe de antinomias e contradições em seu ventre, e no meio um trabalho, realizador por um sujeito que opera alienando a sua própria força. Diante desta minimização e agora quase ausência de Estado, é que se vê surgir novos movimentos sociais e ressurgir antigos, mas destes, todos os que realmente tenham possibilidades de levar a classe trabalhadora ao “reino da liberdade”. As experiências emancipacionistas da história, têm permitido garantir a continuidade de ideais e princípios, que remontam aos precursores da cooperação cooperativa.

Para concluir esta análise da atual crise da sociedade do trabalho contemporânea, vamos reproduzir aqui parte da entrevista que Ricardo Antunes concedeu à Revista IHU, que sinteticamente, realiza a nossa reflexão sobre a questão da crise do mundo do trabalho:

“IHU On-Line- Nesse contexto, para onde caminha o trabalho?”.

Ricardo Antunes- Estamos no século XXI, a primeira pergunta é que sociedade nós queremos? Queremos uma sociedade submissa, voltada para a acumulação de lucros do sistema financeiro, independente da humanidade ou nós queremos uma sociedade a serviço da humanidade. Essa é a primeira questão. E isso torna profundamente atual a questão do socialismo. Diferentemente do que ocorreu no século XX quando o socialismo foi derrotado, mas, com Fórum Social Mundial de Porto Alegre e da Índia, com o Zapatismo, o MST, as greves que ocorrem em certas partes do mundo, o movimento social na Bolívia, meses atrás, todos esses movimentos mostram que o descontentamento é enorme, e isso coloca uma questão central: o trabalho que estrutura o capital, desestrutura a humanidade: precarização, globalização, desemprego, sub-remuneração, exploração do trabalho, etc. Em contrapartida, o trabalho que estrutura a humanidade desestrutura o capital. O desafio do século XXI é resgatar o sentido do trabalho para que se reconquiste o sentido de dignidade humana e estructure a humanidade. Para isso nós temos que desestruturar o sistema de mercado, de capital. Os apologistas da ordem vão dizer que isso é utópico, ou que não é novo. Nós respondemos que isso é o novo, o velho é reciclar o neoliberalismo e achar, como Fukuyama, que ele é inevitável. Entramos no século XXI com os EUA impondo para o mundo uma política agressiva, destrutiva e terrorista. Vamos aceitá-la? É inevitável? É a mesma lógica que destrói a natureza e o ambiente. Nunca nós vivemos no mundo com tanta destruição ambiental. Poluição da água, do ar, é uma destrutividade em escala mundial. A lógica dos manuais empresariais diz que para que uma empresa seja racional precisa enxugar a força de trabalho, flexibilizá-la, precarizá-la e desempregar, quanto menos trabalhadores ela tiver e mais produtiva ela for, melhor é. Se cada empresa, no plano micro, expulsa força de trabalho e avança na racionalização de trabalho, se todas fizerem assim, a racionalidade no plano micro tem como resultado uma brutal irracionalidade global. Vamos aceitar isso como inevitável?” (IHU, nº 98, p.7-8)

Ao mesmo tempo em que se observa e se identificam todas essas crises, nessa sociedade do trabalho, realizamos outro questionamento que pode ser feito neste momento; que tipo de reações se tem encontrado e que vem sendo realizadas ao longo deste mesmo período de crise? Das reações a esta crise, começam a se esboçar as alternativas de um outro trabalho, diferente do trabalho heterogerido e alienado, a uma outra forma produtiva das nossas necessidades que podem ser realizadas.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO NOVO MOVIMENTO SINDICALISTA

Das mobilizações populares contra o “caminho único” do *Estado Mínimo*², impulsionado pelo novo-sindicalismo brasileiro, pelos movimentos populares, de bairro, sem-terra e eclesiais de base, surgem grandes contestações ao neoliberalismo. De todos estes movimentos de reações à crise do mundo do trabalho, destacamos o “novo sindicalismo” como um movimento tipicamente brasileiro, e que influenciou decisivamente na formação crítica dos seus militantes e que vão se empenhar na construção das novas formas de trabalho cooperativo.

O “novo sindicalismo” foi o grande propulsor no final da década de 70, e se estendeu por quase toda a década de 80, das grandes manifestações populares que aconteceram no Brasil. Foram movimentos massivos, e que impulsionados por uma mobilização social de caráter nacional, lutava contra a política econômica e contra a estrutura sindical oficial³. Esta por sua vez, é conservadora e dificultava a organização e contestação dos trabalhadores sindicalizados, que adotavam como plataforma de luta as seguintes bandeiras; “fim do arrocho salarial e da política salarial da ditadura, melhores condições de vida e trabalho, liberdade e autonomia sindical e contra a ditadura militar e as reformas do governo” (ENTOES, 1980 p. 16-17) Esta era a síntese do novo sindicalismo. Um movimento que pela suas características formava novas lideranças, algumas ganhando destaque nacional, que lutavam contra os antigos dirigentes tradicionais, os chamados “pelegos”, seguindo o dito popular da época.

Este movimento, o novo sindicalismo, originou uma transformação nas entidades sindicais. Não só buscavam no sindicalismo os resultados econômicos, mas empenhavam-se em colocar outras responsabilidades à classe trabalhadora, como a solidariedade e a busca de novas relações de poder político. Desejando ir além do “fim do arrocho salarial”, lutavam

² Menor presença do Estado na sociedade, com o aumento da terceirização ou privatizações das funções básicas do Estado.

também por “melhores condições de vida” e pelo fim da “ditadura militar”. Este perfil ideológico do movimento, dava também um perfil de movimento com ideologia e preocupações mais universais, mais gerais, que extrapolavam as paredes da fábrica. Um caderno de Teses⁴ (ENTOES, 1980), que colocava contribuições a um determinado encontro realizado em 1980, expunha com bastante ênfase a preocupação com a realidade política nacional e internacional. Isto mostra a preocupação com a dimensão global do novo sindicalismo, e não uma luta meramente economicista.

“Lutamos dentro do movimento sindical e na prática do dia-dia para colocar em prática o sindicalismo combativo e para enfraquecer o sindicalismo pelego. [...] Lutamos, então, nas fábricas, nas empresas, nos sindicatos, nos encontros de categoria e de lideranças, para unir o movimento sindical em torno do sindicalismo combativo, democrático e massivo. Esse sindicalismo vem sendo liderado e representado pelos sindicalistas autênticos e combativos e por todos os setores de oposição às diretorias pelegas e à estrutura sindical que estejam comprometidos com um amplo trabalho de massas, com a luta para conquistar a direção dos sindicatos e para coloca-los a serviço da mobilização, organização e interesses dos trabalhadores.” (Idem, p. 9)

Com este espírito de luta, surge em Agosto 1983, a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Ela passou a representar um momento importante na história do movimento sindical brasileiro. Todas aquelas lutas que já vinham sendo realizadas foram apoiadas e organizadas nacionalmente por esta central, que sintetizava o novo sindicalismo.

A medida em que mais sindicatos foram aderindo aos princípios e compromissos⁵ da CUT, mais se difundem estes princípios e compromissos no meio de operários sindicalizados. A CUT tornou-se a Central com maior números de associados sindicalizados no Brasil, “espraiando” estes princípios de forma até bastante intensa nas regiões metropolitanas, e

³ A estrutura sindical brasileira, que ainda se mantém, é oriunda da década de 30, no Governo Vargas, e que por sua vez foi “importada” do governo fascista italiano, e baseada na *Carta Del Lavoro*.

⁴ Este caderno, “Teses para um sindicalismo combativo, democrático e de massas – Contribuição ao 1º Encontro de Trabalhadores em oposição à estrutura sindical (ENTOES)”, de 1980, provavelmente foi redigido por uma corrente interna dentro do movimento, não identificado qual delas, mas refletia bem a realidade que se presenciava no momento histórico.

⁵ Ver Estatutos, em: http://www.cut.org.br/documentos/doc_estatuto.htm.

principalmente, através de sindicalistas do setor metalúrgico, os pioneiros do novo sindicalismo principalmente no “ABC paulista”.⁶

Toda esta volta à história do movimento sindical recente, justifica o tipo de movimentação que os trabalhadores destas mesmas metalúrgicas realizam nestas mesmas regiões, vinte anos mais tarde, com a crise econômica que levou à falência milhares destas metalúrgicas. A alternativa que passam a encontrar estes “proletários”, não mais meros operários de máquinas, agora desempregados, é a busca de uma outra condição de vida, não mais “empregados assalariados” mas a de gestores da “massa” que faliu. A tentativa de se libertarem do domínio do capital, não mais se dará na luta direta contra os patrões na fábrica, mas na luta pela autogestão desta e da sociedade em geral. Os princípios e os compromissos assumidos pelo novo sindicalismo, se mantêm no novo modelo de gestão cooperativista.

Além dos novos movimentos sociais, têm se fortalecido também, antigos movimentos com uma nova roupagem. O velho cooperativismo passou por releituras e reingressou no movimento operário, principalmente entre os trabalhadores sem emprego oriundos de massa falida.

Assim aliando a necessidade por trabalho, à ideologia pela democracia participativa, retomaram as fábricas fechadas e conquistaram o controle da produção. Nestas mesmas regiões industriais, que vem sofrendo com a sua degradação e desindustrialização, permanecem o espírito de luta do movimento sindical do *novo sindicalismo*. Com isso um novo movimento cooperativista resurge, que são as empresas autogestionárias na forma de cooperativas de produção, não renegando a história dos antigos e autênticos modelos cooperativos do final do século XIX.

⁶ Região altamente industrializada para os padrões brasileiros da época, e que se verificou o reinício destas mobilizações no final da década de 70.

O ressurgimento deste cooperativismo autêntico, faz renascer antigos ideais como, a concepção do desenvolvimento do movimento cooperativo a partir da concepção doutrinária do cooperativismo “integral” e não “setorial”. Os defensores deste cooperativismo, provêm da “Escola de Nîmes”, na França, e destacam-se nomes como De Boyle, Fabre, Ernest Poisson, Bernard Lavergne, Georges Lasserre e principalmente Charles Guide, um dos fundadores desta Escola.

A idéia central dos defensores do cooperativismo “integral”, está na formação da “República Cooperativa”. Através da “soberania do consumidor”, o “justo preço” deve predominar e mediar as relações nesta sociedade, o movimento cooperativista se expandiria e abarcaria os ramos fabril e agrário posteriormente. Partem, os adeptos desta concepção, de que os consumidores são todos os integrantes de uma sociedade, e todos têm essa necessidade em comum, que é o consumo, ao passo que nem todos são produtores. Sendo assim, organizar o consumo, seria não só o ponto de partida, mas o consumo passa a subordinar os outros setores econômicos, controlando a produção de acordo com as necessidades dos consumidores. “Através das cooperativas de consumo, os associados procurariam pois a abundância, boa qualidade e baixos preços dos produtos e serviços, para toda a população.” (Drimer, 1981 p. 46) Esta é uma concepção que acredita na formação de uma outra sociedade sob o predomínio do pensamento e do “espírito” cooperativo sobre as outras formações de produção. Já os adeptos da concepção “setorial” do cooperativismo, crêem em um convívio do cooperativismo com a presença do Estado e da iniciativa privada na economia. Dentre estes partidários temos Fauquet, Thomas e Milhaud. Destes, Fauquet é o maior defensor do “setor cooperativo” como uma formação econômica complementar ao setor capitalista, por exemplo.

Destaque-se os valores do cooperativismo, onde seguidos por princípios, regras, ou métodos que se modificam na moldagem de uma nova realidade, “os valores se inspiram nas

experiências e nas idéias (fundacionais) dos precursores que os antecederam e na própria experiência dos equitáveis pioneiros⁷ e são de caráter mais permanente e universal.” (Schneider, 1999. p. 80)

Na verdade o ressurgimento das cooperativas nos moldes de sua autenticidade histórica, sob os velhos princípios democráticos, nunca morreu como princípios. Sofreram, e ainda sofrem, com seus desvios de conduta e de práticas burocráticas e mercantis, mas permanecem os ideais, e estes ressurgem quando realimentados por forças vivas dos novos movimentos sociais e sindicais. Ora o cooperativismo vem à tona, com apoios externos importantes ao seu crescimento como com as ONGs, ora o movimento se retrai e permanece em estado de hibernação, mas nunca morre em definitivo. Nos tempos atuais ele se reveste de nova roupagem, adotando uma terminologia toda nova, e economicamente passa a ser mais *popular e solidário*.

2.2 SURGIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E SUA DEFINIÇÃO

Esta alternativa de trabalho, através do cooperativismo autêntico, é a nova economia social na Europa. Aqui na América Latina e Brasil surge com características próprias e ganha o nome de Economia Popular Solidária.

No Brasil já são extremamente significativas e retomam os valores solidários perdidos pelo sistema capitalista. Valores que continuam considerando o trabalho como principal atividade humana, mas não querem perder o controle dos meios de produção, podendo tomar decisões e participar da redistribuição de seus benefícios. É uma prática econômica que possui as seguintes características, segundo Tiriba (apud Galvão, In: Dal Ri, 1999. p. 123):

⁷ Refere-se aos Pioneiros de Rochdale, que falaremos mais adiante.

- desenvolve-se nos setores populares;
- são iniciativas associativas, organizadas de acordo com determinados objetivos, decisões e programas;
- objetivam enfrentar carências e necessidades;
- buscam enfrentar problemas mediante a ação direta com esforço coletivo e recursos próprios;
- implicam relações e valores solidários;
- não se limitam a uma atividade, tendem a se integrar com as atividades econômicas, sociais, educativas e culturais;
- buscam algum nível de mudança social na perspectiva de uma sociedade mais justa.

São características gerais, valores que podem não estar presentes no mesmo nível em todos os empreendimentos, mas em todos há um “espírito” solidário presente. Normalmente estes empreendimentos são organizados na forma de cooperativas, mas não necessariamente. Mas são as cooperativas que colocam em cheque mais diretamente a concepção liberal de propriedade, de poder e de processos que assumem este novo ideário. Galvão define estas cooperativas em três características básicas:

- a. *propriedade cooperativa* – cooperados são os donos
- b. *gestão cooperativa* – autogestão pelos cooperados
- c. *repartição cooperativa* – redistribuição dos lucros⁸ proporcional à participação.

Estas práticas não surgiram sem bases ideológicas. Remontam ao início do século XIX, ao século XX, a vários movimentos de reação à crise, ao neoliberalismo, enfim por tudo que temos descrito nesta dissertação desde o início e ao longo desta, deram as pioneiras contribuições a esse formato humanista, com conotações socializantes, às cooperativas. Ao longo destes anos, além de pensadores socialistas, também e principalmente, trabalhadores têm colocado em práticas, inúmeras iniciativas que contribuem para a sistematização e

propagação da economia solidária, e a formação de um novo homem. Lasserre definiu-o como um *homo cooperativus*, “um homem pacífico, bondoso, altruísta, solidário e tendente à acumulação de bens imateriais, tais como a fraternidade, o espírito cooperativo.” (Guillen, 1994, p. 6-7) É este homem que está consciente e disposto a administrar competentemente uma “sociedade de pessoas” e não uma “sociedade de capitais”, dentro de uma economia capitalista competitiva mas não para realimentá-la, e sim para reconstruí-la dentro de outros princípios que não os capitalistas.

A definição de Economia Solidária descrita pelo GT de Economia Solidária do II Fórum Social Mundial, considera estes princípios rochdaleanos e aponta mais alguns temas atuais e necessários, que possam garantir sustentabilidade aos empreendimentos cooperativos ou autogestionários que se propõem a manter-se na economia solidária. Defende que a Economia Solidária, nas suas diversas formas,

“é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades e o desenvolvimento genuinamente sustentável. O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana, e não o capital e sua propriedade.” (...) “é um projeto de desenvolvimento que visa a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a *democracia participativa* (grifado por nós) (...) é ainda um poderoso instrumento de combate à exclusão social, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.” (Economia Solidária, 2002 p.10-11)

A participação destes empreendimentos na nossa economia formal tem crescido enormemente nos últimos anos. No RS em especial, com as políticas de fomento a estes empreendimentos, somados com o histórico cooperativista, a sua fatia no mercado tem

⁸ No contexto do cooperativismo outros autores não usam o termo *lucro*, pela conotação capitalista do termo, e que se traduz numa apropriação privada, individual do excedente, mas *sobras*, o que seria talvez mais correto a um empreendimento que não visa a lucratividade, mas produtividade de riquezas e a sua redistribuição equitativa (ou por critérios definidos entre os próprios cooperados) ao final de um período determinado. (NR nossa)

crescido mais ainda. Segundo a ANTEAG⁹, que vinha trabalhando na forma de parceria com o Governo do RS, dentro do Programa de Economia Popular Solidária de 2001, foram assessoradas e atendidas mais de 18.000 pessoas em 302 empreendimentos em 129 municípios¹⁰. Se acrescentarmos todas as outras ONGs, Instituições, Grupos, Sindicatos, associações, etc., que trabalham junto à economia solidária, temos um volume de pessoas envolvidas que não se pode desprezar, levando-se em consideração o crescimento mais acentuado somente nos últimos anos. Também o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), com suas cooperativas localizadas dentro de seus assentamentos, tem proporcionado exemplos de práticas cooperadas seguindo este perfil da economia solidária. Destacamos para efeito de ilustração, a exitosa experiência vivida entre 2002 a 2004 na COOPAT (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes LTDA), fundada em 24 de fevereiro 1998, no Assentamento Lagoa do Junco, em Tapes, RS.

A alteração do poder político afinado com estas práticas econômicas, é gestada assim no centro da sociedade, que alterando a economia, pode alterar este poder político, e numa nova hegemonia econômica (solidária-socialista) se apropriar das forças produtivas da antiga ordem.

“Ao apossar-se a sociedade dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social cede o lugar a uma organização planejada e consciente. Cessa a luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai definitivamente do reino animal e sobrepõe-se às condições animais de existência, para se submeter às condições de vida verdadeiramente humanas. (...) Só a partir de então, ele começa a traçar sua história com plena consciência do que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e cada vez em maior medida, os efeitos desejados. É o salto da humanidade do reino da

⁹ ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

¹⁰ ANTEAG. Economia Solidária e Políticas Públicas – Caderno Economia Popular Solidária do FSM2002. Porto Alegre, 2002

necessidade para o reino da liberdade.” (Engels apud Singer, 2000, p. 77)¹¹

Assim como Engels demonstrava como seria a sociedade socialista frente ao utopismo dos pioneiros, as conquistas da economia solidária hoje em dia só chegarão a termos se uma série de vitórias forem alcançadas, além de sua superação como modo de produção capitalista. Singer cita por exemplo, a necessidade de avanço em várias frentes:

“na extensão da democracia do âmbito político ao econômico e social; da participação da população organizada na elaboração de orçamentos públicos e na gestão de equipamentos escolares e de saúde; da conquista de governos locais e regionais por coligações de esquerda que possam pôr em prática desde já políticas socialistas, inclusive de apoio e fomento a empresas autogestionárias; de novos direitos de representação operária nos locais de trabalho, com direito de exame das contas da empresa e da participação em seus centros de decisão; e por fim, mas não por último, a construção de um setor de economia solidária nas cidades e no campo, inclusive em terras conquistadas pela reforma agrária, em que a produção, distribuição e consumo, crédito e seguro formem um todo multiforme e harmonioso em que se fornecem mutuamente.” (Singer, 2000, p. 44-45)

Esta transformação do modo de produção capitalista para um modo de produção cooperativista, solidário, valorizando o social e não o mercado como fim, vai profundamente de encontro à globalização da economia vivenciada nos tempos atuais. A internacionalização da economia em redes de cooperação, que sempre houve e pode continuar, não pode ser confundida com a globalização e mercantilização competitiva e bárbara de mercadorias como há nos tempos atuais. A globalização da economia hoje em dia, é hegemonizada pela ideologia neoliberal sob o domínio do capital privado, com liberalização comercial e financeira entre os países. Esta liberalização favorece a concentração de capitais aos maiores

¹¹ Paul Singer fez esta citação em *Economia Socialista* (Singer, 2000, p.15-160), onde trata entre outras questões, sobre a crítica a uma visão clássica do socialismo, como “*um prosseguimento linear do desenvolvimento capitalista das forças produtivas.*” (Idem p.15) Esta apropriação dos meios de produção, citada acima, é a própria superação do capitalismo, “*o qual já contém em germe o socialismo.*”. (Idem, p.15)

grupos econômicos¹², dando-lhes poderes oligopolizantes, frente a um suposto mercado livre. O poder do capital privado passa a ser global, abocanhando fatias de mercado antes restrita a grupos médios ou pequenos, de uma região econômica. Singer crê que este será o futuro, o da *grande indústria*, da *grande pesquisa tecnológica* e da *alta tecnologia*. Serão poucas empresas, mas imensas e, presentes em todos os países.

Neste modelo de globalização o Estado é mínimo. E com a pouca presença do Estado, mais flexibilização acontece nas relações de trabalho (como vimos anteriormente). Estas poderosas empresas conseguem baixar seus custos e padronizar a produção a nível mundial e, também baixar os salários, adotar mão de obra não organizada, não rebelde, flexível e com baixos custos tributários a nível local.

Já num outro projeto possível, no contraponto do processo econômico, “a Economia Solidária preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria Sociedade e colocado a serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos.” (Economia Solidária, 2002. p.11) Localmente tem de ser um Estado radicalmente democrático e desenvolvimentista (econômico e socialmente), e globalmente se relacionando “de forma cooperativa e solidária com outras nações, promovendo a complementaridade de recursos e interesses”. (Idem, p.11) Valorizar a sua e a soberania dos outros também, promover a democracia participativa, a dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento (Idem).

¹² Onde esta globalização é “a conformação mundializada de suas bases produtivas, da centralização transnacional da propriedade dos meios de produção, do alargamento e aprofundamento ainda maior do mercado mundial, da supranacionalidade institucional dos organismos de administração e gestão das políticas garantidoras de acumulação, da *refuncionalização* – em função das estratégias oligopólicas de lucro – do sistema mundial de nações (agora organizadas em blocos regionais), da globalização das estruturas, processos e movimentos sociais, formatados e/ou movidos pelos dilemas e contradições da civilização planetária da mercadoria.” (Mello, 1999. p.259)

Fica claro que a globalização da concorrência mercantil, hoje oligopolizada, só pode ser combatida e transformada por uma globalização da cooperação, se tivermos também como principais protagonistas, uma rede de Estados Sociais, ultrapassando as ações isoladas e locais das redes de cooperação em regiões. E mais, a economia solidária, só se constituirá num projeto de transformação da base produtiva, se “se orientar pela desconstrução deste Estado” (burguês). (Idem, p. 32) Assim, a luta é também política, é de superação deste poder, que hoje é hegemônico pelo capital, por um poder político popular, democrático e social.

Com este olhar à economia popular solidária, poderá ela ser muito mais do que uma alternativa ao desemprego? Poderá ser uma alternativa a toda a estrutura econômica capitalista? Enquanto o Capital supervaloriza o mercado e as mercadorias, aquela propõe uma outra relação de cooperação econômica, social, política, cultural, ecológica¹³. Supera este modelo econômico atual e transforma-o por dentro, em um outro modelo onde o homem está no centro das decisões, pregando e praticando outros valores éticos e morais, construídos pelos próprios atores, neste processo constante de aprendizagem e convivência harmoniosa.

O capitalismo surgiu e se diferenciou do modo de produção simples, a partir do momento em que separou e tomou posse dos meios de produção e distribuição. Apoderou-se também do *mercado*, e manteve-o em permanente desequilíbrio, apesar do discurso da “mão invisível” de sua regularização pelo próprio mercado. A Revolução Industrial provocada pela modernização do maquinário, se sobrepôs ao modo de produção simples, arruinando o artesanato e os pequenos empreendedores, gerando o permanente “exército de desempregados”. A *economia solidária* surge para estes marginalizados do mercado de trabalho, como o modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo. Adota algumas

práticas do próprio capitalismo, como o *trabalho em cooperação* no sentido de se produzir junto, mas cada um de posse no modo de produzir. Com isso podemos caracterizar a economia solidária com os seguintes princípios norteadores:

- Posse coletiva dos meios de produção
- Gestão democrática, com participação direta ou representativa
- Repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios próprios
- Destinação do excedente (sobras) também por critérios próprios

A economia solidária é um processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo, aproveitando idéias de socialistas “utópicos” do séc. XIX, como Owen, Fourier, Buchez e Proudhon. O que esta economia condena “é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção...” (Singer, 2000, p. 14)

Mas nem todas as cooperativas da economia solidária conseguem se manter com esse perfil, trabalhando dentro das normas e dos princípios de cooperação entre os cooperativados.

2.3 O PROBLEMA DA DEGENERAÇÃO

O problema da degeneração das cooperativas em relação aos seus princípios, que norteiam a filosofia do cooperativismo, existe desde o início do movimento cooperativista que foi fundado em meados do séc XIX na Europa. Com o abandono da autogestão por parte das cooperativas de consumo europeias, em fins do séc. XIX, forçou a reflexão de alguns teóricos dos movimentos sociais de então, como Beatriz Potter Webb, Eduard Bernstein e Rosa

¹³ A preocupação com uma Economia Solidária organicamente comprometida com a harmonia e respeito ao meio ambiente, está presente em todas as literaturas sobre o assunto. Aqui não foi tratado por não serem o foco principal do trabalho. O mesmo vale para outros temas (não menos importantes) que estão relacionados à Economia Solidária como, gênero, racial, menores, cultura, etc. A preocupação a uma boa relação com o meio ambiente, vai desde com o que se consome, como é produzido e qual o destino do lixo, dejetos e sobras da economia.

Luxemburgo a afirmarem que, as cooperativas não tinham como se desenvolver autenticamente no seio do capitalismo sem alterar as regras de exploração do capital. Mas mesmo uma empresa autogestionária que trabalha dentro da lógica capitalista se “auto-explorando”, é menos ruim que uma empresa tipicamente capitalista de um dono só. Rosa Luxemburgo fazia a crítica também no sentido de que a economia solidária não elimina o capitalismo e que, somente compete com ele. Para Paul Singer, este é um argumento falso, porque:

- a) O capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores praticarem a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona.
- b) A economia solidária de qualquer forma melhora e qualifica o trabalho dos cooperados.
- c) A economia solidária fortalece o poder de luta dos trabalhadores assalariados, porque diminui o exército de reserva.

O que se viu no mundo inteiro foi a adoção de modelos gerenciais capitalistas na maioria das cooperativas de consumo e agrícolas. As de consumo duraram até o momento em que entraram os grandes grupos varejistas de auto-serviço que as superaram, mediante o modelo dos supermercados. “Mas as agrícolas crescem cada vez mais, organizando agroindústrias de processamento de cereais, produção de rações, de vacinas etc. Muitas se tornam grandes organizações, dirigidas por tecnocracias gerenciais de alto nível, que dominam os pequenos agricultores que são nominalmente os seus “donos”.”(Idem p.18) Nestas cooperativas, com grande números de assalariados, nada ou pouco resta da

solidariedade. Poucas destas cooperativas, lembram os 8 princípios dos Pioneiros Equitativos de Rochdale¹⁴.

As primeiras conclusões para impedir esta degeneração, podem ser observadas a partir de que o que mais induz à degeneração, é a descrença da incapacidade técnica dos ex-assalariados em serem os autogestores de seu empreendimento. Baseada no mito de que a administração tem de ficar para os acadêmicos e para quem tem competência, ou seja, especialistas, e cuja autoridade não deve ser contestada. Segundo Singer (2000), “na realidade, a administração de empresas não é uma ciência”, “é uma arte”, um exercício de liderança, frente aos inúmeros desafios enfrentados no dia-dia de um grupo de seres humanos e sua organização para o trabalho. E não simples resoluções de problemas técnicos. O conhecimento científico é importante, mas estes extravasam qualquer currículo escolar. Na autogestão de uma empresa solidária, os conflitos sociais são menores e as negociações são realizadas com participação coletiva, as informações são disponibilizadas e a contabilidade é transparente. A democracia é compatível com a eficiência, a autogestão com a competência.

Quando uma empresa capitalista é formada, a sua direção é entregue a quem já demonstrou capacidade em outros empreendimentos. Esta equipe experimentada, passa por novos desafios gerenciais neste novo empreendimento, pelas suas peculiaridades e características. Conseguem ao longo de um período, uma cultura própria de gerenciamento.

Quando uma empresa solidária e autogestionária surgem, a sua construção segue uma lógica normalmente diferenciada, de uma empresa capitalista. Em geral é uma comunidade formada por ex-empregados de uma massa falida, de desempregados, de sindicalistas, estudantes, comunitários, de assentados, etc. “É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção *contra os valores dominantes*

¹⁴ 1. Cada sócio um voto, democracia. 2. Sociedade aberta, com cotas iguais para todos. 3. Investimento com juro justo, sem privilégios a aplicadores diferenciados. 4. Redistribuição das sobras na proporção às compras ou

da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho.” (Idem, p. 22) É uma associação comunitária, com aprendizagem coletiva através de cursos, preparação profissional e estruturação política. Em geral superam com mais facilidades os problemas de autogestão do que os problemas técnicos, e por isto precisam receber apoio técnico e financeiro externo.

Os trabalhadores desta economia solidária criam cooperativas e recriam novas relações de trabalho. Os atores, a que aqui nos referimos, realizam um trabalho cooperado em cooperativas no setor metalúrgico da produção. Na conceituação sociológica significam mais que simples operários que operam máquinas. São trabalhadores que buscam uma nova cultura a partir destas novas relações de trabalho, ultrapassando a simples categorização de “proletários”. Seus próprios componentes, trabalhadores que assumiram a gestão de empresas que faliram, relatam este desejo de não só “administrar” a produção mas também a gestão da empresa, e ainda de forma coletiva. “O poder será construído quando os trabalhadores tiverem conquistado a inteligência coletiva e quando o conhecimento socializado é retrabalhado pelo coletivo” (Guillerm & Bourdet, p. 20). Isto não é o mesmo que simplesmente “operar” as máquinas, mas assumir o seu controle com novos procedimentos produtivos, refazendo as relações de trabalho de um novo tipo. Para Guillerm & Bourdet, isto significa uma categoria sociológica definida por Marx, *“por oposição a operário, que quer dizer etimologicamente trabalhador, e trabalhador manual apenas. Não pensamos que a escolha do termo se fizesse ao acaso, mas a partir da construção de um conceito que exigia uma palavra nova no vocabulário filosófico-político. (grifado pelo autor)”* (Guillerm & Bourdet, p.39) Com isso podemos concluir que, se proletário vai além de simples operário, seus desejos vão também para além de simplesmente produzir mercadorias, e simplesmente consumi-las. Deve estar **consciente** desta produção, da produção que não é mais para simplesmente criar mercadorias para o consumo de mercado, mas produzir mercadorias para as necessidades. Se retomarmos

Marx, podemos dizer ser esta uma outra produção, em oposição à produção fetichista do capitalismo.

Pois são estes proletários, que hoje em dia se pode chamá-los de trabalhadores cooperados em empreendimentos desta economia solidária, de que estamos nos reportando neste momento. Encontraremos nas cooperativas em estudo, trabalhadores com esta perspectiva abrangente, consciente, emancipadora da vida que pertencia ao domínio do Capital? Encontraremos “operários” com capacidade de gerir sua própria empresa, opinar sobre ela, pensar estratégias mercadológicas, produtivas para continuarem a produção e ainda gerarem as “sobras” no final de cada período? Encontraremos a preocupação de que suas empresas cooperativas não estão isoladas na economia (mesmo que local), e que portanto precisam estar “em rede de cooperação”? Em fim, queremos saber se encontramos ou não trabalhadores autogestores, e com isso emancipadores do domínio do Capital sobre o Trabalho nas cooperativas em estudo.

3 ENCONTRAR A EMANCIPAÇÃO PELA AUTOGESTÃO

Queremos analisar nas cooperativas em estudo, a capacidade emancipadora da sua força de trabalho pela autogestão praticada pelos seus cooperados, numa perspectiva ampla e abrangente da sociedade. Isto significa tentar enxergar a autogestão no interior da cooperativa e também para fora dos muros destas cooperativas que foram destacadas para tal observação. Para tentar se chegar a tal objetivo mais abrangente, algumas especificações um pouco mais pormenorizadas podem nos ajudar, tais como:

- a) Caracterizar a Cooperação, o Cooperativismo, a Economia Popular Solidária e a Autogestão nas cooperativas em análise.
- b) Encontrar práticas emancipacionistas e autogestionárias junto aos associados nas suas cooperativas.
- c) Instrumentalizar os próprios empreendimentos analisados, e dos cooperativados, que desejam aprofundar a questão da Autogestão dentro de suas cooperativas.

4 AS TEORIAS QUE NOS ORIENTAM

“Em primeiro lugar: o ser social – em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados “domínios do espírito”. Mas, de modo igualmente nítido, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do “darwinismo social”. As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explica a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais”. (Lukács, 1979, p.17)

Este é o método adotado por Marx, que leva em consideração o sistema capitalista na sua forma mais avançada e abrangente, os seus elementos constituintes e realizadores, que agem e interagem no meio para produzir e reproduzir o sistema. Este é o ser social que buscamos encontrar na formação econômica, e não simplesmente o indivíduo, porque este “opõe-se à realidade objetiva”, somente a classe “pode relacionar-se à totalidade da realidade de uma maneira prática e revolucionária.” (Lukács, 1989, p. 214-15) Este ponto de vista da totalidade, não significa que as transformações e novas tomadas de posições e poderes por parte dos trabalhadores, se dêem de forma unitária na figura de um só agente histórico, “de um só partido” mas do conjunto totalizante da classe em processo de reconquista do controle

do trabalho. (Mészáros, 2002, Parte II, Cap. 7.2). Mészáros quer dizer também com isso, na necessidade em não se pensar a sociedade de forma compartimentada, mas sim trabalhar com alternativas coletivas e autogestionárias que abrangem a **toda** a sociedade. Para se trabalhar nesta forma autogestionária, é necessário que se obtenha o maior leque de vivência e abrangência em todas as estruturas que fazem parte de nossas vidas hoje em dia. De nada adianta pensarmos somente a sobrevivência de um empreendimento no seu aspecto econômico, se não colocarmos em prática o seu alcance político necessário, a sua capacidade de mobilização social, o seu fazer cultural, etc. Se for para mudar da heterogestão para a autogestão, que seja feita a mudança ampla e geral. E toda a mudança só é considerada como tal se atingir a raiz do processo. Pensar na mudança e realiza-la no meio em que vive, ser o próprio agente transformador deste meio, esta é tarefa para nós mesmos, segundo o próprio Mészáros, seremos nós mesmos os seres racionais realizadores. A pergunta que nos cabe neste momento, como podemos realizar esta mudança?

Pretendemos aqui, localizar as formas de mudança que encontramos ao longo da história do ser trabalhador, que contribuiu para que este realizasse a sua caminhada em direção a sua independência emancipatória, com um saber cuidar de si próprio, autogestando sua vida a partir de seu trabalho. Nesta longa caminhada em busca desta autogestão, encontramos inúmeras formulações que explicaram e fundamentaram essa caminhada. Destacaremos algumas que nos parecem ser importantes para a busca de nosso questionamento e de nossos objetivos.

Começemos por esclarecer a importância do termo *cooperação* para o cooperativismo. Consideramos este o início do “fio da meada” em que a temática poderá nos levar ao assunto principal colocado como tema central desta dissertação. Se há um desejo constante entre os trabalhadores assalariados, em adquirir autonomia autogestionária nos meios de produção, este desejo tem início no seu nível mais baixo de consciência, e que talvez

seja a *cooperação*. Foi esta força imanente, que levou estes trabalhadores a desenvolverem o movimento cooperativista e este por sua vez se tornou o movimento possível para se chegar à desalienação do trabalho heterogerido no capitalismo.

Para se entender a gênese, o surgimento desta tão propalada e esperada cooperação no meio cooperativista, temos que reconstruir o significado de cooperativa e cooperativismo. Para isso, passemos antes por uma abordagem no conceito de *cooperação*, que gerou depois o conceito de *cooperativismo*.

A palavra *cooperação*, mesmo que desvinculada num primeiro momento do cooperativismo, nos traz vínculos com o de *integração*, enquanto o seu oposto, a *divisão*, nos leva ao conceito de *competição*. Mannheim (1971) distinguiu duas espécies de *integração*: “o motivo mais antigo e freqüente de união tem sido a cooperação no combate ao inimigo. Aqui podemos distinguir duas espécies de integração: a cooperação no combate pode ser baseada no ataque mas pode também ser baseada na defesa.” (Idem, p.134) As cooperações realizadas para o ataque são temporárias, e geralmente “facultativas”, mas as de defesa são “imperativas”, diríamos, essenciais à sobrevivência. Assim, conclui Mannheim, as ajudas mútuas, as “trocas de trabalho” que os colonos realizam, são comuns em momentos de pobreza e necessidade. Quando a situação econômica apresenta-se melhor, estas práticas diminuem. Pois foram essas necessidades em realizar trabalho para a elaboração de produtos com vistas à satisfação de suas necessidades, que trabalhadores sem trabalho, se unem para a defesa destas necessidades.

Se num primeiro momento a cooperação é realizada mais por necessidade do que por compreensão, em colaborar altruisticamente com o próximo, esta prática realizada, a de *cooperação*, por elevar a consciência dos seus praticantes e levá-los a realizar estes mesmos atos, tem o intuito de aproximar o próximo de si mesmo, à medida que, estes laços humanos ficam mais estreitos e fortes. Bogardus (1964) compreende bem esta importância da

cooperação, e a coloca como uma “combinação de auto-auxílio e auxílio mútuo, orientado no sentido da constituição de valores humanos universais.” (Idem, p.12) De tão importante é a cooperação, que se ela não existisse, escreve Bogardus, estaríamos ainda “no tempo das cavernas”. Bogardus também relaciona a cooperação à competição, no sentido de que nem a competição seria possível, se não houvesse uma cooperação mínima, por mais primária que seja, para que a competição seja praticada. O que não significa dizer, que se coopera para a competição, pois este caminho, leva a um conflito tal que termina com toda e qualquer cooperação. Para Bogardus, “os efeitos construtivos da concorrência só ocorrem quando esta se realiza dentro do campo da cooperação.” (Idem, p.12) Pois estes conceitos, ainda que possamos considerá-los iniciais, são muito bem identificados nas empresas cooperativas que encontramos até os dias atuais. Combinar *cooperação* dentro de uma sociedade extremamente *competitiva*, é uma das tantas tarefas árduas que os cooperados realizam cotidianamente.

Importante também destacar que nesta tomada de consciência, através da cooperação, Bogardus divide a *cooperação* em diferentes níveis crescentes de atuação:

Em *Princípios de Cooperação*, de Bogardus (1964), encontramos este espírito de cooperação que “deveria” permear todas as cooperativas que assim se dizem, mas que muitas vezes esquecem a *cooperação* e cultivam somente a *competição*:

“Os objetivos da cooperação variam desde a satisfação de necessidades físicas, como alimento, abrigo, vestuário, saúde, a problemas espirituais, como recreação, educação e religião. A cooperação, no mais alto grau, é não só intencional, mas cônica das próprias intenções. Não fecha as portas a quem quer que se mostre sinceramente interessado, medindo a própria eficiência em termos do enriquecimento da humanidade. Em um nível mais elevado, o cooperador situa as metas da sua existência fora da própria glória, e o grupo cooperativo estabelece as suas metas além do seu próprio sucesso” (Idem, p. 19 e 20)

Não foram poucos os momentos na história da humanidade que o Homem tentou fazer de suas preces a sua religião. Não foram poucas as palavras elaboradas, e muitas delas bem elaboradas, para conquistar uma prática desejada. Mas bem ou mal, a história é construída assim, de palavras e atos, e de palavras em palavras, constroem-se atos e mais atos, que resultam em *práxis* humanas, que muitas vezes nos devolvem relações sociais essenciais ao nosso bem viver.

A gênese da cooperação cooperativa é encontrada na defesa de suas necessidades básicas, como a resistência pela manutenção do trabalho ante o desemprego crescente, que operários do século XIX criam alternativas de emprego com o trabalho cooperativo. Foi também a luta contra os baixos salários e a inumanas condições dos assalariados, o crescente endividamento, a ação dos atravessadores intermediando, a venda de produtos de primeira necessidade, a escassez e a insuficiente redistribuição de produtos no mercado, o alto preço, a adulteração dos artigos de consumo populares, enfim, toda a sorte de problemas sociais e econômicos que afetavam os trabalhadores de baixa renda. A cooperação entre si, passou a ser a alternativa possível para a produção das necessidades mínimas de consumo destes operários. A obra dos Drimer (1981), que fundamenta boa parte da história e da doutrina do cooperativismo, nos leva aos conceitos básicos, formadores deste cooperativismo primitivo, desde os mais elementares até os mais complementares sobre esta história. Para estes autores, cooperar significa trabalhar junto com as outras pessoas, em procura de um objetivo comum. E esta intenção, aparentemente tão singela e insignificante, é fundamental para que todo o resto sobre o cooperativismo realmente aconteça. Sem cooperar não acontece a cooperação, pois esta é a consequência do exercício de cooperar. E sem a cooperação entre os trabalhadores, é impossível se pensar na criação de uma associação de pessoas que se organizam para a administração de uma empresa econômica, com o principal objetivo de satisfazer uma variada gama de necessidades destes mesmos associados, e de outras

associações que vão se associar a esta cooperativa. Convém já deixar também claro, que esta associação não se dará somente por necessidades econômicas, como nas empresas econômicas, mas também por necessidades de cooperação social entre seus membros. Por extensão, tomou o nome de cooperativismo, o movimento de todas estas empresas cooperativas que assumem essa doutrina de cooperação, como uma atitude necessária de viver em comum a todas elas.

Nesta mesma perspectiva as cooperativas se caracterizam, ainda segundo Drimer (1981), por:

- a. Serem entidades integradas por grupos de pessoas com o objetivo de atender a suas próprias necessidades sócio-econômicas.**

Neste sentido, as cooperativas devem proporcionar serviços para satisfazer as variadas necessidades sócio-econômicas de seus associados. Mas, continua Drimer, “formas construtivas de proteção, defesa ou reação de diversos grupos de pessoas, frente à escassez, as manobras abusivas, a intermediação desnecessária, o desemprego e outras situações de necessidade.” (Idem, p.24)

- b. Baseia-se em esforço próprio e ajuda mútua.**

Para superar a incapacidade do homem de resolver seus problemas isoladamente, a solução da humanidade está em associar-se a outro e, num esforço mútuo, entre a vontade de cada um e o somatório com o trabalho cooperado, alcançam em conjunto, a realização das necessidades.

- c. Compõem elementos sociais e elementos econômicos, ou seja a associação e a empresa cooperativa – vigência de “espírito cooperativo”.**

Além da associação de indivíduos, é preciso também que esta empresa tenha condições de dar o retorno econômico esperado, que sobreviva ao mundo econômico, e que

seus associados se sintam proprietários deste empreendimento econômico. Há então, dois elementos fundamentais, segundo Drimer (1981):

- ∞ O elemento *social*, ou seja a *associação* de pessoas.
- ∞ O elemento *econômico*, ou seja a *empresa* em comum a todos.

d. São regidas por determinados princípios ou normas fundamentais.

É desde os “Probos Pioneiros de Rochdale”, que as cooperativas são regidas por normas comuns entre elas, e desde então, praticamente as mesmas normas têm sido referenciadas pelos cooperativistas autênticos

O *espírito cooperativo*, também é conceito básico à boa formação da cooperativa. Neste sentido, deve haver uma “permanente disposição a aplicar seu esforço com o objetivo de resolver seus problemas e a colaborar com os associados na solução de tais problemas” (Idem, p.28). Os membros da cooperativa não se diferenciam em profundidade, pois apesar da diversidade individual “há uma profunda identificação dos associados com os seus co-associados” (Idem, p.28), onde se expressam a solidariedade e a igualdade. Para isso ,

“aplicam normas justas, que respeitam os direitos de todos eles, obedecem a obrigações razoáveis que permitam a livre manifestação e exercício de suas vontades e assegurem, dentro das possibilidades existentes o maior bem estar espiritual e material. Justiça, equidade e liberdade.[...] Respeito à dignidade pessoal, ... melhorando a qualidade humana dos associados, mediante a consciência democrática, direitos de expressão e crítica, e responsabilidades. Por fim, ... conciliar seus próprios interesses com os interesses da comunidade, procurando o bem estar de toda população e excluindo, em particular, as manobras especulativas, monopolistas ou qualquer outra que prejudiquem o interesse geral.” (Idem, p.28-9)

Aplicação dos conceitos de *solidariedade, igualdade, justiça, equidade e liberdade*: são assim esquematizados por Drimer (1981):

- a. “Procuram não só defender-se a si mesmos e proteger seus próprios interesses, senão também defender a pessoa e proteger os interesses de seus associados”.
- b. “Sentem que os problemas dos demais merecem ser atendidos da mesma maneira que os seus e se encontram predispostos a repartir os possíveis êxitos e prejuízos de suas ações em conjunto.”
- c. “Desejam que, tanto as ações de identidade cooperativa com os terceiros, como suas próprias relações com as entidades e com seus co-associados, se regulem com equidade e imparcialidade, de maneira que desapareçam os privilégios e as diferenciações encontradas.”
- d. “Desejam que, dentro da harmonia do conjunto e da natural sujeição das leis e regulamentos vigentes, se respeite a livre disposição da mesma entidade cooperativa e de seus membros.”

Ainda dentro destes princípios mais gerais do cooperativismo que os Drimer (1981) defendem em sua obra citada, destacamos a importância que os autores dão à necessária *coincidência com os interesses gerais da comunidade*.

A ação das cooperativas e a defesa de seus interesses, não devem contrapor-se aos interesses da comunidade na qual a cooperativa está inserida. Portanto, as cooperativas não devem se aproveitar “das conjunturas econômicas favoráveis” e tirar proveito “às custas” da população consumidora. Por exemplo, numa época de crise de um determinado produto sazonal, aumentar sua margem de “lucratividade”, aumentando demasiadamente as sobras na comercialização de produtos cooperativos. As cooperativas não podem se incompatibilizar com os interesses mais gerais da sociedade, mas também não podem esquecer das suas próprias obrigações econômicas com seus associados. O importante nesta relação, é saber

combinar interesses, mesmo que em determinados momentos estes possam ser parcialmente conflitantes.

No que se refere mais a questão da origem e formação dos primeiros movimentos cooperativistas, ou os “pioneiros”, e mesmo que a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, não tenha sido exatamente a primeira cooperativa, ela passou a ser uma referência histórica: “Seus modestos fundadores se mostraram capazes, não só de utilizar os frutos das experiências passadas e refletir as melhores idéias de seus contemporâneos, senão também de selecionar e sistematizar as normas fundamentais que adotam desde então as cooperativas.” (Drimer, 1981, p.227) e foi a partir desta que se viu o crescimento e desenvolvimento do cooperativismo na Inglaterra, depois na Europa e por conseqüência no mundo. A Sociedade tinha um programa para atender às necessidades dos associados, normas para evitar os sucessivos fracassos das experiências anteriores e princípios que nortearam as suas ações de cooperação interna e externa. Tudo isso estava explícito nas *disposições estatutárias*, inéditas e únicas até então. Pela primeira vez uma sociedade cooperativa resiste às intensas dificuldades e revezes que lhes impõem a sociedade capitalista e altamente competitiva. A sua perenidade e sua transcendência são assim resumidas por Drimer (Idem, p.239-40):

- A seleção e sistematização de princípios aplicados a todas as entidades cooperativas, como assim também de outras normas cooperativas de aplicação muito generalizada.
- A adoção de normas técnicas de funcionamento para as cooperativas de consumo, abarcando tanto normas de caráter comum como normas, especialmente a aquelas cooperativas de consumo, que se desenvolvem dentro de circunstâncias ou condições semelhantes.
- O enunciado de um programa completo de ação, que assinala metas não totalmente alcançadas e doutrinariamente discutidas pelo movimento cooperativo moderno.

O exemplo de uma iniciativa popular, de caráter idealista e prático ao mesmo tempo, que superando numerosos obstáculos alcançou um êxito verdadeiramente extraordinário e continua brindando o tesouro de suas experiências aos cooperadores de todo o mundo.

Destes princípios mais gerais, inúmeras outras formas de cooperativas surgiram e não ficaram restritas à preocupação de gerar mercadorias de consumo aos seus associados, mas buscaram atender às mais amplas necessidades de trabalho e serviços aos cooperados. Assim surgiram as Cooperativas de Crédito, onde se destacaram os modelos *Reiffeisen*¹⁵, *Schultze-Delitzsch*¹⁶, *Haas*¹⁷ e *Wollemborg*¹⁸, entre os alemães, e o modelo italiano *Luzzatti*¹⁹. Fora da Europa destacam-se os sistemas de *Alphonse Desjardins*, *Edward A. Filene* e *Roy F. Bergengren*²⁰.

¹⁵ De *Friedrich W. Reiffeisen*. Cria cooperativas de crédito em meados do século XIX. A primeira iniciativa surge em 1847, para financiar as atividades econômicas das pessoas que não tinham recursos financeiros, principalmente no meio rural. Funda as *casas de crédito*, que se espalham pela região germânica, a ponto de se unirem em uma federação de cooperativas de mesmo tipo. Cresceram e se multiplicaram com o passar do tempo. Reiffeisen era partidário do pensamento liberal, pois apesar de defender os camponeses frente à usura e outros abusos do modelo capitalista, pretendia manter a ordem econômica e social existente. Teve educação religiosa na sua formação, e além das convicções religiosas e altruístas das cooperativas, influenciou também no espírito de solidariedade e amor ao próximo.

¹⁶ De *Hermann Schultze-Delitzsch*. Também alemão, procurava melhorar a situação econômica da classe média urbana e especialmente os pequenos comerciantes e os artesãos. Propicia a partir de 1849, a criação de diversas organizações de ajuda mútua social, fornecendo matérias primas comuns e crédito aos produtores. Surgem as cooperativas de crédito urbanas (bancos populares). Em 1865 foi criado o Banco Cooperativo de Alemanha, financiando as cooperativas locais. Funcionou até 1904, mas a Alemanha manteve diversas outras formas de financiamento cooperativo. O sistema *Schultze-Delitzsch*, também não pretende se contrapor ao sistema capitalista, mas apenas resolver alguns inconvenientes que debilitam as pessoas afetadas pelo capitalismo.

¹⁷ De *Wilhelm Haas*. Influenciou as organizações cooperativas de agricultores. Mas seu sistema se enquadrava entre o sistema *Raiffeisen* e *Schultze-Delitzsch*, pois tinha um raio de ação que se limitava às cooperativas primárias do meio rural, mas também contribuía para as cooperativas se aportarem de ambicioso capital.

¹⁸ De *Leone Wollemborg*. “Manteve as características das cooperativas de crédito rurais alemãs, mas não conservou a tendência religiosa impressa originariamente por Raiffeisen.” (Drimer, 1981, p. 250) A partir de Pádua, Itália, em 1883, iniciou o incentivo às cooperativas de crédito para a produção agrária.

¹⁹ De *Luigi Luzzatti*. Fundou bancos populares na Itália, atendendo a camponeses, mantendo muita atenção aos aspectos morais das cooperativas. Recomenda, como nas cooperativas Raiffeisen, que seus dirigentes realizassem trabalho não remunerado. Incentivou a formação de fundos mediante a confiança, o que estreitava os laços morais. Cunhou frases de efeito como “converter em capital a honestidade” (Drimer, 1981, p. 249).

²⁰ Estes nomes contribuíram para o desenvolvimento de cooperativas de poupança e crédito; *Desjardins*: ante as dificuldades que presenciava junto aos que desejavam um empréstimo, recriou os sistemas Raiffeisen e Schultze-Delitzsch no Quebec, onde mantinha um periódico. *Filene*: recebeu de Desjardins os conhecimentos do cooperativismo. Era comerciante e filantropo em Boston. Também difundiu nos Estados Unidos, outras experiências que conhecia na Índia em matéria de cooperativas de crédito. *Bergengren*: advogado, colaborou com Filene na formação de cooperativas de crédito (Oficina Nacional para a Extensão das União de Crédito, Boston) e na elaboração de leis adequadas ao funcionamento das cooperativas.

No primeiro século do movimento cooperativo, estas experiências têm uma profunda preocupação com o altruísmo, a solidariedade, o amor ao próximo, a ajuda mútua, sem colocar em risco a estabilidade do sistema capitalista como tal. Não tem portanto uma perspectiva emancipacionista ao trabalho dos cooperados. Sua contribuição histórica está mais fundamentada no resgate de valores humanitários que o capitalismo, a medida em que vai se desenvolvendo, também vai perdendo. As experiências que veremos a seguir, se diferem desta forma mutualista de trabalho coletivo.

4.1 DAS TEORIAS ÀS AÇÕES PRÁTICAS PARA A AUTOGESTÃO

As cooperativas de produção existiram (e ainda existem) em número extremamente significativo na França, sob a influência de Philippe Buchez e Luis Blanc. Muitas vão permanecer até a década de 60 e 70 do século XX. Também Andrés Godin, realizou no nordeste da França uma experiência com cooperativas de trabalho, que durou até 1968. Godin foi um seguidor dos ideais de Fourier e designou sua experiência de “familistério”.

Na Grã-Bretanha, os “socialistas cristãos” (Drimer, 1977), formaram um influente grupo que contribuiu para a formação de inúmeras cooperativas de trabalho inseridas no meio de produção. Dentre eles destacaram-se Edward Vansittart Neale (advogado), Thomas Hughes (advogado), John M. Ludlow (indiano), Charles Kingsley (pastor) e Frederick Maurice (pastor), todos pioneiros de “Rochdale”.²¹ O sucesso de Rochdale ainda que como cooperativa de consumo, deu possibilidades de se formarem outras cooperativas “em seu entorno”, numa forma de cooperação entre cooperativas não só de consumo. Assim, cria-se na Inglaterra entre 1854-55, uma cooperativa manufatureira de algodão. (Drimer, 1977, cap IV)

²¹ Segundo SJ J. Odelso Schneider, “dezesseis dos Pioneiros de Rochdale provinham do movimento dos socialistas cristãos.”

Na Espanha, os exemplos mais expressivos, são as cooperativas que resultaram no atual complexo cooperativo de Mondragón, que surgiram na década de 1950. Graças ao incansável trabalho do padre José Maria Arizmendiarieta, “um sacerdote idealista e um homem prático” (Drimer, 1977, p. 260), construíram uma verdadeira rede de cooperativas de trabalho, para atender diversas necessidades da comunidade regional. O exemplo de Mondragón tem sido usado não só como uma alternativa ao desemprego, mas mais que isso, como uma forma de reestruturação de um modo de vida de uma região, que trouxe desenvolvimento à população local.

Também temos um grande número de cooperativas de produção bem sucedidas nestes primeiros 100 anos de cooperativismo, na Dinamarca, Bélgica e Argentina.

Assim como Rochdale serve de exemplo às cooperativas de um modo geral, e às de consumo em especial, Mondragón tem servido de exemplo de cooperativa de trabalho na produção, em especial as cooperativas do setor industrial. Mais recentemente, com o ressurgimento de inúmeras cooperativas deste setor no Brasil, volta a pautar no mundo do trabalho a temática “empreendimentos autogestionários”, através das cooperativas criadas da massa falida de indústrias de produção metalúrgica. Schmidt (2001), faz esse paralelo com a COOMEC, quando diz que esta reflexão “está embasada no pressuposto de que, na cooperativa industrial, há uma nova relação entre capital e trabalho”. (Schmidt, 2001, p. 140) Este pressuposto também serviu para realizarmos a nossa pesquisa nas cooperativas desta dissertação.

As cooperativas de produção no setor industrial, têm uma forte carga ideológica em seu componente doutrinário, muito por conta da formação militante de seus trabalhadores urbanos. A indústria capitalista desenvolveu a concentração de mão de obra em um mesmo local de trabalho, e é neste meio urbano, que se encontram um movimento cooperativo forte, através das cooperativas de produção. Estas cooperativas, podem ser reconhecidas como de

resistência ao empresariado industrial, por serem empreendimentos que não possuem no seu interior a dicotomia entre Capital x Trabalho.

Neste sentido, o século XX é marcado por uma onda de revoluções em vários países europeus, e em quase todos eles suas lideranças fizeram como principal reivindicação a bandeira da Autogestão. Estes movimentos foram vistos em diversos países e ao longo de quase todo o século. Vamos apenas citar a alguns destes que levantaram esta causa reivindicatória:

A Revolução Russa, de 1905 e a de 1917, foi a primeira de uma série de outras revoluções com o mesmo perfil, onde os *soviets* adquiriram o papel de impulsionadores do processo autogestionário.

Dentre as revoluções sob a influência mais direta ou menos direta da revolução soviética, destacamos: em 1919, as Revoluções Húngara, Alemã e Italiana. Os húngaros organizaram vários conselhos de operários e soldados, e em março deste mesmo ano tomaram o poder através do Conselho de Representantes de Operários e Soldados de Budapeste, mas durou apenas 135 dias. Na Alemanha, também reunidos em Conselhos, criaram a República Bávara, mas diante de forte repressão, líderes como Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, foram assassinados e o movimento reprimido. Na Itália, operários reunidos em comissões dentro das fábricas, assumiram o controle da Fiat de Turim. Gramsci, “intelectual orgânico” no movimento, defendia a criação de conselhos operários, pois sabia dos limites dos sindicatos, e acreditava que somente estes “conselhos operários criam a nova consciência dos operários e ajudam a construir uma nova estrutura de relações de produção” (Horvart, 1990, p. 49) Mas em todos estes países os movimentos desviaram-se para a instalação de governos autoritários sem a participação popular, faltou a concretização da autogestão.

Em 1936 a Espanha vivenciou seus dias revolucionários. Nos primeiros meses da guerra civil “o poder efetivo era exercido principalmente pelos comitês operários locais.” Na Catalunha, por exemplo,

“foi promulgado o famoso Decreto sobre a **Coletivização e o Controle Operário em outubro de 1936.** (grifo do autor) O decreto contemplava a coletivização de todas as empresas com mais de cem operários, entre as quais haviam sido abandonadas aquelas cujos donos tinham aderido aos rebeldes ou onde 35 por cento dos operários desejassem a coletivização. Nas empresas coletivizadas, a gerência ficava nas mãos dos operários, representados por conselhos de empresa. A indústria privada seria gerida pelos donos, a partir de medidas aprovadas por um comitê de controle operário.” (Idem, p.51)

Dois anos depois, a revolução acabou e o autoritarismo é que vingou.

Em 1956, novamente a Hungria se rebela e tenta implantar um modelo de autogestão, mas o movimento é esmagado pelas tropas russas, estalinizadas. O mesmo caminho tentou a Polônia, e o mesmo fim teve de amargar.

Em 1962, é a vez de a Argélia realizar uma experiência autogestionária, onde “todos os operários constituíram a assembléia geral e, em empresas com mais de trinta operários, elegeram um conselho operário. O conselho elegeu um comitê de gestão.” (Idem, p .52) Neste caso, como depois haveria de acontecer também em outros países, a máquina burocrática do Estado, terminou por dominar o sistema.

Em 1966, na Tchecoslováquia, havia iniciado com uma democratização gestonária que resultou na “Primavera de Praga” em 1968. Mas o movimento foi igualmente terminado de forma violenta pelas forças militares russas.

Todas estas tentativas não resultaram em experiências duradouras, e em todas elas o retorno foi ao capitalismo ou ao estadismo. Mas como descreve Horvart, “o significativo não

é o fracasso em atingir o objetivo, mas as tentativas recorrentes apesar de todos os fracassos.”

(Idem, p. 56)

Mais especificamente no movimento cooperativista internacional, é importante destacar a influência dos “visionários”²² ou “precursores”²³ e o que contribuíram para as tentativas de emancipação da “mão-de-obra mercadoria”, ainda que de uma forma bastante primitiva e sem romper radicalmente com o Capital.

Para Drimer, os “precursores” do cooperativismo que lutaram contra as desigualdades e injustiças do mundo do trabalho capitalista, foram.

a) Robert Owen:

Drimer (1981 Parte II) destaca os seguintes aspectos de atuação de Owen para o movimento cooperativista;

- Lutou para uma *melhoria nas condições de trabalho dos assalariados e na legislação do trabalho*. Uma série de benefícios aos seus próprios trabalhadores em New-Lanark, iniciou a preocupação pelo social sob inspiração patronal.
- Criou “colônias autônomas”, com investimento próprio, onde procurava nelas reorganizar a produção e o consumo em comum. Havia uma redistribuição do capital adquirido, uma valorização na educação e uma maior igualdade nas funções administrativas.
- Organizou uma “Bolsa de Intercâmbio de Trabalho”, com isso pretendia estabelecer o “preço justo” de acordo com o valor do trabalho realizado para a produção dos produtos.

²² Expressão utilizada por Hortvart, 1990.

²³ Expressão utilizada por Drimer, 1981.

- Também criou um “organismo de caráter internacional”, com a idéia de unificação de “todas as classes, de todas as nações”.

Exerceu grande influência sobre o cooperativismo na criação de normas que depois foram sistematizadas pelo movimento. Suas experiências, ainda que efêmeras, muito contribuíram para que mais tarde, o cooperativismo as utilizasse na forma de organização e que perduram até os dias de hoje.

b) *Charles Fourier*

Fourier não era empresário, mas um modesto empregado comercial e não tinha os recursos econômicos que Owen possuía. Mas também deu muitas contribuições teóricas, ao escrever sobre novas formas de reorganização produtiva e de novas condições de consumo.

- Escreveu o “Tratado de associação doméstica agrícola”, onde expunha as idéias das “falanges” e dos “falanstérios”. Estes últimos “teriam como núcleo central um edifício ou palácio comunal que, à maneira de um grande hotel, devia dar albergue e comida aos associados, contando para isto com habitantes ou departamentos adequados e restaurantes comuns, salas de leitura, de jogos, de teatro e demais instalações sociais.” (Drimer, 1981, p. 209) A produção deveria ser realizada também em comum, “em um terreno adjacente de uma extensão determinada, de maneira que cada falange devia ser auto-suficiente e trocar com as outras falanges, os produtos que sobrarem” (Idem, 1981, p. 209).

A contribuição de Fourier, e seu “falanstérios” foram bastante marcantes na época. Horvart (1990) lembra que ele aboliu o trabalho assalariado, mas não aboliu o capital, mantendo este contraditório em seus “falanstérios”. Outra característica social que Fourier valoriza muito, é; a liberdade e os direitos individuais.

Mas se as experiências *fourieristas* e *owenistas*, cresceram rapidamente, da mesma forma desapareceram. Ficando como experiências que em alguns de seus aspectos foram retomados mais tarde, com um outro formato para aí sim se perpetuarem no cooperativismo.

c) *William King*

Médico de Brighton, Inglaterra, desenvolveu aspectos doutrinários que levavam em consideração a tentativa de libertação da mão de obra dos trabalhadores da dependência ao capital alheio. Sustentava que, “enquanto os trabalhadores são os únicos legítimos proprietários de sua força de trabalho, não podem utilizar tal força em seu proveito porque carecem de capital, em especial aquele capital que é necessário para alimentar-se, vestir-se e alojar-se”. (Drimer, 1981, p. 212) Sugere então que os trabalhadores se unam, para construir seu próprio capital, à medida que reorganizam o seu próprio consumo. Exerceram grande influência nas normas cooperativas posteriores.

d) *Philippe Buchez*

Juntamente com Blanc, estabeleceu as bases das cooperativas operárias de produção. Buchez foi discípulo de Saint-Simon, e montou um programa voltado aos “grupos de trabalhadores de uma mesma agremiação que poderiam realizar a produção por conta própria e desfrutar dos benefícios reservados ao empresariado”. (Idem p. 214) Continua mais adiante Drimer, mostrando a evolução do pensamento destes precursores que se encaminhavam assim para a elaboração das primeiras empresas cooperativas: “Propôs que grupos de trabalhadores de um mesmo ofício ou profissão se ligassem voluntariamente entre si mediante um contrato e se transformassem em seus próprios empresários; reunir suas ferramentas de trabalho em um determinado local”, somar algum aporte de dinheiro, eleger alguns de seus associados para se encarregar da direção e “por fim, realizar a produção em comum.” (Idem, p. 215) As principais contribuições de Buchez, foram em definir a importância da democracia interna

nestes grupos cooperativos e a distribuição proporcional dos excedentes entre os associados, de acordo com a produção realizada na cooperativa.

e) *Louis Blanc*

Também colaborou em desenvolver e popularizar as cooperativas de trabalho na França. Foi um militante público de grande influência sobre os trabalhadores na revolução francesa de 1848. Inspirado pelas idéias de Saint-Simon, Fourier, Buchez, Sismondi e outros, propôs o fortalecimento das “oficinas sociais”, pequenas fábricas de cunho social e com caráter governamental, e por isso também conhecidas como “oficinas nacionais”. Para isso o Estado deveria ser forte economicamente e inicialmente aportar recursos financeiros, incentivando economicamente estas empresas.

Parte de suas idéias foi posta em prática com a revolução de 1848. Idéias de redistribuição da renda e diminuição das desigualdades. Proclamou a expressão “produzir segundo suas forças e consumir segundo suas necessidades” (Horvart, 1990, p. 15). Muitas destas experiências fracassaram, mas as experiências com as cooperativas operárias de produção deixaram um grande aprendizado aos pioneiros do movimento cooperativo, e a França passou a ser uma referência histórica desse tipo de cooperativa.

Blanc também lutava pelo sufrágio universal, e nisto o líder operário alemão *Ferdinand Lassalle* o apoiava. As oficinas autogestionárias de Blanc na França influenciaram a “Sociedade para a Promoção das Associações dos Operários”, ligados ao grupo de “socialistas cristãos ingleses” (Horvart, 1990), e com isso a idéia se espalhou por boa parte da Europa.

Todas estas experiências vão somando e acrescentando ao movimento operário, conhecimentos empíricos e práticas sociais que elevam a cada momento novas ações e que serão retomadas posteriormente pelos seus atores mais adiante. Ainda que não tenham

conseguido perpetuar seus ideais e suas práticas, o *anarquismo* foi uma influente força ideológica, que devemos acrescentar neste breve histórico dos movimentos que tentam a emancipação do trabalho sob o domínio do capital.

Quase que como um capítulo à parte, inserimos a influência de *Pierre Joseph Proudhon*. “Proudhon, o único visionário proletário, era um homem de grande intuição, mas de pouca educação formal.” (Horvart, 1990, p. 17) Acusado de atacar a Família e a Igreja, pretendia estender o direito universal da igualdade e da liberdade, também às esferas econômicas, extrapolando, portanto a esfera política. A justiça, por exemplo, é obtida para ele junto ao trabalho, e deste se obtém os ideais da liberdade e da igualdade. “Por conseguinte, o desenvolvimento da consciência determina o ritmo do desenvolvimento social, bem como das relações entre os seres humanos. Quando um homem conhece sua verdadeira natureza, torna-se desnecessária a coerção externa para a manutenção da disciplina. Se a riqueza for distribuída de maneira mais ou menos igualitária, as pessoas poderão cooperar na sociedade sem as intervenções de um **estado autoritário**” (grifo nosso) (Horvart, 1990, p. 18) Portanto, a essência do pensamento proudhoniano, se baseia na livre relação entre as pessoas, mesmo que tenham de existir “contratos” entre estas relações, mas sem a presença do Estado. Isto, segundo Horvart, leva ao mutualismo, “que significa um intercâmbio equitativo, igualização das condições em que são feitos os negócios e a cooperação equitativa de indivíduos cujas liberdades pessoais são preservadas.” (Idem, p. 18) A regulação destes contratos entre os indivíduos é realizada pelo “banco de intercâmbio”, que “determina o valor-trabalho das mercadorias e emite os recibos correspondentes aos produtores.” (Idem, p. 18-9)

Se o mutualismo é a nova forma de organização econômica, o federalismo o é na esfera política, e a sua expressão máxima é a *comuna*. A lógica proudhoniana se constrói na valorização da participação direta do comunário federado, e seu voto é na *assembleia comunal*, que é representada na confederação, pelos delegados eleitos diretamente.

Para Marx a ingenuidade de Proudhon resultou na sua histórica crítica que ele realizou após a morte do “pai do anarquismo” em 1865. Mas a influência dele nos anos 50 e 60, foi predominante no movimento operário francês. A Comuna de Paris em 1870, também recebe forte influência do proudhonismo.

Também o *sindicalismo* é um movimento que contribui até os dias atuais, para assunção do estado de consciência em direção à libertação do trabalho através da elevação da cooperação entre os trabalhadores. Do sindicalismo saíram muitas lideranças e muitas formas de luta e organização, que demonstraram a capacidade de resistência dos operários, ante a exploração marcante do capitalismo sobre os assalariados. Estas reações iniciam-se praticamente junto com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente com a Revolução Industrial.

Para Singer (1999), a reação da classe operária se dará em três níveis diferentes; (p.68)

- “opondo-se ao industrialismo em si”
- “somando-se à luta pela democracia, impulsionada pela Revolução Francesa”
- “desenvolvendo formas próprias, potencialmente anticapitalistas, de organização social – o sindicalismo – e de organização da produção e distribuição – o cooperativismo.”

Os “ludistas”, movimento radical contra a introdução de máquinas nas empresas, não conseguiu frear o avanço tecnológico.

Com o passar do tempo e com o crescer das lutas reivindicatórias por melhores condições de trabalho, ante a exploração cada vez mais acentuada nas fábricas, as reações foram tomando um caráter mais reivindicatório e ideológico. De simples reação ao desenvolvimento tecnológico que desempregava, as reivindicações passaram a ganhar a pauta dos parlamentos e do judiciário. Owen foi um dos que mais colaborou neste sentido,

pressionando o poder político inglês para que se aprovassem leis limitando as horas de trabalho e a idade mínima. Muitas conquistas foram possíveis graças a esta capacidade da classe trabalhadora atuar organizadamente dentro dos marcos jurídicos de luta, na tentativa de ver seus direitos universais garantidos e ampliados, na medida em que conquistas democráticas iam sendo alcançadas. Neste sentido, um amplo movimento por reformas no parlamento motivou e mobilizou o operariado a lutar contra as *Combination Acts*, que tanto prejudicavam as organizações sindicais. “Com a revogação das *Combination Acts*, muitos sindicatos voltaram a atuar abertamente, dando publicidade a seus objetivos e procurando recrutar mais membros.” (Singer, 1999) Estas reformas no parlamento, consideradas por alguns como a “revolução de 1832”²⁴, trouxe profundo impacto na opinião pública motivando novas ações sindicais que vão resultar no “cartismo”, um movimento antiburguês, segundo Singer, e de ampliação da democracia na Inglaterra. Contra a ação “cartista” a reação capitalista veio na forma da revogação da Lei do Trigo, que “instituiu o livre-câmbio e com ele o *laissez-faire*” (Idem, p. 84) na Inglaterra. Parecido com esse livre-cambismo de meados do século XIX, só a retomada liberal vivenciada no final do século XX com o neoliberalismo.

Além da reação operária ante o avanço tecnológico excludente, do início da Revolução Industrial, e da mobilização operária “via parlamento”, Singer (1999) também destaca a terceira forma de reação, que foi realizada eminentemente no campo econômico.

Para lutar contra o poder econômico dos detentores do capital, os trabalhadores, que dependiam da alienação de sua mão-de-obra a estes, uniam-se em *trade club*, uma forma de organização mutualista, entre outras coisas. Se estes “clubes de ofício” tinham ainda uma reação econômica muito tímida, as *trade unions* já eram uma reação bem mais forte ante a exploração do trabalho. Em 1830 surgiu a *United Trades Co-operative Journal*, e logo a seguir a “Associação Nacional para a Proteção ao Trabalho”, (Idem, p. 89) na Inglaterra.

²⁴ Ver citação de Cole Postage, in Singer, 1999 p. 81.

Além destas reações operárias, Singer (1999) vai obtendo respostas conclusivas, seguindo esta lógica, a de que “é provável que as cooperativas tenham sido um desdobramento lógico das atividades dos *trade clubs* enquanto sociedades mutualistas.” (Idem, p. 90) Assim, “a difusão inicial das cooperativas coincide com a revolução industrial, o que dificilmente terá sido por acaso.” (Idem, p. 91) E mais, continua Singer neste comparativo com os sindicatos, dizendo “vale observar que, tal qual os sindicatos, também *as cooperativas foram sempre iniciativas de trabalhadores qualificados.*” (Idem, p. 91)

Um dos fatores motivadores que nos levaram a estudar a autogestão nas cooperativas de produção, foi justamente esta “herança” ideológica que os trabalhadores deste setor industrial historicamente têm, e que levaram, e continuam levando, para o cooperativismo, e possibilitando com isso que este movimento seja autenticamente revolucionário, porque é emancipador ao operariado. Comungamos, neste sentido, com esta tese de Singer exposta em “Uma Utopia militante” (1999) e para melhor ilustrar este elo de ligação, reproduzimos este parágrafo:

“Estas cooperativas [falando das cooperativas formadas por sindicalistas], embora socialistas em espírito (no sentido de se considerarem pioneiros de uma sociedade melhor, que no futuro substituiria o capitalismo), eram diferentes das comunidades cooperativas freqüentemente formadas por gente de classe média e dependentes de contribuições filantrópicas para se estabelecer e, não poucas vezes, para substituir. Estas cooperativas, que podemos chamar de “operárias”, surgem da luta de classes e muitas vezes foram criadas para enfrentar e eliminar a empresa capitalista do mercado. A idéia era ingênua, mas empolgou os trabalhadores britânicos durante as jornadas quase revolucionárias dos anos 1820 e 1830. Ao contrário das cooperativas que chamaremos de “comunitárias”, as operárias constituíram, neste período, um genuíno movimento de massas, participando diretamente da lutas sindicais.” (Idem, p. 94)

A nossa concordância com Singer vai neste sentido, de que os protagonistas das reações anticapitalistas, eram realizados por trabalhadores qualificados, ideologistas,

sindicalistas, cooperativistas. Isto resultou numa formação cooperativa que Singer chamou de “implante socialista”.

Também no século XIX, durante a Primeira Guerra Mundial, vários governos de países envolvidos na guerra, pediram e receberam o apoio e cooperação dos sindicatos para realizarem incentivos à produção bélica. Estes acordos geraram movimentos de organização de delegados sindicais, e este movimento gerou por sua vez as “**comissões de trabalho conjunto.**” (Horvart, 1999, p. 59) Foram formas de organizações onde os operários e patrões realizaram inúmeros acordos em conjunto, regulamentando as relações de trabalho nas fábricas. Em alguns casos, esse movimento gerou divisões no sindicalismo, o que possibilitou a ascensão de governos fascistas.

Posteriormente, na Segunda Guerra Mundial, “uma vez mais, os governos procuraram a cooperação dos trabalhadores para incentivar a produção bélica, e comitês de cooperação foram implantados em vários países”. (Idem, p. 61) Com isso, novos Conselhos foram criados para que esta cooperação entre patrões e empregados fosse realizada. Desta vez esta comunhão vai permanecer para além do término da Guerra, se expandiu para outros países fora da Europa e, em alguns casos, vai até evoluir para uma nova formação chamada de **conselhos de gestão conjunta.** Isto passou a ser comparado aos **controles operários.**

Percorrendo passos similares, porém em meios não urbanos, poderia considerar-se os casos dos **Kibbutzim** em Israel e dos **asentamientos** no Chile de 1964-70 e das **cooperativas autogestionárias camponesas** no Peru, no final da década de 60. (Idem, p. 64 a 67)

Após a Revolução Bolchevique de 1917, vários países adotaram uma fórmula de socialismo que ficou sendo conhecida mais tarde como “socialismo real”. Até que ponto estes países e suas “revoluções socialistas”, levando em consideração seus “desvios marxianos”, foram realmente ao encontro do trabalho em cooperação, valorizando a autogestão e a autonomia cooperativa, é o que podemos questionar criticamente.

A mesma tentativa de libertação, porém seguindo o pensamento filosófico do marxismo, junta os ideais dos socialistas utópicos com as práticas dos movimentos revolucionários, e cria uma nova forma de tentar essa emancipação, uma libertação que não se restrinja às fábricas, quando se liberta do domínio do patrão, mas também quando se liberta do poder econômico mais geral, buscando a autogestão da sociedade, ou seja, em sua plenitude.

Assim a teoria da autogestão é fruto de acúmulos obtidos por anos de lutas do movimento dos trabalhadores na busca de sua libertação, numa caminhada que vai dos “utópicos” aos socialistas “científicos”. Como vimos os “precursores” do pensamento socialista, Owen, King, Saint-Simon, Fourier e também Proudhon, serviram de embasamento teórico-prático aos pioneiros dos movimentos autonomistas. Fourier percebe que se há uma “aspiração das massas à democracia e à liberdade” por um lado, e “desordens” e “terror” por outro lado, para ele, o homem deveria ultrapassar da “civilização” (o capitalismo) à “harmonia” (o socialismo), mas uma passagem sem violência. Fundamenta-se ele no livre impulso das paixões, concretizando tudo isso no “falanstérios”. Conclui assim Engels sobre “os utópicos”: “Estes novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias.” (Engels, 1984, p. 35)

Para Marx, estas *reformas* não provocam a ruptura necessária para a independência da classe operária. Nem para Engels, que faz a crítica ao socialismo utópico de seus antecessores: “O socialismo moderno é, em primeiro lugar, pelo seu conteúdo, fruto do reflexo na inteligência, por um lado dos antagonismos de classe que imperam na moderna sociedade entre possuidores e despossuídos, capitalistas e operários assalariados, e, por outro lado, da anarquia que reina na produção”. (Engels, 1984, p. 28) Leva Engels em consideração a história do movimento socialista do século XVIII, reforça também, como Marx o fez, a

importância da dialética hegeliana, mas não deixa de refazer a crítica ao idealismo hegeliano. Não basta idealizar a sociedade operária, há que realizá-la de forma revolucionária, através de um socialismo igualmente revolucionário, essencialmente na sua prática. Se para Hegel “o mundo girava sobre a cabeça”,²⁵ para Marx, que em 1845, escreveu as *Teses sobre Feuerbach*²⁶, e nelas dizia ser necessário ultrapassar a *contemplação* e compreender um mundo sensível como atividade prática (teses nº 8 e 9). Com isso, podem então, ao colocar os socialistas utópicos nesta crítica, deixar de apenas “interpretar” o mundo e sim agora também de saber “transformá-lo” (tese nº 11). Há, nesta concepção marxista da história, uma substituição do idealismo hegeliano pela concepção materialista da história, “com o que abria caminho para explicar a consciência do homem pela sua existência, e não esta pela sua consciência, que era até então o tradicional.” (Idem, p. 53)

Mas algumas conquistas operárias só se concretizaram no período subsequente, quando a classe operária mudou o referencial teórico de uma classe que busca a sua autogestão. Com a fundação da Primeira Internacional (a Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT) em 1864, passando pela criação do estatuto legal das cooperativas em 1867, na França, o socialismo começa a ganhar novas teorias e novas formulações, fazendo a crítica ao socialismo utópico, e aprofundando a teoria sobre o “autogoverno dos produtores associados”. Isto significa que não é a substituição de uma forma de exploração por outra, mas a abolição de toda e qualquer forma de exploração. Significa também, que o processo revolucionário não é automático, mas é uma orientação de um objetivo específico, qual seja a socialização dos meios de produção pela conquista do poder político pelo proletariado e a sua progressiva extinção.

²⁵ “Desde que o Sol ilumina o firmamento e os planetas giram em torno daquele, ninguém havia percebido que o homem se ergue sobre a cabeça, isto é, sobre a idéia, construindo de acordo com ela a realidade”. (Hegel in: Engels, 1984 p.29)

²⁶ Transcrito por Fred Leite Siqueira Campos para The Marxists Internet Archive

O materialismo histórico passou a ser o norte orientador das lutas que se baseavam no resultado dos conflitos inevitáveis entre duas classes antagônicas, o operariado e a classe burguesa, ou seja, o conflito de interesses entre a mão-de-obra assalariada e os detentores do Capital. Para Engels agora, o socialismo não “mais aparecia como a descoberta casual dum ou outro intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente: o proletariado e a burguesia”. (Idem p.53) Assim devia definitivamente superar o utopismo de um outro mundo possível, para se partir para a construção científica de uma nova sociedade.

Este novo paradigma levou este mesmo movimento de cooperação entre os trabalhadores, por trabalho e trabalho autogestionário, a realização de novos movimentos revolucionários, agora influenciados pelo pensamento científico marxista.

A Revolução Russa, em 1917, despejou estas esperanças não só em seu próprio povo, mas em várias outras Nações européias e fora dela. Alguns exemplos de “autogestão” como se vivenciou na Rússia de 1917/18 e na Jugoslávia de Tito, são muito ilustrativas como práticas concretamente realizadas.

“A Rússia, madura para a revolução social, cansada de guerra e à beira da derrota, foi o primeiro dos regimes da Europa Central e Oriental a ruir sob as pressões e tensões da Primeira Guerra Mundial. A explosão era esperada, embora ninguém pudesse prever o momento e a ocasião da detonação. [...] O governo do czar desmoronou quando uma manifestação de operárias se combinou com um *lock-out* industrial, e produziu uma greve geral.[...] As tropas do czar, mesmo os leais cossacos de sempre, hesitaram e depois se recusaram a atacar a multidão, e passaram a confraternizar com ela.” (Hobsbawm, p.66-7)

Do caos generalizado ao desejo por mudança, o feito extraordinário de Lênin “foi transformar essa incontrolável onda anárquica popular em poder bolchevique”. (Idem, p. 67) Assumiu em fevereiro de 1917, o impotente “governo provisório”, mas logo se mostrou eficaz e decisivo o poder dos “soviets”, que era “uma multidão de “conselhos” de base brotando

espontaneamente por toda parte, como cogumelos após as chuvas”. (Idem, p. 67) Pois são estes “conselhos” que conseguiram radicalizar o movimento revolucionário social, derrubar o poder “provisório” e assumir o controle total a partir de outubro do mesmo ano. Para Hobsbawm, a Revolução de Outubro, adotou o programa leninista onde o governo passou a ser dos “soviets” com o controle do Partido Bolchevique, também redefinido depois como Partido Comunista. Lênin e os bolcheviques construíram uma formação político-partidária, que foi o principal sustentáculo político a essa revolução social. A criação do partido de “vanguarda” deu condições de organizar as massas revoltas e dispersas no caos econômico em que se encontrava a Rússia neste início do século XX.

Seguindo este processo de bolchevização na Europa Oriental, o Conselho de Libertação Nacional da Iugoslávia uniu eslavos, eslovenos, croatas, bósnios, sérvios, montenegrinos e macedônios, em torno de ideais fraternos e libertadores. Esta história rica em momentos autonomistas permitiu a criação de uma Constituição em 1946, elegendo Joseph Tito seu maior representante e defensor da Autogestão. “A Iugoslávia avançou mais do que qualquer outro Estado multinacional na História” (Nogueira Filho, 1969, p. 92) Continua Nogueira:

“De 1946 a 1949 sob um regime em alguns aspectos inspirado no modelo soviético, procedeu-se à primeira nacionalização de empresas: as dos ocupantes estrangeiros, especialmente alemães, a dos colaboradores e traidores, bem como a dos capitalistas enriquecidos em virtude da dominação fascista. Logo adiante chegou a vez da desapropriação dos bens das grandes indústrias, dos meios de transporte, do sistema bancário e dos estabelecimentos comerciais. Praticamente o Estado tripartido admitindo a propriedade privada, a estatal e a cooperativa, se via substituído pelo sistema socialista consubstanciado nos moldes de “um socialismo democrático”” (Idem, p. 92).

De certa forma, seguiu um rumo diferenciado dos casos da Hungria, Bulgária, Romênia, Tchecoslováquia e Polônia. A partir de 1949 a administração estatal foi fortemente descentralizada, e o poder das empresas ganhou mais força. Buscava-se fortalecer com isso a

autogestão e a criatividade dos homens dentro das empresas. A década de 50 foi extremamente marcante para o aprofundamento e a radicalização da autogestão na Iugoslávia. A planificação da economia atingia inclusive as regras de mercado e este não deixou de existir, mas também não era de todo livre. Boa parte das decisões mais importantes do regramento econômico nacional era tomada pelo Estado. Na década seguinte, até 1965, estendem-se os poderes autogestionários inclusive para a esfera da distribuição, mas o Estado continua a dominar as principais decisões. Após a reforma de 1965, muitos investigadores econômicos consideraram “o início do fim do planejamento centralizado” (Brus, W. In: Hobsbawm, p. 258), seja pelo seu “abandono” seja pela sua “mudança de natureza”. Esse processo continua e aprofunda-se com a Constituição Iugoslava de 1974, que “põe em evidência a idéia de combinar a independência das “organizações de base do trabalho associado” com a coordenação planejada em ampla escala, através de um sistema de acordos” (Idem, p. 258). Este autor levanta algumas questões que restaram dos debates a partir desta experiência Iugoslava, das quais destacamos uma; “A economia socialista é uma economia de mercado, ou relações de mercado *existem* numa economia socialista”? (Idem, p. 267)

A experiência de se tentar combinar mercado com socialismo centralizado pelo Estado, se espalhou por todos os países do bloco soviético no leste europeu, com exceção da Albânia, que em 1961, seguiu o modelo maoísta chinês. Os outros seguiram uma linha vinculada umbilicalmente ao modelo soviético, com diferenças e nuances próprias entre os países que faziam parte do bloco. Mas na essência, seguiam a linha básica do socialismo considerada o “real”, o “possível” de ser realizado por estas nações neste momento. A nós aqui nos coube apenas lembrar estes momentos como momentos já pertencentes de uma história de lutas operárias, que de uma forma ou de outra, tentaram, e para muitos, conseguiram realizar o que estamos chamando de autogestão empreendedora.

Nestes casos, do bloco soviético, o debate foi e de certa forma continua sendo, o envolvimento destes dois paradigmas do movimento cooperativista, o da autogestão e sua autonomia com relação ao Estado.

4.2 PERDAS E DANOS NA AUTOGESTÃO

O Socialismo dos países do socialismo real, que no pensamento de Marx deveriam ser vivências de um “socialismo comunitário”, de autogestão, onde os bens de produção estariam diretamente sob o controle dos trabalhadores, articulados em torno a um “Organismo Central” (em substituição do Estado) organizador dos processos econômicos e sociais transformou-se efetivamente em “capitalismo de estado”, onde o Estado tinha o monopólio total de todos os bens de produção, (todos os bens e patrimônios de produção, bem como todas as redes de produção, de comercialização, de distribuição) com algumas poucas exceções, como no caso das cooperativas de consumo, que eram admitidas porque administravam uma propriedade coletiva comunitária (e não estatal) (Prof SJ José Odelso Schneider)

Os principais problemas enfrentados por estas experiências autogestionárias, levaram a que se perdessem a autonomia e a autogestão nas empresas do Estado socialista.

Se a idéia de construir o socialismo “num só país” não existia para os bolcheviques de 1917, a realidade de que os outros países do ocidente não os acompanhariam na revolução proletária levou-os a desenvolver sua economia a qualquer custo, com ou sem companhia de outros países. Assim, “o comunismo de base soviética, passou a adotar um programa voltado para a transformação de países atrasados em avançados.” (Hobsbawm, p. 367) Isso foi realizado com planejamento econômico estatal centralizado e escala produtiva, onde a indústria básica e a infra-estrutura ganharam um grande impulso no desenvolvimento. Esta política econômica de guerra, segundo Hobsbawm, “tendiam naturalmente, por questões de princípio, a substituir propriedade e administração privadas por públicas e a dispensar o mercado e o mecanismo de preços, sobretudo quando nenhum dessa era de muita utilidade

para improvisar um esforço de guerra nacional de uma hora para outra.” (Idem, p. 368) Com a instalação da NEP (Nova Política Econômica) em 1921, por Lênin, segundo o historiador, se reintroduzia o mercado, e com isso, “recuava-se do Comunismo de Guerra para o Capitalismo de Estado.” (Idem, p. 368) “Uma industrialização à força: uma segunda revolução, mas desta vez não vinda de baixo, e sim imposta de cima pelo poder do Estado.” (Idem, p. 371) Vieram logo a seguir os “Planos Quinquenais”, o primeiro em 1929-41, com o “sangue, esforço, lágrimas e suor” impostos aos trabalhadores. Para Hobsbawm, este planejamento, era muito mais grosseiro que a NEP anterior, dos tempos de Lênin. Agora, “*seu objetivo era mais criar novas indústrias do que dirigi-las* (grifo nosso), e preferiu dar prioridade imediata aos setores básicos da indústria pesada e da produção de energia que eram a fundação de qualquer grande economia industrial: carvão, ferro e aço, eletricidade, petróleo etc.” (Hobsbawm, p. 371) Dirigindo ou não suas próprias indústrias, obtiveram os trabalhadores soviéticos e a população russa em geral, o mínimo necessário para a sobrevivência, o seu consumo e um bem viver, coisa que até então não tinham tido. Na esfera política também se observaram transformações; do “centralismo democrático” vivido no período leninista, restou somente o centralismo de Stalin. Assim, a participação política dos militantes bolcheviques, foi se escasseando com a falta de encontros e assembleias e os “soviets”, que fizeram a revolução em 1917, perderam o seu poder pouco a pouco. Mas se o povo perdeu a democracia, ao mesmo tempo não ficou subjugado totalmente a um regime “totalitário”. Não que Stalin assim não o desejasse, mas sim porque a doutrina marxista-leninista nunca conseguiu “entrar nas mentes” de TODOS os soviéticos. Talvez por isso a vitória do regime antidemocrático stalinista.

Tanto Schneider, quanto o historiador Hobsbawm como tantos outros investigadores e pesquisadores destas grandes experiências mundiais, há entre estes uma unanimidade em relação ao que foi o “socialismo real” de Estado e a “autogestão” nestes Estados. Crêem como vimos na formação de um “*capitalismo de estado*”. Entretanto, queremos destacar que nem

todos os críticos do Estado Soviético, assim se referem. Há avaliações de que aquela experiência foi “uma formação estatal burocratizada, onde não existe nenhuma forma de exercício direto do poder pela classe operária; mas mesmo assim o capitalismo não foi restaurado até a queda do muro em 1989 e o fim da “guerra-fria”, tendo-se antes conservado as conquistas econômicas e sociais mais importantes da Revolução de Outubro – economia planificada, estatização dos grandes meios de produção, monopólio do comércio externo.” (Mandel, 1977, p. 97) Para Mandel, isto foi possível pela transformação do *centralismo democrático* para o *centralismo burocrático*, ao reprimir as liberdades democráticas dentro da estrutura política existente.

Tanto em uma concepção como em outra, deixa-nos claro que é importante a participação popular na gestão da coisa pública, principalmente por ser pública, e na gestão das empresas, para se tornarem públicas e não estatais. Serve o alerta deixado por Mandel: “uma coisa é reconhecer e corrigir as fraquezas dessa planificação centralista burocrática, e outra coisa é a descentralização completa através da chamada “economia socialista de mercado””. Continua Mandel no mesmo parágrafo,

“há experiências correspondentes – sobretudo na Iugoslávia – onde esse processo foi levado mais longe: desigualdade social crescente, crescimento inevitável das contradições internas e divisão da classe operária, a partir do momento em que, em vez de produtores associados, *surgem cooperativas de produção que mais se hostilizam entre si, que concorrem umas com as outras, que lutam umas com as outras*. São apenas a triste confirmação de uma previsão feita por Marx há mais de 120 anos no seu grande debate histórico com Proudhon.” (Idem, p.110-1)

A saída, para Mandel, “reside na fórmula auto-gestão planificada centralista e democrática”. (Idem, p. 111) onde a democratização é a radicalidade realizada em sua plenitude, seja no direito de liberdade de organização, de imprensa, de manifestação,

liberdade nos processos produtivos, em todas as instâncias, seja na empresa, na escala local, regional ou nacional até internacional.

A experiência soviética não chegou a presenciar esta saída. Nem tanto o “cooperativismo oficial”, realizado sob a égide de sua principal instituição, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e que vai exercer forte influência no movimento cooperativista mundial.

Esta concepção oficial do cooperativismo iniciou-se com o “racha” que houve em 1895, divisão manifestada entre os que pleiteavam a primazia do consumidor como paradigma de orientação da ACI e os que pleiteavam a primazia do produtor industrial, quando da sua fundação. Qual o rumo que seguiu a ACI? Quais os principais princípios adotados e as principais normas que defende a ACI para o movimento cooperativista internacional?

Os princípios que norteiam oficialmente o cooperativismo foram sendo construídos ao longo de muitos anos de adoção de pensamentos limitados a mutualistas, “pioneiros” e “precursores” do cooperativismo de um lado, e de outro, resultado de ações e realizações práticas de inúmeras cooperativas que se formaram. Estes princípios foram aperfeiçoados e servem de orientações para que novas cooperativas se formem, sem perder suas principais características de cooperação mútua, democracia, educação e autogestão.

Estes princípios formais são hoje adotados por todas as cooperativas, porque os pioneiros de Rochdale, demonstraram na prática a necessidade de se ter princípios e normas, para que uma cooperativa não se degenere rapidamente e perca o seu sentido e espírito de cooperação cooperativa. Até o surgimento dos “probos pioneiros”, várias tentativas haviam sido realizadas, mas todas fracassaram pela falta de combinação entre a normatização empresarial e a manutenção de princípios de cooperação.

“Os pioneiros, ao fundarem a cooperativa em 1844, se autodenominaram de “Equitáveis Pioneiros de Rochdale”, para indicar o espírito que os orientaria no seu empreendimento, baseado numa cooperação equitável, ou seja, justa, igualitária, sincera contrária a qualquer fraude na apresentação dos serviços aos membros e a terceiros e, ao mesmo tempo, calcada numa cooperação que respeitaria a igualdade de direitos e a liberdade de cada membro.” (Schneider, 1999, p. 48). Segundo Schneider, o principal mérito dos princípios de Rochdale, está na defesa e na prática conjunta dos ideais, uma vez que isoladamente, eles já vinham sendo pensados anteriormente. Foram seis os seus princípios assim definidos:

- a. Democracia: cargos e funções administrativas, eleitos por assembléia geral.
- b. Livre adesão: qualquer pessoa pode aderir se aprovada em assembléia.
- c. Livre saída: qualquer cooperado pode retirar-se da cooperativa
- d. Compras e vendas à vista: todas as compras da cooperativa serão pagas à vista
- e. Juro limitado ao capital: definido um juro fixo para as cotas-partes
- f. Redistribuição dos excedentes: as sobras no final do ano, são redistribuídas aos cooperados.

Em 1854 para adequar-se à nova Lei do “Industrial and Provident Societies Act” promulgada em 1852, foram acrescentados 4 novos princípios, como a definição da relação com os não-associados, um fundo para a educação aos associados e as famílias e devolução desinteressada de ativos líquidos em fins caritativos ou públicos. (Schneider, 1999) Em 1860, a própria cooperativa emitiu um almanaque onde definia quais eram os seus princípios norteadores do espírito cooperativista em Bonner apud Schneider, 1999. p. 54, temos:

- a. O capital seja formado com recursos próprios e receba um juro fixo
- b. Os gêneros para servir os associados sejam puros

- c. Usem-se pesos e medidas corretos
- d. Cobrem-se os preços de mercado, sem a concessão de créditos.
- e. Os excedentes sejam distribuídos a “pro rata” das compras feitas por cada associado
- f. O princípio do “um homem um voto” seja aplicado ao governo da cooperativa bem como a vigência da igualdade de sexos como membro da cooperativa
- g. A administração seja conduzida por gerentes e pela direção eleita periodicamente
- h. Um percentual definido dos excedentes seja destinado à educação
- i. Frequentes relatórios e balanços sejam apresentados aos associados

Analisando estes documentos-fontes, vários outros autores já se debruçaram em análises sobre a doutrina desenvolvida pelo cooperativismo. Com posicionamentos muitas vezes diferenciados sobre os desdobramentos dos princípios rochdaleanos, penso que há uma quase unanimidade em se buscar nos probos pioneiros de Rochdale, uma experiência bastante positiva e revolucionária, no que se refere à autenticidade e sucesso que foi conquistado por estes pioneiros.

De Rochdale até hoje, avanços e retrocessos foram experimentados, no sentido de se confirmar ou de se desviar dos princípios rochdaleanos. Destacam-se os debates dos primeiros congressos da Aliança Cooperativa Internacional, onde predominou e se definiu “oficialmente”, ou seja, com a definição oficial da ACI, o Grupo de Manchester²⁷, e com isso

“acabou predominando o plano de integração cooperativista embasado na hegemonia do consumidor, (...) e não na hegemonia do produtor. O Grupo de Londres, composto pelos socialistas cristãos, que defendiam a hegemonia do produtor industrial como referencial básico do cooperativismo inglês e europeu em expansão, foi preterido, (...) de modo que o esquema associativo, de uma democracia econômica *participacionista*, ou de participação dos

²⁷ Diva Pinho resume assim os dois grupos em confronto:

- “o plano de *hegemonia do consumidor* defendido pelo Grupo de Manchester, isto é, pelos Wholesales (Cooperativas Centrais de Consumo) e apoiado pelas federações cooperativistas de consumo de Glasglow e de outras cidades inglesas.
- O plano de *emancipação do produtor*, proposto pelo Grupo de Londres, ou seja, pelos socialistas cristãos, liderados por Vansittart Neale, com o apoio em G. J. Holyoake (o célebre historiador dos Pioneiros de Rochdale), nos membros da Escola de Nimes e nos representantes das cooperativas francesas de produção (agrícola e industrial) e de consumo...” defendendo “o *participacionismo* como principal critério de autenticidade cooperativista.” (Pinho, 1977, p. 107-108)

trabalhadores nas empresas cooperativas, não constitui critério de autenticidade do modelo rochdaleano *codificado*". (Pinho, 1977, p. 109-110)

Em 1934-37 e 1966, os encontros da ACI foram novamente marcados por debates, estudos e reavaliações. Houve uma retomada dos princípios de Rochdale, abandonado desde o fim do século anterior, e uma nova codificação foi gerado. A economia mundial vinha sofrendo profundas transformações, e conseqüentemente, as relações de trabalho também já vinham sofrendo mudanças em sua formação.

Assim ficaram definidos os princípios com o Congresso da ACI de Paris, em 1937 dividindo-os em primários e secundários: (In: Drimer, 1981, p. 110-1)

Princípios primários:

- I. Adesão livre
- II. Controle democrático (uma pessoa, um voto).
- III. Distribuição aos associados do excedente à pró-rata de suas operações
- IV. Interesse limitado sobre o capital
- V. Neutralidade política e religiosa

Princípios Secundários

- VI. Vendas à vista
- VII. Desenvolvimento da educação

Em 1966, o 23º Congresso da ACI, realizado em Viena, aprovou as recomendações e conclusões da Comissão Especial que preparou os novos princípios a serem seguidos pelo movimento cooperativista, a todas as entidades afiliadas a ACI. Esta nova declaração, manteve os quatro primeiros princípios definidos em 1937, e incluiu os princípios da educação e da integração cooperativa. Quanto ao princípio da neutralidade política e religiosa, foram integrados ao primeiro princípio. Ficaram assim definidos os princípios do cooperativismo, segundo Drimer (1981, p. 112):

- 1 - A Adesão a uma sociedade cooperativa deve ser voluntária e estar ao alcance, sem restrição artificial nem qualquer discriminação social, política, racial ou religiosa, de todas as pessoas que podem utilizar seus serviços e estejam dispostas a assumir as responsabilidades inerentes à qualidade do associado.
- 2 - As sociedades cooperativas são organizadas democraticamente. Suas operações devem ser administradas por pessoas eleitas ou nomeadas de acordo com o procedimento adotado pelos membros e responsáveis por estes. Os membros das sociedades primárias devem ter os mesmos direitos de voto (um membro, um voto) e de participação nas decisões que influem na sociedade. Nas sociedades cooperativas que são de segundo e de terceiro graus, a administração deve realizar-se sobre uma base democrática em uma forma apropriada.
- 3 - Se paga um interesse sobre o capital acionário, sua taxa deve ser estritamente limitada.
- 4 - Os excedentes, ou economias eventuais que resultem das operações de uma sociedade, pertencem aos membros desta sociedade e devem ser distribuídos de maneira que se evite que um membro ganhe as expensas dos outros. Isto pode ser, de acordo com a decisão dos membros, da seguinte forma:
 - a. Aplicação de desenvolvimento das atividades das cooperativas
 - b. Aplicação de serviços comuns, ou
 - c. Distribuição entre os membros em proporção a suas operações com a sociedade.
- 5 - Todas as sociedades cooperativas devem tomar medidas para promover a educação de seus membros, dirigentes, empregados e públicos em geral, nos

princípios e métodos da Cooperação, desde o ponto de vista econômico e democrático.

- 6 - Com o objetivo de servir melhor os interesses de seus membros e da comunidade, todas as organizações cooperativas devem cooperar ativamente, de todas as maneiras possíveis, com outras cooperativas a nível local, nacional e internacional.

Assim, ao mesmo tempo em que tínhamos experiências autogestionárias que foram burocratizadas nos Estados socialistas do “socialismo real”, tivemos uma trajetória do movimento cooperativista internacional, buscando a autogestão limitada aos princípios cooperativos rochdaleanos. Enquanto naquele podemos observar uma forte influência do poder político na construção de empreendimentos autogestionários, neste veremos uma busca pelo formalismo legalista cooperativo como principal bandeira do cooperativismo. Se as cooperativas do “socialismo real” burocratizaram-se com os desvios políticos e perderam a autogestão, nas cooperativas oficiais e fiéis à Rochdale, tornaram-se conservadoras e muito mais “mutualistas”, do que emancipadoras do processo produtivo capitalista.

Sobre estas cooperativas, de tradição conservadora, encontramos a continuidade deste conservadorismo no cooperativismo oficial brasileiro, e conseqüentemente nas cooperativas tradicionais do Rio Grande do Sul.

Sobre esta continuidade conservadora do cooperativismo oficial da ACI, aqui no RS, e o seu predomínio, descrevemos sucintamente sua história.

4.2.1 O COOPERATIVISMO GAÚCHO E A HEGEMONIA CONSERVADORA

Se a primeira experiência cooperativa brasileira foi em Limeira, São Paulo no ano 1891, a segunda, em 1892 será realizada no Estado da federação brasileira que mais obteve êxito no desenvolvimento do cooperativismo, o Rio Grande do Sul. Pelo menos numericamente em relação a sua população.

A *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industriali*, impulsionada por Vicente Monteggia, surgiu onde hoje é Veranópolis e Antônio Prado, RS, como a primeira cooperativa agropecuária do Brasil.

Com mais êxito, foi, entretanto, a iniciativa do Pe. Theodor Amstad, onde hoje é a Linha Imperial, no município de Nova Petrópolis, RS. Ali ele foi “líder e pioneiro com o cooperativismo de crédito, quando da fundação da Primeira Cooperativa de Crédito do Brasil e da América Latina em 1902, em prol dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul.” (Schneider & Konzen, 2001, p. 10) Sua importância não reside somente no seu êxito empresarial, mas principalmente porque ela já se orientava segundo as normas do cooperativismo, ou seja, “cada associado tinha direito a um voto e destinava-se a ser instrumento de poupança e crédito para os agricultores da região.” (Idem, p. 10)

Este foi o grande marco inicial do cooperativismo no Brasil, e o Rio Grande do Sul passou a ser o “berço” deste movimento:

“A partir da primeira cooperativa de crédito, na Linha Imperial (1902), este sistema se expandiu no Estado do Rio Grande do Sul e fora dele e, em seqüência à primeira, foram fundadas, até 1930, outras 31 Caixas Rurais, no Estado, por influência direta ou indireta do Pe Amstad e mais uma em Concórdia, Santa Catarina. Após o falecimento do fundador, criaram-se mais 14 cooperativas até 1950, chegando a um total de 45, e outras 18 mais até 1966, quando se contavam, no Estado, 63 cooperativas do sistema Raifeisen.” (Idem, p. 10)

A importância de Amstad deve ser medida não só pelo número de cooperativas que ele ajudou direta ou indiretamente a criar, mas pelo viés ideológico com que ele se preocupava. A idéia do cooperativismo para ele, segundo Schneider & Konzen, era também uma forma de realizar a crítica a situação econômica do período, e que nas palavras do próprio Amstad, assim como foi “um ponto de honra abolir a antiga escravatura, assim agora para o verdadeiro brasileiro, é um dever de honra afastar com mão firme esta nova escravatura no nosso querido Brasil.... Devemos produzir mais, exportar mais e importar menos, senão nos endividaremos sempre mais. ... Prefiram os produtos nacionais aos estrangeiros” (Idem, p. 12) Isoladamente, este pensamento vai além do mutualismo dos “precursores” e dos “pioneiros”. Amstad, tenta se contrapor a força do império colonialista europeu sobre suas “colônias”.

Esta primeira fase histórica do cooperativismo brasileiro deve-se também à presença importante de Giuseppe Stéfano Paternó, em 1911, “técnico italiano contratado pelo Ministério da Agricultura para orientar a organização de cooperativas agrícolas na zona de colonização italiana.” (Idem, p.13) Sob a influência deste, “16 ou mais cooperativas foram organizadas, a partir de 1911”, em vários municípios do Rio Grande do Sul²⁸. Destinavam-se ao consumo e à geração de renda;

“Visavam ao beneficiamento dos produtos coloniais, ao fornecimento de crédito, tecnologia e implementos aos colonos. As cooperativas, então organizadas, tinham o interesse de preservar a defesa da produção vinícola, a instalação da indústria de laticínios, a transformação de produtos suínos, a fabricação de embutidos e congelados (frescais) e a venda coletiva de frutas e cereais. Também fundou cooperativas de banha e de criadores de suínos...na mesma época em que inaugurou quatorze *cavas* para a fabricação de queijo e manteiga” (Idem, p. 14)

²⁸ Caxias do Sul, Garibaldi, Banto Gonçalves, Guaporé, Antônio Prado, Veranópolis e Porto Alegre.

Apesar de Paternó ter retornado cedo à Itália, em 1913, e que muitas cooperativas que foram criadas sobre sua influência, terem logo desaparecido, ficou uma importante influência em sua breve passagem.

Hoje o cooperativismo gaúcho faz seu caminho próprio, mas com forte influência num passado cooperativista oficialista oriundo da vertente “acisista”. A partir Schneider & Konzen, segue abaixo uma breve sinóde de tempo ilustrando este passado;

- Em 1907, foi criado o Primeiro Estatuto Brasileiro de Cooperativismo.
- Em 1911, o apoio forte ao cooperativismo vem do Ministério da Agricultura, marcando o início da presença do Estado no movimento.
- Em 1913, se dá a fundação da *Cooperativa de Consumo dos Empregados da viação Férrea do Rio Grande do Sul*, que irá manter relações internacionais e que adotará uma estratégia parecida com a dos Pioneiros de Rochdale, ao diversificar suas ações em outros segmentos.
- Em 1928/9, há uma retomada no cooperativismo, que havia se estagnado na região italiana após a saída de Paternó. Várias cooperativas são criadas com o incentivo do Ministério da Agricultura.
- Em 1928, surge a primeira cooperativa destinada à industrialização de carne e charque. Para surpresa de muitos, a região da campanha gaúcha, com todas as suas peculiaridades culturais, também passou a ser palco de iniciativas cooperativas, onde se destacou a Cooperativa Pastoril sul-rio-grandense, em 8 de outubro de 1928, na cidade de Pelotas.

A partir de 1930, acompanhando as transformações na economia e na política brasileiras, o Rio Grande do Sul também verá seu quadro econômico e político sofrer muitas mudanças. O cooperativismo não poderia deixar de receber também estas influências.

Segundo Pinho (1982), o Decreto nº 22.239/32, de 1932, foi a primeira lei cooperativista rochdaleana brasileira. Ou seja, se até aqui tínhamos um cooperativismo seguindo a matriz Reiffeisen²⁹, a partir de agora a legislação vai valorizar mais os princípios de “gestão democrática, adesão livre, retorno, juros limitados ao capital, singularidade do voto, etc.” (Pinho p. 121) Mas isso não impediu a ascensão do cooperativismo gaúcho nos mesmos moldes anteriores. De 1930 a 1940, ele teve uma significativa expansão:

“Em 1938, o Rio Grande do Sul já contava com duzentas e setenta e nove cooperativas, ... e neste mesmo ano, foi realizado o 1º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul,... durante o qual foi aprovada, unanimemente, a constituição de um órgão centralizador das cooperativas rio-grandenses, a *União Sul-Brasileira de Cooperativas*.” (Schneider & Konzen, 2001, p.23)

Na década de 30 até 1940, o Governo Federal passou a incentivar cada vez mais a criação de cooperativas, “em todas as “Intendências Provinciais”, nas Secretarias Estaduais de Agricultura, os Departamentos de Assistência ao Cooperativismo – DAC’s.” (Idem, p.23)

Em 1950, o cooperativismo continuava a crescer numericamente no Rio Grande do Sul. A Cooperativa da Viação Férrea era uma das maiores do Brasil, “mantinha hospital próprio, escola técnico-profissionalizante, várias escolas de ensino fundamental” (Idem, p. 25), etc. Neste ano eram já 703 cooperativas nos três ramos principais³⁰. Dez anos depois, em 1960, havia 551 cooperativas de produtores rurais, 484 cooperativas de consumo e 92 de crédito, o que dava um total de 1.127 cooperativas.

A década de 60 foi um período de profundas mudanças na agricultura. O desenvolvimento tecnológico no trabalho e a monetarização da comercialização, alteraram o

²⁹ Lembrar que seguiam o modelo de cooperativas de crédito do meio rural. E que “Reiffeisen era partidário do pensamento liberal, pois apesar de defender os camponeses frente à usura e outros abusos do modelo capitalista, pretendia manter a ordem econômica e social existente. Teve educação religiosa na sua formação, e além das convicções religiosas e altruístas das cooperativas, influenciou também no espírito de solidariedade e amor ao próximo.” Nota da pág 52.

³⁰ 367 de produtores agropecuários, 282 de consumo e 54 de crédito rural. (fonte Schneider & Konzen, p.25)

perfil do campo. Com isso as cooperativas também alteraram suas *estratégias cooperativas*. A produção agrícola empresarial, calcada no binômio trigo-soja, deu origem às Cooperativas Agroindustriais, e que através dos “grandes complexos agro-industriais”, o cooperativismo passou a fazer parte também do “Agrobusiness” ou “Agronegócios” (Idem, p. 27) Sobre este cooperativismo, realizado no meio rural, não vamos nos deter mais aqui. Mas fica o registro sobre a importância em se manter o princípio da democracia participativa na cooperativa, mesmo que representativa e sem a participação direta de todos, para que as cooperativas não percam os seus princípios originais e autênticos. É pertinente que se reveja a análise, em Schneider & Konzen, já citado acima, sobre este período do cooperativismo no RS, para isso recorremos a citação que segue abaixo:

“Num fórum, promovido em novembro de 1991, em Nova Petrópolis, sobre *“Inércia, perplexidade e ação das cooperativas face á crise”*, segundo os últimos diagnósticos sobre as cooperativas, que estavam sendo afetadas pelas profundas, rápidas e complexas mudanças próprias da última década do século XX, se apontava invariavelmente para 4 problemas fundamentais: falta de integração entre cooperativas; falta de autonomia administrativa; falta de autonomia financeira; falta de representação cooperativista. A maioria dos problemas então detectados persistem na época atual. Hoje, num ambiente econômico-empresarial cada vez mais complexo e desafiador, não basta que a democracia cooperativa seja transparente no seu processo eleitoral. Urge que também seja cada vez mais transparente, e **participativa** (grifo nosso), na sua vigência diária. Importa que se melhorem e aprofundem os processos de **fiscalização, auditoria e acompanhamento** (Grifo nosso), para evitar desagradáveis surpresas, como tem acontecido na história recente do cooperativismo gaúcho.”(Idem, p.33)

As *“desagradáveis surpresas”* se sucederam uma após outra, e a estrutura oficial do cooperativismo brasileiro, através da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e de suas Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs), no caso gaúcho a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), pouco ou nada conseguiram fazer para evitar estes sérios “desvios” no cooperativismo autogestionário.

A doutrina cooperativista no Brasil pouco avançou no debate sobre suas “referências” e “autenticidades”. Muitas vezes o pragmatismo administrativo e econômico se sobrepõe aos ideais rochdaleanos, e o que “deveria ser”, “não o é” na realidade. Ao pensamento de Pinho (1982), acrescentamos com uma citação acerca do já referido congresso cooperativista de 1890/95, que nos parece instigante ao debate desta questão;

“...a respeito da participação do capital e do trabalho nas cooperativas, encontra-se o confronto de suas tradições rochdaleanas, de duas posições sistêmicas, dois planos sócio-econômicos opostos: hegemonia do consumidor “versus” emancipação do produtor. Com o predomínio do grupo representativo do cooperativismo de consumo, este é que passou a orientar o embasamento teórico-doutrinário do cooperativismo mundial, sob a égide da ACI. Isto explica porque o esquema associativo de uma democracia “participacionista” com a colocação dos instrumentos de trabalho nas mãos dos trabalhadores-empresários-usuários, ou seja, a autogestão cooperativa, não constitui critério de autenticidade reconhecido pela ACI e, por extensão, não é critério básico para o cooperativismo brasileiro.” (Pinho, 1982, p.125)

Este cooperativismo está mais preocupado com o atendimento ao mercado, e faz dele a essência do trabalho cooperativo, do que valorizar o “homo cooperativus”, um ser social por excelência.

4.3 O QUE NÃO É AUTOGESTÃO

A fundamentação política de um cooperativismo autenticamente autogestionário, é encontrada na releitura realizada a uma obra de Guillerme e Bourdet, *Autogestão: Uma Mudança Radical*.

Uma das preocupações dos autores é, ao conceituar a autogestão, resgatar a questão da autonomia das organizações de trabalhadores que se diziam autogestionárias, nos termos em que Marx propunha no século XIX, e que em alguns países (principalmente Yugoslávia de Tito) vinham realizando algo como sendo autogestão no sistema fabril.

A primeira definição apresentada pelos autores do que **não** é autogestão, está em uma forma de administração empresarial que se chama Participar. E isto para eles “não é autogerir; é simplesmente participar de uma atividade que já existe, que tem sua própria estrutura e finalidade” (Guillerm e Bourdet, 1976, p.19). É um “executante” de um conjunto maior que é obrigado a “acompanhar”, um operário não-qualificado privado de iniciativas, do saber, de memória, um operário “instrumentalizado”, “heterogerido”, ou seja, gerido por outro. Heterogestão é então o contrário de autogestão e supõe uma adesão voluntária do trabalhador ao vender sua força de trabalho, que torna “interessante” a *participação nos lucros* na empresa, distribuindo com ações no lugar de aumentos salariais, mas ainda assim mantendo a “*integração da classe operária no sistema capitalista*” (Idem, p.22).

A Co-gestão, segundo modo de gestão empresarial aqui apresentado, permite mais que o simples interesse na participação dos lucros, permite “ter uma palavra a dizer na própria organização da empresa (Idem, p.23)”. Há na co-gestão uma participação por objetivos, que através de meios específicos buscam atingir determinados fins. Ainda que estes fins sejam definidos pelo proprietário, o trabalhador tem uma “certa autonomia” para movimentar-se e realizar as tarefas necessárias. A co-gestão pode favorecer a “integração” dos operários na produção sem por em cheque o poder patronal, ao contrário, tornando-o mais eficazes e interessados no trabalho. A co-gestão dos meios produtivos pode evoluir para a co-gestão da direção, onde “a direção participativa por objetivos” permite a presença de representantes dos operários nos conselhos administrativos, com direito a deliberações.

No seu contexto histórico, Controle Operário está num nível superior ao da co-gestão. Esta é uma “intervenção conflitual que arranca do patronato concessões das quais resulta uma melhoria das condições de trabalho, ou uma ligeira atenuação das formas de exploração” (Idem p.25). Não é uma concessão patronal, e sim conquista operária, onde conseguem impor uma vontade coletiva de gestão dos próprios operários. Os autores não consideram isto

autogestão porque “o controle somente se exerce sobre pontos precisos que não questionam o salariado nem o papel dirigente dos capitalistas que visaria a suprimir totalmente o antagonismo, pelo aniquilamento de uma das partes” (Idem, p.25). O controle operário, não é autogestão, porque mantêm a relação capital-trabalho, mantendo também o antagonismo de classe dentro da empresa, mesmo que tenha conseguido dar o seu próprio ritmo nas normas internas e ter conquistado direitos reclamados.

A última descrição sobre o que não é autogestão está na definição de Cooperativismo. Este talvez seja o conceito que mais se mesclou e se amalgamou com o de autogestão. Junto perdeu-se a necessária diferenciação entre um e outro, e na crítica ao cooperativismo mercantil e meramente lucrativo, acreditam que houve um simples *desvirtuamento* do cooperativismo autêntico, na perda dos princípios rochdaleanos, perda da autonomia, etc. O fato concreto é que há cooperativas autogestionárias e outras que não o são. Ou seja, a existência de um contrato jurídico definindo-a como cooperativa, não garante automaticamente seu caráter autogestionário. Mas ao mesmo tempo, este mesmo contrato jurídico, legal, têm em seus artigos e na sua concepção, princípios tácitos, assinados em comum acordo por todos os cooperados membros da cooperativa, que garantem uma ampla participação dos cooperados na gestão de sua empresa.

O que é então autogestão? Conceito muito mais abrangente. Partimos da categoria sociológica de “totalização”, onde Lukács elaborou sua ontologia social, (e que Mészáros é discípulo) e, chegamos juntos ao conceito de consciência de classe operária, na descrição da sua história da emancipação do trabalho ao capital. Acreditamos ser esta tomada de consciência o pressuposto fundamental, a pedra de alicerce para a conceituação da Autogestão.

A história do movimento cooperativista e, a posterior busca pelo controle dos meios de produção, têm nos apresentado a alternativa, autogestão, como sendo o caminho para se conquistar a libertação do controle do capital sobre o trabalho. Junto à autogestão retomam-se

também outros conceitos intrínsecos a este tema central, como por exemplo, a questão da autonomia dos empreendimentos autogestionários.

Atualmente o termo, autogestão, tem aparecido generalizadamente, na tentativa de se caracterizar os empreendimentos que fazem parte da Economia Popular Solidária (EPS), principalmente as cooperativas, como empreendimentos indiscutivelmente autogestionários. Estas, no movimento da EPS, têm a autogestão como um princípio e regra básica, porque se “tem por base um voto por cabeça, a soberania da assembléia dos sócios e a eleição para todas as instâncias de mando” (Singer, 2000, p.45). Também importante, lembra Singer, seria o princípio “da porta aberta ...” (Idem) que fortalece o ato de cada um ter que decidir por conta própria a sua permanência ou não, dentro da cooperativa.

Diferentemente da heterogestão capitalista, onde prevalece a hierarquia, com as decisões sendo tomadas de cima para baixo, o aprendizado e o conhecimento, cresce a medida em que o trabalhador assume os postos mais altos desta hierarquia. Assim sendo, quem está mais acima nesta escala, detêm mais, ou menos poder decisório sobre os que estão sob seu domínio. O poder está concentrado no topo da pirâmide hierárquica.

Já na autogestão, prevalece a democracia. Para Singer (2004) quando uma empresa

“é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou por departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios.” (Singer, 2004, p.18)

Tanto nas pequenas como nas grandes empresas, se autogestionárias, as decisões fluem de baixo para cima, onde a autoridade maior é a assembleia, as informações circulam e

não se restringem aos gerentes e coordenadores, o que propicia o desenvolvimento do conhecimento em todas as escalas produtivas.

Schneider (1999, p.90), resume esse processo de tomada de decisões em:

- A participação livre, autônoma e igualitária dos associados.
- Participação no processo de tomada de decisões, e neste, referente às:
 - Finalidades e políticas da organização cooperativa, a serem seguidas...
 - As decisões para o funcionamento cotidiano da máquina administrativa...
- Controle e fiscalização da execução das decisões...
- A escolha dos dirigentes e a determinação dos critérios de sua forma de renovação...
- As relações sociedade-empresa cooperativa, especialmente o Poder Público...

Para o trabalhador autogestionário, esta forma de gerir sua empresa implica em uma dupla função no empreendimento; além de produzir a mercadoria, decidir pelo seu destino. É esta gestão do processo produtivo como um todo, que dá uma visão total e não parcial do processo produtivo. Isto tem uma função pedagógica que é incomparável ao método de acumulação do capital somente a uma, ou a um grupo de detentores do capital, na heterogestão. Na autogestão o operário torna-se trabalhador consciente do processo, um *ser mais*, decidindo o destino do que produz e, o que é mais importante, o seu próprio destino. Por isso a importância em todos terem interesse por toda a gestão realizada.

Também temos a positiva contribuição que Proudhon deu na elaboração da Autogestão. Em Motta (1981), ao fazer sua abordagem *proudhoniana* da autogestão, reconhece nesta doutrina a possibilidade autogestionária em vários níveis, abrangendo toda a sociedade, até a conquista de sua própria autonomia, onde a sociedade possuirá condições de se governar e “organizar a si mesma”. (Motta, 1981, p.133) Assim, todos teriam condições não só de governar-se economicamente mas também politicamente a si mesmo. Não que se esteja pensando somente no *todo* da sociedade, mas *toda* a sociedade que é formada e

composta por indivíduos que se unificam num desejo comum de sociedade coletiva: “A sociedade autogestionária, em Proudhon, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se auto-administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização.” (Idem, p.133) Esta sociedade se estrutura e se organiza de acordo com o trabalho que é realizado nela, por quem executa este trabalho. A história desta sociedade, nada mais é do que o desenvolvimento do trabalho realizado e a partir deste trabalho se constrói todas as outras estruturas e superestruturas societárias. As leis, por exemplo, são construídas pelos próprios trabalhadores autogestionários, que gerem conseqüentemente uma nova ciência social, baseada nesta coletividade. Mesmo que Proudhon valorize a força da coletividade, não ficam esquecidas por ele, as diversidades que se encontram no interior da sociedade, e o reconhecimento desta pluralidade de um coletivo, é fundamental para não ter a perda e a anulação da autonomia relativa dos indivíduos. Mesmo que essa pluralidade possa levar os conflitos internos, devido aos antagonismos existentes dentro da sociedade, deve predominar o da “lei do equilíbrio mútuo” a partir de um amplo processo educacional. “É a partir daí, finalmente, que ela é descoberta pelo homem e pelo ser coletivo como relação ideo-realista, como percepção de relação de igualdade, como relação de reciprocidade na consciência, como relação harmônica abstrata na relação.” (Idem, p. 148)

O outro princípio, a sua luta autonomista em relação ao Estado, expressa também um desejo que as cooperativas querem preservar. No momento em que sucessivos governos municipais, alguns estaduais e agora até o governo federal vem propondo novas medidas de apoio ao cooperativismo, e levando em consideração o atrelamento ao Estado que o marco legal imputou ao cooperativismo brasileiro nas últimas décadas, como podemos fazer a releitura da questão da autonomia, como um princípio de mecanismo pela não degeneração das cooperativas de produção frente às políticas públicas governamentais de fomento a EPS atual?

Veremos que estes dois princípios, *autonomia e autogestão*, são distintas como categorias sociológicas, mas neste movimento social são intrínsecos e pertencem ao debate desta agenda de lutas operárias e, aparecem amalgamados, por necessidade e gênese, a uma outra e também falsa homogeneização, que é a relação existente entre *cooperativismo e autogestão*:

“Vê-se assim que, no princípio, não há diferença entre cooperativa e autogestão; mas que, historicamente, aparece uma diferença de natureza: a extensão ou, antes, a generalização do sistema cooperativo não se pode fazer sem abolir o Estado, substituído por uma organização nacional de tipo radicalmente novo. (Guillerm e Bourdet, 1976, p. 30)”. “... para nós, a autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social. (Idem, p.41)”

Estas duas citações dos autores de *Autogestão; Uma mudança Radical* (Idem), remetem-nos à aplicação da metodologia marxista da ontologia social, onde se faz a referência à categoria da *totalidade*. Este conceito de autogestão pode ser percebido assim como a superação de todas as contradições, conflitos e antinomias, presentes na realidade atual, e que são possíveis de serem superadas no desenvolvimento da sociedade, ao se atingir uma outra totalidade a partir da dialética do concreto, do mundo objetivamente real, realizado. Ainda que estejamos ligados a objetos, que os transformamos com o nosso trabalho, não são só as coisas isoladas e separadas que nos interessam, mas principalmente as pessoas e as suas relações, que transformam estas coisas, em objetos de uso, socialmente justos e ecologicamente equilibrados, que nos tornam *ser mais*.

“A categoria da totalidade, a dominação do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos os domínios, constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel e que transformou de maneira original para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova. O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência. (Lukács, 1989. p. 41).”

Talvez a ontologia social que abriu o caminho para Marx, e seus fiéis seguidores, pensar e compreender a realidade capitalista sirva também de método para realizarmos outro caminho, agora em direção à atual busca da autogestão nas cooperativas da EPS.

4.3 A RECONSTRUÇÃO DA AUTOGESTÃO.

A autogestão é um *desejo* permanente e uma *prática* emancipadora constante. Como podemos identificar e observar essa *práxis* construtiva nas cooperativas em análise?

Em sua descrição mais ampla, autogestão caracteriza-se por uma conduta de gerenciamento de decisões, onde sabemos quem executa estas decisões e para quem elas são realizadas. Esta conduta qualifica o poder decisório de uma determinada esfera de atividade, reapropriando o poder aos que construíram estas relações sociais e pessoais desta esfera. Dá assim um caráter coletivista e democrático ao gerenciamento social das ações realizadas num determinado espaço passível de poder. Pretende a autogestão não retomar o *status* de proprietário dentro de um empreendimento, mas o de eliminar este pelo “direito indivisível do usufruto dos meios sociais de produção” (Follis In: Bobbio, 1997: p.15). Supera assim a apropriação privada da mais-valia, e junto com isto também o lucro, nos termos definidos por Marx n’O Capital. Demarcam um outro quadro ideológico, indicando para uma superação da alienação dos trabalhadores, na medida em que controlam o destino da mais-valia, e com isso eliminando-a através da superação da propriedade capitalista e da autonomia gerencial no trabalho.

Não é uma transposição direta e inevitável a passagem da cooperação à libertação do capital, via cooperativismo. Para Marx o cooperativismo tem seus limites no que ele destaca:

- Primeiramente, que nas poucas linhas que Marx deixou escrito n’O Capital sobre as cooperativas, duas formulações se destacam; o seu otimismo com relação à possibilidade de

superação do sistema fabril capitalista pelo cooperativismo e, o fato de que este novo modo de produção era a “ruptura da velha forma” embora ainda reproduzindo seus defeitos.

“As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação, os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Eles mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo”. (Marx. O Capital, 1981. L. 3, V. 5 – p.509).

- Segundo, que para Marx há uma outra preocupação; a crescente autonomia dos cargos de chefia dentro das empresas capitalistas que colocam novas formas de gestão empresarial, até então desconhecidas e imprevistas. Estas novas formas, que permanecem ainda hoje, não libertaram a mão de obra no capitalismo, mas criam também para Marx, uma nova ‘alma no sistema industrial’, os gerentes industriais:

“A produção capitalista chegou a um ponto em que freqüentes vezes se vêem o trabalho de direção por inteiro dissociado da propriedade do capital. Assim, não é mais necessário que o capitalista exerça esse trabalho de direção. Um regente de orquestra não precisa absolutamente ser dono dos instrumentos dela, nem pertence à sua função de dirigente, qualquer obrigação com referência ao salário dos demais músicos. As fábricas cooperativas demonstram que o capitalista como funcionário da produção tornou-se tão supérfluo quanto o é, para o capitalista mais evoluído...” (Idem, p. 445).

Mas pensar que com isso e com a extinção da propriedade privada, Marx tenha acreditado na libertação do operariado, parece-nos uma demasia dos autores de *Autogestão...*, Guillermin e Bourdet, se levarmos em consideração o que continua a dizer Marx, no mesmo parágrafo em O Capital (1981):

“Na medida em que o trabalho do capitalista não resulta do processo de produção em seu aspecto puramente capitalista, isto é, não se

extingue automaticamente com o capital, ultrapassa a função de explorar trabalho alheio e deriva, portanto da forma social do trabalho, da combinação e da cooperação de muitos para atingir um resultado comum, é tão independente do capital quanto essa forma quando arrebenta o invólucro capitalista”.(Idem, p. 445)

Para isso, não é suficiente acabar com a “propriedade privada dos meios de produção”, se ela preserva a *“propriedade privada dos meios de decisão”* (Guillerm e Bourdet, 1976 p.14), não se trata apenas em tomar o poder, mas de destruí-lo. A isto sim concordamos e acrescentamos, dissolver com toda e qualquer *divisão social do trabalho* e suas diferenciações intrínsecas e vinculadas nas relações de trabalho. Não só superar o trabalho concretamente alienado ao capital, mas também aquele que subjetivamente lhe pertence, o trabalho abstrato. De um lado tomar o controle do trabalho concreto, necessário à criação das coisas úteis, e de outro, a eliminação do trabalho advindo da alienação subjetiva, as relações construídas com o trabalho abstrato.

As cooperativas não libertaram totalmente o trabalho alienado, assim como o trabalho também não deixou de existir com sua “heterogeneização, complexificação e fragmentação” da classe trabalhadora. “Ao contrário de um *adeus ao trabalho ou à classe trabalhadora*, a discussão que nos parece pertinente é aquela que reconhece, de um lado, a *possibilidade* da emancipação *do e pelo* trabalho, como um *ponto de partida* decisivo para a busca da omnilateralidade humana” (Antunes, 2002).

A estas alterações do mundo do trabalho atual, que como vimos, não deveriam alterar e nem alteraram o modo de produção, inclusive como já o escrevera Marx, unem-se a outra preocupação que se mantém com as cooperativas: referem-se às suas relações com o Estado. Na Crítica do Programa do Partido Operário Alemão, Marx destaca que o Estado não devia manter ajuda às cooperativas, e isto viria a ser fundamental para evitar o desvirtuamento destas em seus princípios, principalmente no que se refere à sua autonomia. Para evitar esse

desvio de princípios, Marx deixa nas Resoluções do Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), os seguintes princípios:

“(a) Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade atual, baseada no antagonismo das classes. O seu grande mérito é o de demonstrar na prática que o sistema atual, despótico e empobrecedor, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iguais.” (Martins, p. 16)

“(b) Mas o sistema cooperativo restrito às formas ínfimas originadas nos esforços individuais de escravos assalariados é impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista. Para converter a produção social num vasto e harmonioso sistema de trabalho cooperativo são indispensáveis mudanças gerais. Essas mudanças não serão obtidas nunca sem o emprego das forças organizadas da sociedade. Assim, o poder do Estado, arrancado das mãos dos capitalistas e dos proprietários rurais, deve ser manejado pelos próprios produtores.”(Martins, p. 16)

4.4.1 Alguns princípios originais e a sua importância nessa reconstrução.

Os princípios que nortearam o cooperativismo ao longo dos anos, são bastante conhecidos por quem “milita” no cooperativismo. São ícones que identificam e demarcam um empreendimento cooperativo. Alguns destes princípios voltaram com muita força nesta retomada do cooperativismo dos novos tempos. Seguimos abaixo a linha de pensamento adotada por Singer (2004), Capítulo 3 de *Introdução à Economia Solidária*, no que se refere ao resgate dos princípios e o porquê deste resgate.

O princípio da “porta aberta”, por exemplo, garante que sempre haverá novos cooperados, e que com uma possível supervalorização das cotas, elas não sejam comercializadas com investidores capitalistas. O princípio dos juros determinados, e o lucro excedente em favor dos trabalhadores. Isso “garante uma remuneração limitada aos que aplicaram sua poupança na cooperativa”. (Singer, 2004, p. 41) De uma maneira ou de outra todos os princípios do cooperativismo, são mantidos e preservados pelas cooperativas hoje, acrescidos daqueles sobre os quais a ACI também instituiu.

Mas existem dois destes princípios que consideramos de fundamental importância para que a autogestão possa se realizar em sua plenitude, que são o que garante a democracia interna e a educação.

Assim, supervaloriza-se, por exemplo, o princípio de que todos têm direito a um voto, independente de quanto cada um investiu na cooperativa. Isto garante uma democracia interna e “a primazia do trabalho sobre o capital na cooperativa”. (Idem, 2004, p. 40) Sobre este princípio, tecemos considerações em vários momentos da dissertação, e não iremos retomar essa abordagem aqui. Mas o outro princípio que destacamos, o da educação, é importante, para Singer, ou seja, que ela não se restrinja aos cooperados, mas ao público em geral, para que todos tenham a visão geral do espírito cooperativo.

Vamos nos deter um pouco mais aqui sobre este princípio. A educação passa a ser fundamental, até poderíamos dizer, crucial, para que a disciplina coletiva em prol da cooperação se efetive realmente. Segundo Schneider (1999), para que isso aconteça, requer-se “um *crescimento cultivado através da educação*, requerem-se novos valores, novas idéias, novos padrões de comportamento, novos hábitos de pensamento e de conduta, baseados nos valores superiores da educação cooperativa.” (Schneider, 1999, p. 134)

Esta educação é mais do que uma mera formalidade institucional, ela deve ser permanente, em todas as ações que os cooperados realizam, em todos os momentos, em todos os lugares e sempre realizados por todos. Com isso, os cooperados formam uma verdadeira “cultura cooperativa”, criando novos saberes que vão extrapolar os limites físicos da cooperativa e se estender para a sociedade, influenciando outras pessoas que poderão ser os novos cooperados de amanhã. A cooperativa passa a ser uma consequência natural da sociedade que já vem educada para a cooperação. Por isso é importante a educação começar desde cedo, com as crianças e adolescentes.

A educação sendo um elemento forte nas cooperativas garante uma plena circulação de informações, facilitando a gestão internamente nas cooperativas. Isto significa então, que é uma das garantias da democracia, pois sem que as informações circulem da base da cooperativa para as direções, e vice versa, a democracia ficaria prejudicada.

SCHNEIDER apresentou em sua obra *Democracia, participação e autonomia cooperativa* (1999), extensa e rica descrição e análise do que é a democracia cooperativa e como ela funciona na prática. É impossível descrevermos novamente os detalhes e os exemplos que ali encontramos, mas não podemos deixar de retirar algumas citações e abordagens para reforçar nosso pensamento sobre a importância da democracia para a construção da autogestão.

Neste sentido, “há uma tensão no cotidiano do processo da democracia cooperativa, que é o permanente confronto entre o aspecto legal-formal e doutrinário da democracia com a sua vigência concreta e real no dia-a-dia da atividade cooperativa.” (Idem, p. 177) É sempre com grande dificuldade que os cooperados conseguem exercer a sua democracia interna, é um exercício diário de persistência de um ideal, que na prática nunca é plenamente como gostaríamos que fosse. As dificuldades são as mais diversas. Estes obstáculos, segundo Schneider, ao basear-se em Dieter Pass, são de ordem “psicosociais”, “instrucionais”, “econômicos” e nas “estruturas da sociedade”. Ou seja, umas séries de fatores vão influenciar na realização prática da democracia cooperativa.

Abordando outros teóricos, Schneider também se vale de Georges Lasserre, ao analisar as crises que surgem dentro da cooperativa na luta pela construção da democracia. Para alimentar estas crises, a “tendência tecnocrática da apropriação do poder”, que resulta em distanciamento entre os sócios e os dirigentes. A “passividade dos associados”, que muitas vezes não é revertida porque a cooperativa não oferece novas motivações práticas e a pouca conscientização ideológica, dificultam a maior participação.

Para que a democracia se efetive, Schneider descreve entre alternativas, as contribuições de Roger Saint-Alary, de Lacroix e de Carbonell de Masy, que são aqui resumidas sinteticamente:

- A participação responsável e ativa dos associados, sem dar “carta branca” aos dirigentes.
- Superar a impessoalidade nas interações entre a cooperativa e os associados, através da articulação dos associados em pequenos grupos de representantes, eleitos e representando o grande grupo.
- Livre circulação de informações, estimulando o conhecimento e a discussão.
- Reuniões freqüentes, “a partir das bases”.
- A constituição de organismos auxiliares de controle e de acompanhamento, a zelar pelos interesses dos cooperados.
- Permitir alguma forma de participação parcial dos funcionários e técnicos nas decisões e nos excedentes e demais benefícios da cooperativa.
- Educação permanente.

Propostas para que os cooperativados superem as suas dificuldades e efetivem a democracia interna na cooperativa, não faltam. O que nos parece inevitável é que todas as tentativas que já foram realizadas, sejam sempre perseguidas e buscadas, e em relação a elas, dar-se tanta importância para a cooperativa quanto damos para o ar que respiramos. Sem uma forte e constante busca pela manutenção da democracia nas cooperativas, não se consegue construir a Autogestão.

Nas cooperativas pesquisadas, temos inúmeras declarações que vão ao encontro do que estes investigadores já descreveram em suas análises.

Estes princípios sem dúvida democráticos têm, no entanto, amplitude limitada, se considerarmos o desejo de autogestão tal como a definiremos. Se retomarmos parte da abordagem que realizamos sobre o que não é autogestão, veremos que princípios são estes que norteiam o cooperativismo, e porque não podemos identificar “automaticamente” as cooperativas como empresas inevitavelmente autogestionárias, se seguirmos, por exemplo, o pensamento marxista de autogestão.

Para se deter o poder dos monopólios, isso só é possível com a ampliação do movimento cooperativo para além dos círculos restritos das pequenas unidades, e “*adquirir amplitude nacional*” (Guillerm e Bourdet. p. 29). De um movimento nacional amplia-se o princípio e concretiza a necessidade de que se desenvolva um movimento internacional, daí a importância que adquiriu a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em 1866. O movimento não pode ser apenas local. Isto não significa simplesmente aumentar o número de cooperativas, mas na “transformação de todas as estruturas econômicas e sociais em uma imensa cooperativa, ou, para retomar os termos de Marx, *na conversão da produção social em largo e harmonioso sistema de trabalho cooperativo*” (Idem p.30). É esta condição possível da *generalização*, como uma tentativa de se evitar a degeneração pelo atrelamento e submissão ao Estado, que segundo Marx, pode-se operacionalizar a categoria da totalização do ser social. Enfim, as cooperativas por si só não conseguem colocar “em cheque” o capitalismo, e não será a simples replicação destas que o farão, mas sim o princípio mais geral da autogestão, o da *generalização*, independente de qual seja o estado de revolução política que a sociedade presencie no momento.

Marx tentou no nosso entender, delimitar uma realidade presente em que as cooperativas estão inseridas, e desmistificar o seu alcance transformador, “por dentro” do sistema capitalista de produção. Muitos seguidores do marxismo, ou dos que se dizem como tais, não viram com toda a profundidade estes limites, ou não quiseram ver, ou não

reconheceram nas cooperativas o seu “real” limite, mesmo tendo “implantado” um socialismo doto “real”. Não só o socialismo que vimos não foi “real”, ou realmente marxiano, como nenhum socialismo pode ser implantado.

A construção de uma nova “realidade” sócio-metabólica que ainda hoje prega Mézáros, só será possível se suplantar TODA a realidade existente, seja na sua estrutura econômica, social, política, cultural, etc. Uma nova sociedade que extrapole a totalidade de tudo o que pode realizar uma cooperativa isoladamente, uma sociedade que possa autorealizar-se autogestionariamente, mesmo que a partir das cooperativas, porém estas sim autogestionárias.

5 A METODOLOGIA NECESSÁRIA

No momento em que há uma retomada do cooperativismo autogestionário, buscando uma real e mais profunda transformação nesta sociedade, procuraremos encontrar nas cooperativas estas características. Com uma história vivida e não esquecida, os cooperados que conversamos, sabem que não podem errar. Sabem que outros equívocos já cometidos por outros trabalhadores resultaram em perdas maiores ainda. Assim, cabe a estes lutadores de novas formas de trabalho, refazer o que foi feito refazendo de uma nova forma.

Para desvelar esse processo em curso nas cooperativas que visitamos, adotaremos a metodologia que parte da realidade objetiva encontrada nos empreendimentos cooperativos da Economia Solidária. Neste sentido cito também Marx e Engels onde dizem que “*é preciso que em cada caso particular a observação empírica coloque necessariamente em relevo empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação a conexão entre a estrutura social e política e a produção*” (Frigoto, 2001, p. 76). É necessário portanto, uma tomada de posição crítica a esta realidade.

A problemática objetiva que temos para a execução desta pesquisa, a questão da Autogestão nas Cooperativas da Economia Solidária, nos levou a realizar uma pesquisa que aprofundou a investigação dentro dos próprios empreendimentos, as cooperativas, para lá se

poder encontrar os elementos necessários a serem analisados pelo investigador. Há com isso, a necessidade de se realizar uma investigação nos próprios empreendimentos a serem analisados. Identificando as intervenientes sociais, econômicas, políticas e ideológicas que se fazem presentes em confronto com a literatura da fundamentação teórica, chegar à conclusão.

5.1 Definição do Objeto

O objeto principal da pesquisa é a Autogestão levada pelos trabalhadores cooperados dentro das cooperativas em Economia Solidária. Ainda que sendo a Autogestão um conceito, envolto de uma enorme carga teórica, há que se objetivar o mais concretamente possível este princípio, para melhor se poder realizar a sua análise.

5.2 Coleta de Dados

- a) Consulta a bibliotecas, particulares e universitária sobre formulações e pesquisas sobre o mesmo tema.
- b) Pesquisa documental, de projetos e de relatórios contábeis-administrativos, que demonstrem o desempenho das cooperativas.
- c) Informações das cooperativas em estudo, e de alguns cooperados destas mesmas cooperativas.

5.3 Instrumentos Metodológicos

- a) Entrevistas, a partir de roteiro prévio, para identificar as relações entre os cooperados e entre a direções das cooperativas.
- b) Aplicação de Questionários, com questões abertas e fechadas.
- c) Pesquisa bibliográfica de fundamentação teórica.

5.4 Os Sujeitos da Pesquisa

- a) Cooperativados e dirigentes das cooperativas.

5.5 O Trabalho de campo

Realizaram-se as entrevistas dentro das próprias cooperativas, em horário normal de expediente. Solicitou-se às suas Direções que reservassem um tempo com os cooperados para poder falar-se com eles em separado. Tanto na Cooperei como na Geralcoop, foram cedidos espaços para que as entrevistas fossem realizadas de forma bastante privada. Assim algumas perguntas foram efetuadas em um ambiente fechado, onde o entrevistador ficou a sós com o cooperado para se realizarem as conversas. Num ambiente silencioso, há condições de se obter respostas com mais cuidado do entrevistado. O lado negativo, é que você, ao tirá-lo do seu meio de trabalho, ainda que se permaneça na fábrica, ele perde um pouco da sua naturalidade para falar. Lá no chão de fábrica, apesar do barulho, e do desconforto, o cooperado/operário, se sente mais à vontade e se solta mais para falar.

Mesclamos um pouco as duas formas de se realizar as entrevistas, para que tivéssemos um pouco de cada tipo de respostas às perguntas realizadas.

Foram 14 perguntas objetivas, para se obter o perfil mais geral do cooperado. As perguntas 16, 17, 18 e 19, foram livres, para que eles dissertassem sobre o assunto. Tiveram um caráter mais pessoal e subjetivo, e deixamos os entrevistados mais à vontade para respondê-las.

Acreditamos ser possível assim deduzir algumas conclusões que podem ser vinculadas a todas as formulações teóricas até aqui apresentadas, mesmo que os cooperados tenham respondido na sua linguagem coloquial e de cunho bastante popular.

6 QUEM SÃO OS COOPERADOS

6.1 O perfil dos Cooperados (Questionário Objetivo):

6.1.2 Da vida civil dos cooperados

a. Sobre a idade:

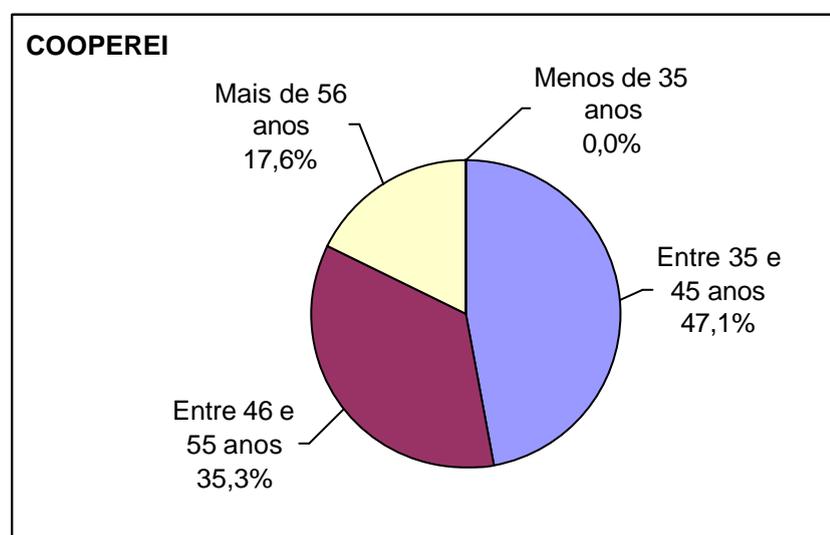
Ao questionarmos a idade dos cooperadas buscamos encontrar algumas características que pudessem dar o perfil do cooperado.

Nas cooperativas de trabalho, prestadoras de serviço, há um grande número de jovens que por não encontrarem a oportunidade do primeiro emprego, ajudam a criar cooperativas ou ingressam nas cooperativas recém criadas. Esta é uma realidade bem presente na literatura atual que falam de cooperativas surgidas em bairros pobres ou favelas das grandes cidades.

A realidade que encontramos, nas duas cooperativas de produção é um pouco diferente neste sentido. Por terem surgido de massa falida de empresas com uma certa tradição, com um passado já longo, as duas cooperativas tem um conjunto de cooperados com uma média de idade maior.

Tanto na Cooperei como na Geralcoop, a maioria dos trabalhadores tem idade acima dos 35 anos, 68 % na Geralcoop e nenhum com menos de 35 anos na Cooperei. O motivo que colhemos é que na Geralcoop, há o ingresso de novos cooperados, e estes são de uma idade mais jovem, entre 20 e 30 anos. Os que têm idade acima de 30 anos, são cooperados oriundos da massa falida, empresa da qual se originou a cooperativa. Na Cooperei, a produtividade permanece num nível estável, desde sua fundação, ou seja, não cresceu o suficiente para gerar novos postos de trabalho. Isto os faz manterem quase o mesmo quadro de cooperados desde a fundação da cooperativa. Já na Geralcoop, havia uma boa perspectiva, na época das entrevistas, em se obter um empréstimo no BNDES³¹, o que resultaria em aumento na produção e conseqüentemente de novos postos de trabalho. Isto vinha gerando uma contratação de novos trabalhadores e muitos desses tornando-se novos associados da Cooperativa.

Tabela 1: A Idade dos Cooperados da COOPEREI



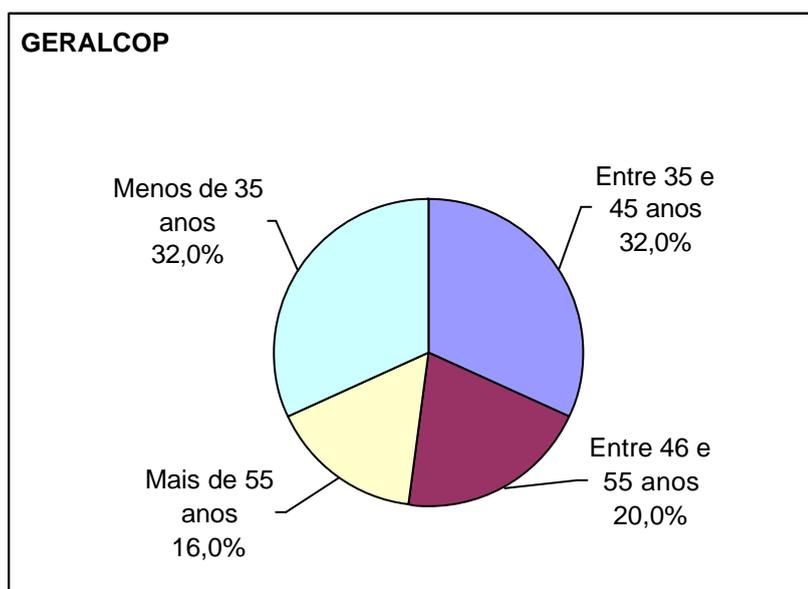
Vê-se que na COOPEREI, não há ninguém abaixo dos 35 anos de idade, entre os entrevistados, e esta é a realidade desta cooperativa. Mais de 80% dos cooperados são oriundos da antiga empresa, o que resulta numa média de faixa etária extremamente alta. Se

³¹ BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento. Até a entrega deste Trabalho o dinheiro não havia sido

levarmos em consideração este perfil etário, para a introdução de novas tecnologias que possam modernizar os processos produtivos e de gestão, pode-se encontrar uma barreira natural a estas inovações, uma vez que os jovens são mais vulneráveis a mudanças.

Já na GERALCOOP, como dissemos anteriormente, a perspectiva de um incremento na produtividade, tem feito com que a cooperativa faça uma campanha de incentivo ao ingresso de novos cooperados. Encontramos nas entrevistas realizadas, um grupo de novos trabalhadores bem mais significativa, 32% tem menos de trinta e cinco anos de idade, o que não existia na COOPEREI. Isto nos mostrou um perfil diferenciado na GERALCOOP, mais parecido com a realidade etária das outras cooperativas que encontramos no movimento cooperativo. Mesmo assim, os trabalhadores cooperados oriundos da antiga massa falida, ainda são ampla maioria dos cooperados trabalhando, são mais de 60% do total dos entrevistados.

Tabela 2: A Idade dos Cooperados da GERALCOOP

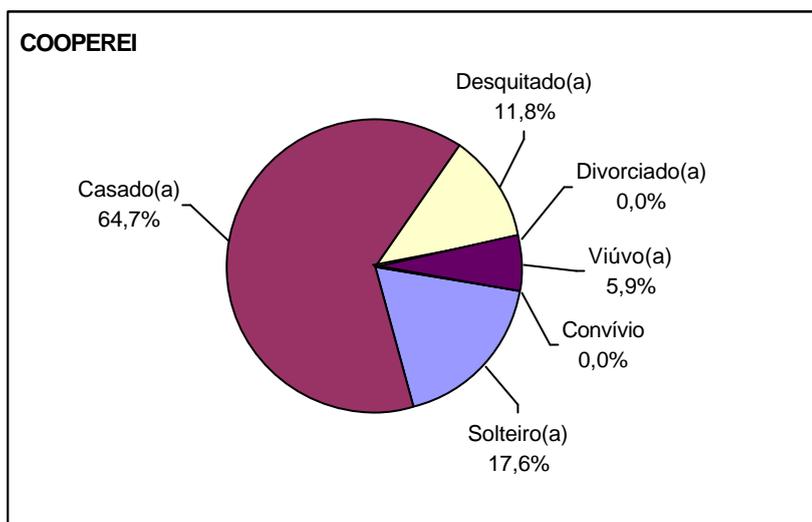
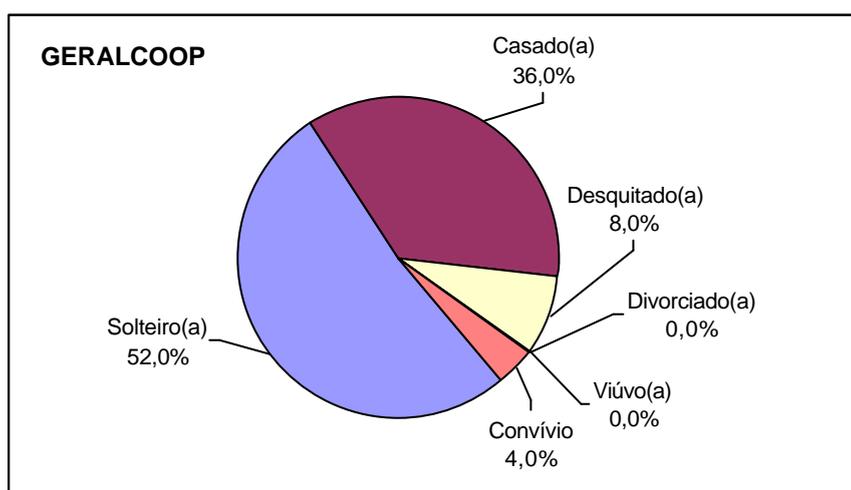


b. Sobre o estado civil:

Ainda na montagem do perfil individual do cooperado, ao perguntarmos sobre seu estado civil, também temos um diferencial em comparação com a média de idade. Pelo fato de a média de idade ser maior na COOPEREI, vamos encontrar um número maior de casais do que na GERALCOOP. Em tese, esta “estabilidade” relacional familiar pode também trazer conseqüências no relacionamento de trabalho. Ao jovem que vive sozinho, tem menos compromissos assumidos ante seus familiares, ficando mais livre para tomar decisões profissionais de risco. Se isto é realmente verdadeiro, teríamos cooperados com mais disposição de mudanças em uma cooperativa de jovens-solteiros, do que numa de cooperados adultos-casados. Seriam estes os pressupostos para a disposição de uma cooperativa em proporcionar mudanças profundas na sua gestão?

Só para esclarecer, ao perguntarmos, “qual é o seu estado civil”, logo se percebeu o alto grau de indecisão nas respostas, o que imediatamente nos levou crer aquilo que já se sabe o que é a realidade na sociedade hoje em dia, principalmente nas camadas economicamente mais baixas da população; “casados”, não significam os que registraram esta condição civil em Cartório, mas significa o estado de convívio mútuo, estável com algum companheiro, ou companheira, sob um mesmo teto. Foi este conceito de casados que assumimos nos questionários.

O perfil predominante de “casados”, nos mostra que há compatibilidade com a média de idade predominante entre cooperados. A partir de uma certa idade, as pessoas vão procurando um parceiro, ou uma parceira para um convívio familiar.

Tabela 3: Estado Civil dos Cooperados da COOPEREI:**Tabela 4: Estado Civil dos Cooperados da GERALCOOP:****c. Sobre o nível de escolaridade:**

A metade, ou quase isto dos cooperados entrevistados está na faixa do I Grau Incompleto, 50% na COOPEREI e 48% na GERALCOOP. Na Geralcoop, com mais jovens, sobe bastante a média com cooperados no II Grau completo, 28% na GERALCOOP, contra apenas 10% na COOPEREI.

Estamos falando aqui do ensino formal, aquele realizado nos bancos escolares das instituições da rede de ensino brasileira. Ou seja, se o I Grau tem oito anos de séries iniciais,

“incompleto” pode significar a sua saída já nos primeiros anos de estudo. Isto conseqüentemente vai tornar o cidadão-trabalhador com um grau de dificuldade muito grande na “leitura” de manuais e normas de processos de trabalho, o que também dificulta na gestão dos empreendimentos. Não discriminamos o grau de alfabetização na pesquisa, mas é corrente dentro das cooperativas, a dificuldade que se têm para que todos lêem os murais de aviso e informações, o que é fundamental para garantir a democracia interna nas cooperativas. Esta dificuldade, provavelmente vem desta incipiente formação educativa.

Além da educação formal incipiente, onde quase a metade dos cooperados, sequer completou o Primeiro Grau, também temos que destacar que a rede de ensino no Brasil, pouco ou nada tem de educação cooperativa. Basta olharmos as cartilhas de alfabetização, e nelas encontraremos mais preocupação com a educação para a competição do que para a cooperação.

Mas também encontramos entre as duas cooperativas, uma diferença na existência de cooperados com o Segundo Grau completo e incompleto. Enquanto na COOPEREI não há, entre os entrevistados, ninguém com Segundo Grau, e nem com o Curso Superior, na GERALCOOP encontramos 28% com o Segundo Grau completo, e mais 4% já cursando o Nível Superior. Este diferencial poderá trazer boas perspectivas à GERALCOOP, no que se refere a introdução de novas tecnologias ao trabalho e a gestão na cooperativa.

Mas a educação para a cooperativa, precisa ir além da educação formal. Há necessidade de se fortalecer dentro das cooperativas uma educação emancipadora, que provoque a libertação dos trabalhadores cooperados do domínio que até então eram submetidos, quando empregados das empresas. Mesmo já estando agora vivenciando um trabalho autogestionário, a educação emancipadora precisa ser permanentemente construída e vivenciada dentro das cooperativas. De certa forma, como veremos adiante, esta educação “informal”, já está acontecendo e sendo praticada pelos cooperados.

Tabela 5: Nível de Escolaridade dos Cooperados da COOPEREI.

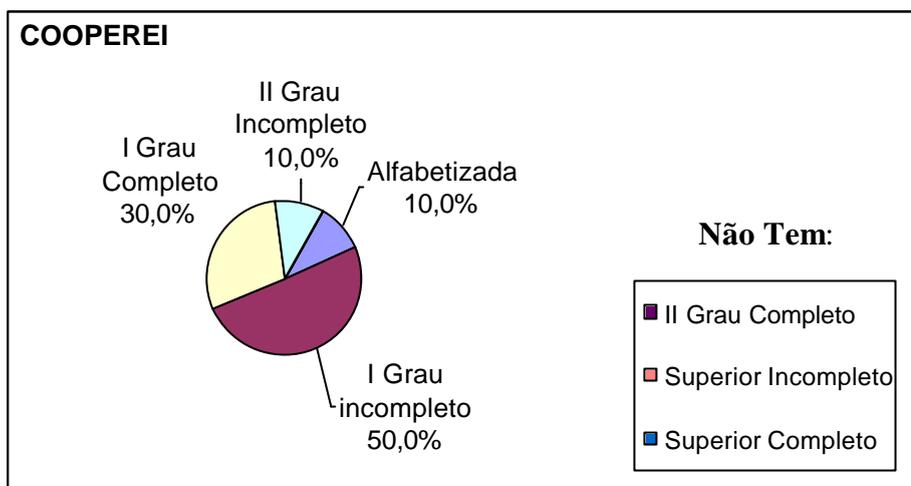
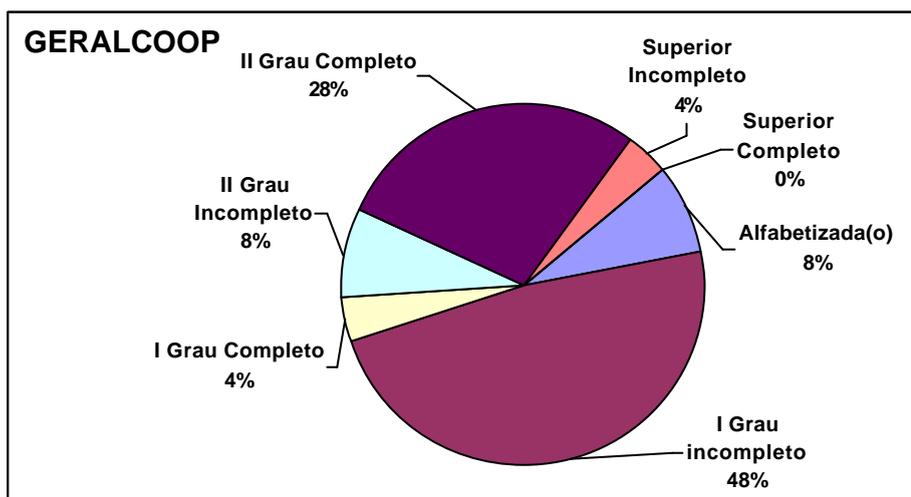


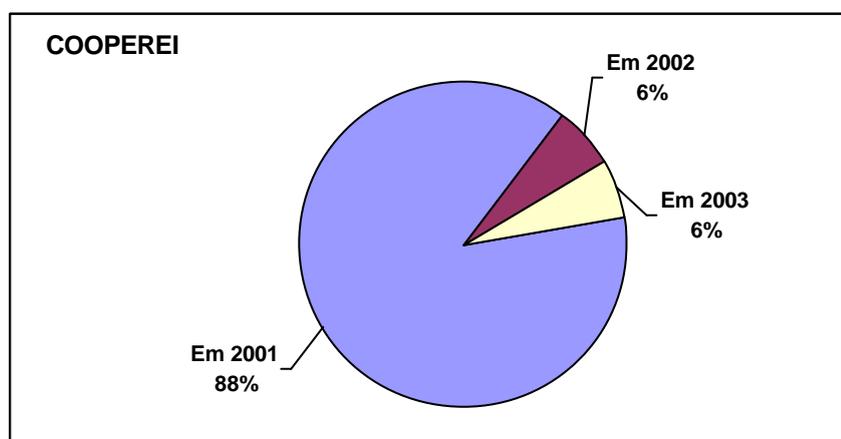
Tabela 6: Nível de Escolaridade dos Cooperados da GERALCOOP.



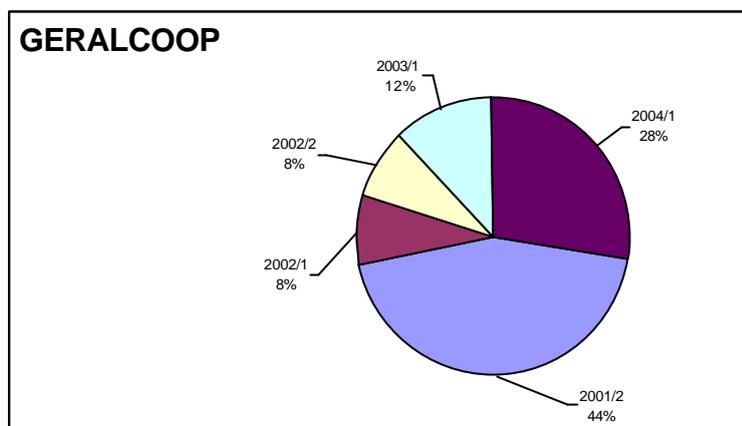
Assim percebemos o quanto seria importante para o desenvolvimento da Autogestão, o fortalecimento do princípio da educação cooperativa. Se nas cooperativas pudesse ser realizado, junto com outros cursos de formação, uma autêntica educação cooperativa com certeza daria um impulso na gestão da cooperativa, seja nos seus aspectos técnicos administrativos, seja nas relações de cooperação entre os cooperados.

d. Ano de ingresso como associado:

A grande maioria dos cooperados da COOPEREI, 88%, ingressou na cooperativa no ano de fundação. Ou seja, a empresa faliu, eles se mobilizaram e fundaram a cooperativa. Dos 12% que ingressaram depois, metade no segundo ano a outra metade no terceiro ano. A COOPEREI mantém portanto, praticamente o mesmo quadro de associados desde a sua formação. Mesmo os que entraram no segundo ano, eram egressos da antiga fábrica, por já terem experiência e conhecerem o processo produtivo. Esta continuidade no grupo garante algumas vantagens, como o espírito de união entre o grupo. Facilita também no diálogo interno entre eles, no debate interno sobre as decisões que precisam ser tomadas. Veja o gráfico abaixo:

Tabela 7: ano de ingresso dos cooperados da COOPEREI.

Já na GERALCOOP, há uma diminuição deste percentual de fundadores na composição atual da cooperativa. Com novas perspectivas de aumento da produção, há um aumento no quadro de associados, no último período. Mesmo assim, há ainda um bom grupo que segura os princípios norteadores da cooperativa na sua essência desde a fundação, 44%. No último período é que se tem um acréscimo maior, por conta desta recuperação produtiva que vem se realizando, por isso temos o ingresso de novos cooperados, 28% dos entrevistados.

Tabela 8: Ano de ingresso dos cooperados da GERALCOOP.

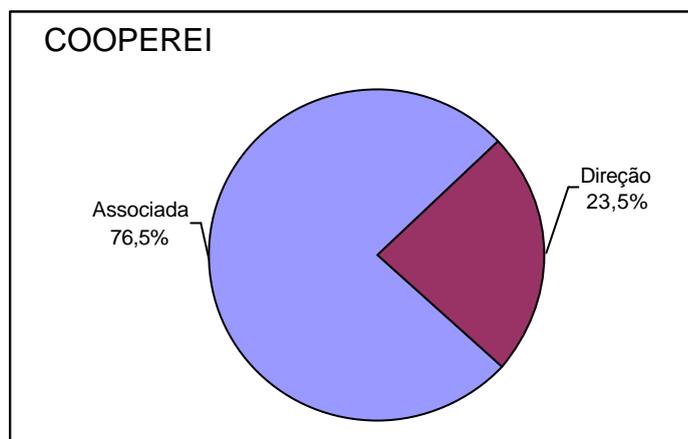
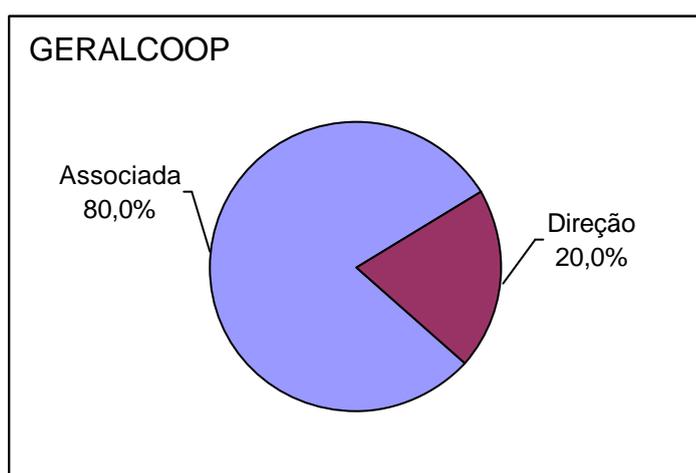
6.1.2 Os Cooperados e suas relações com as Cooperativas

a. Função que desempenha na cooperativa:

Tivemos uma preocupação em não restringir as entrevistas aos dirigentes, mas de estendê-las ao conjunto dos associados. Somente 24% dos entrevistados exerciam cargos de direção dentro da cooperativa na COOPEREI, e somente 20% na GERALCOOP.

Assim, o resultado obtido foi o da diversidade nas respostas. Junto às respostas “oficiais” vieram as “oficiosas” o que nos garantiu um quadro bem próximo da realidade que está sendo pensado e realizado por todos e todas dentro das cooperativas. Apesar desta diversidade de fontes, encontramos uma boa homogeneidade entre os saberes e as realizações no conjunto dos cooperados.

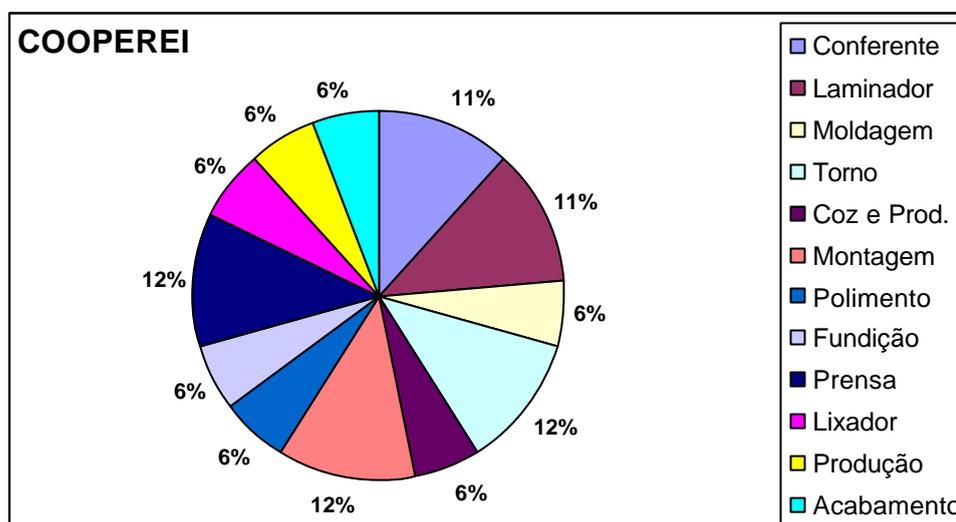
Esta questão se relaciona mais é com a preocupação metodológica que norteou o nosso trabalho, garantindo a opinião de quem se encontra mais no meio produtivo do que nos gabinetes de decisões deliberativas.

Tabela 9: Função dos cooperados da COOPEREI.**Tabela 10: Função dos cooperados da GERALCOOP.****b. Sobre a função que desempenha no trabalho.**

Procuramos entrevistar trabalhadores de diferentes setores de dentro da empresa cooperativa. No caso da COOPEREI, todos os entrevistados são do chamado “chão de fábrica”, não há ninguém de função administrativa **exclusivamente**, apesar de termos entrevistado alguns dirigentes, estes realizam trabalhos operacionais não-burocráticos. Somente uma pequena parcela se auto-identificou genericamente como sendo “produção”, os outros todos encontraram sua função de forma mais específica. Como a cooperativa é de pequeno porte, a divisão do trabalho é bem equitativa, onde o percentual dos entrevistados

fica entre 6% e 12%, nem mais nem menos. Cada um faz um pouco do todo. Veja o gráfico abaixo:

Tabela 11: Função dos cooperados no Trabalho (COOPEREI).

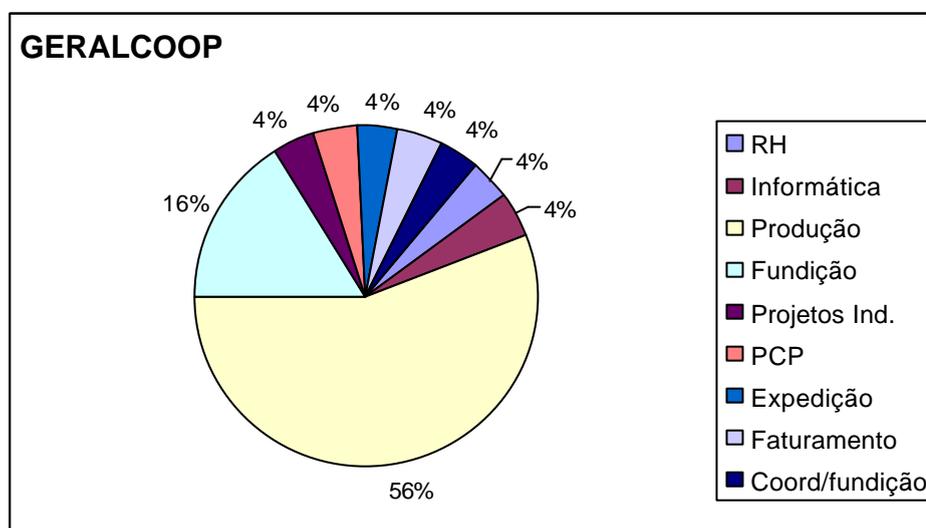


Já no caso da GERALCOOP, a maioria, 56% dos trabalhadores e trabalhadoras do “chão de fábrica” se autodenominaram “da produção”, sem uma função específica. Esta diferença nas denominações funcionais se deve em boa parte pela origem destes trabalhadores na cooperativa e pelo porte da linha produtiva da cooperativa. Numa empresa cooperativa menor, onde ainda não houve ingresso de novos cooperados, com novas funções, os trabalhadores e trabalhadoras, “encontram” com mais facilidade a sua função, que é advinda do antigo modelo herdado da empresa³². Ou seja, o cooperado era e continua sendo um trabalhador daquela determinada função. Da sua origem, há uma continuidade em seu trabalho. Também pelo porte da cooperativa, ele determina a função, pois numa cooperativa menor há menos complexidade funcional, as operações são bem definidas e visíveis a todos. Na GERALCOOP, há novos cooperados, com funções por eles definidas como simplesmente “da produção”, ou quando estão em departamentos específicos, em espaços físicos separados, “encontram” sua função de forma mais específica. Na GERALCOOP, obtivemos um grande

número de respostas como da “produção” e da “fundição”, apesar de nestes dois casos, realizarem trabalhos diferenciados entre eles mesmos.

O importante para nós foi buscarmos pessoas que se encontravam em locais espacialmente diferenciados dentro da linha produtiva, para também contribuir no peso das respostas como um todo, uma vez que nos parece importante se ter uma amostragem bastante ampla, abrangente do universo.

Tabela 12: Função dos cooperados no Trabalho (GERALCOOP).



c. Sobre a frequência às Assembléias?

Esta questão é de extrema importância para a real abordagem sobre a questão da gestão nas cooperativas da Economia Popular Solidária que buscam a Autogestão. Se Autogestão é “um *desejo* permanente e uma *prática* emancipadora constante”, como dissemos anteriormente, a principal forma de identificarmos essa práxis é na presença dos cooperados nas Assembléias em que se realizam dentro das cooperativas. O “caráter” coletivista e “democrático” está concretizado na participação livre e democrática do conjunto de seus filiados. No caso destas duas cooperativas, essa participação é ainda mais concreta, na medida

³² Provavelmente modelo “fordista” de produção.

em que a participação de todos pode ser direta, e na representativa. Então, se é importante a valorização do direito ao voto que garante a democracia interna, esta se realiza com as Assembléias sendo realizadas constantemente.

Tanto na COOPERI, com 88% de participação, como na GERALCOOP, com 92% de participação, a maioria freqüenta as Assembléias da cooperativa em que estão trabalhando. Na COOPERI ninguém entrevistado diz “não participar”, apesar de reconhecerem algumas faltas, mas provavelmente estas não comprometem o processo. Já na GERALCOOP existe um percentual pequeno, 4% que diz não participar. Talvez esta cooperativa esteja caminhando para num futuro, se continuar a crescer, pensar em representação nas assembléias, por impossibilidade de se colocar todos presente ao mesmo tempo na suas reuniões. Vejamos os dois gráficos:

Tabela 13: Frequência dos cooperados nas Assembléias (COOPERI).

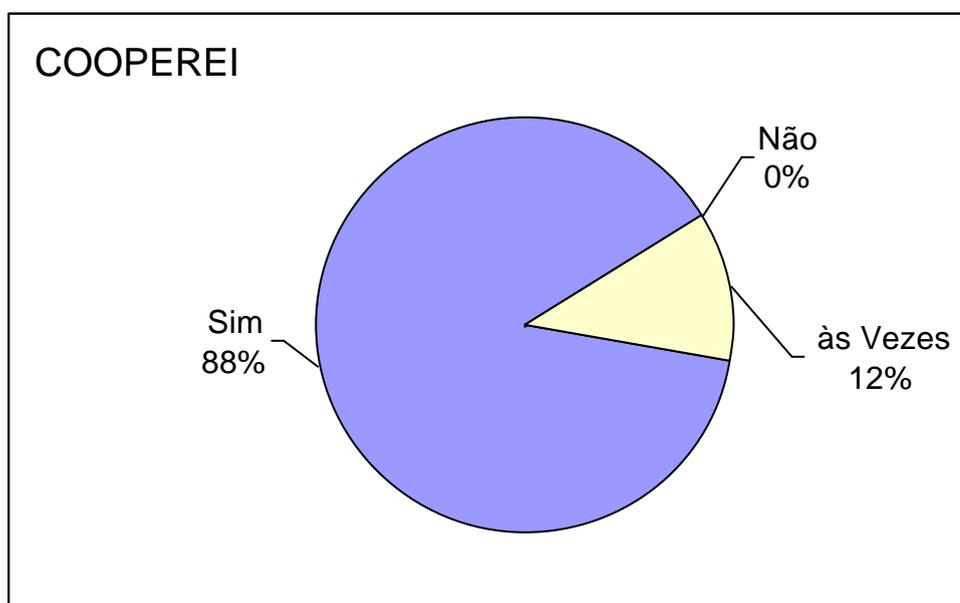
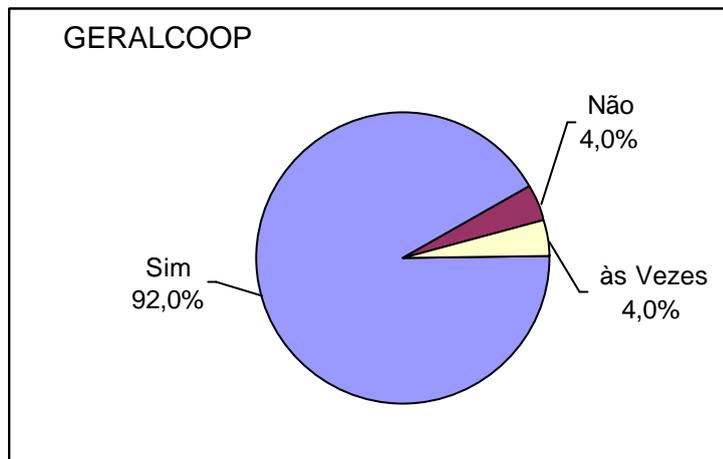


Tabela 14: Freqüência dos cooperados nas Assembléias (GERALCOOP).

Este é um dos índices identificadores da Autogestão nas cooperativas. Na medida em que encontramos a simples participação nas Assembléias, podemos buscar identificar agora a forma de participação. Para isso, colocamos um segundo questionamento nesta pergunta;

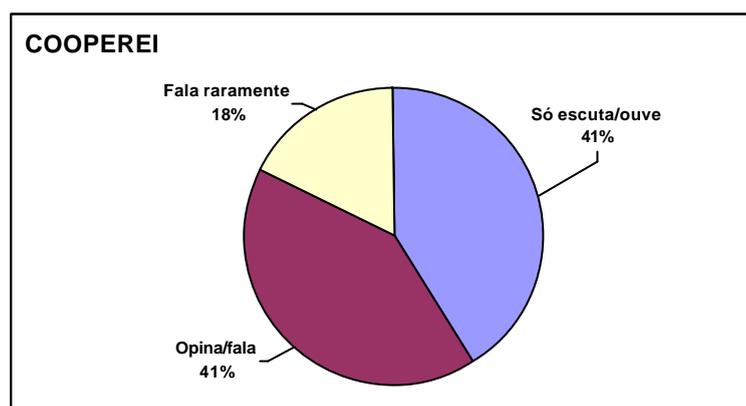
Como participas?

Esta resposta pode nos levar a análise do conteúdo da participação. Se para Paul Singer, isto significa a desconstrução da pirâmide hierárquica da heterogestão, a autogestão é a forma de gestão que parte “de baixo para cima”, invertendo a lógica das empresas autoritárias. Qual é o grau dessa inversão nas cooperativas?

Na COOPEREI, talvez pelo perfil do cooperado, o mesmo grupo desde o início, já se habituou e está num processo de participação um pouco maior, onde aparecem 41% dos entrevistados que dizem participar das Assembléias opinando e/ou falando nas reuniões. Outro tanto igual, só escutam, mas 18% fala raramente. Se somarmos os que falam raramente com os que participam mais intensamente, opinando, chega-se quase a 60%. Levando em consideração que talvez seja quase impossível, pela própria dinâmica das reuniões em grandes grupos, que todos falem, há no nosso entender um razoável índice de participação. Também há de se considerar o perfil individual das pessoas, umas mais introvertidas que outras, o que

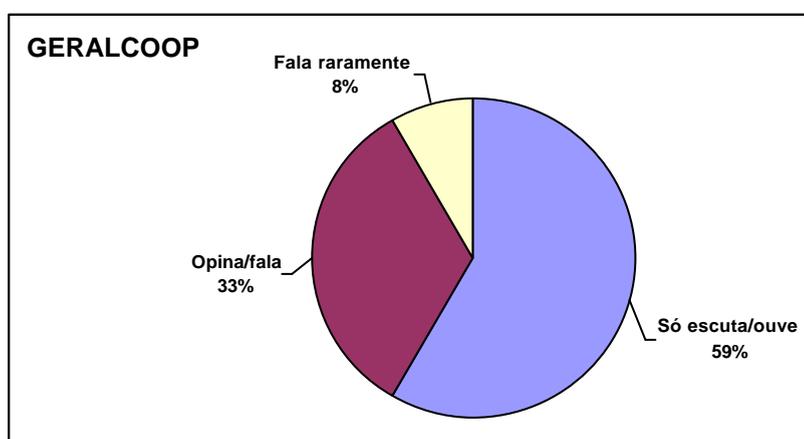
dá a algumas uma maior capacidade de comunicação com o grupo. Mais importante que o próprio índice, é o fato de que a ninguém é retirado o direito de falar, o que por si só já significa a grande alteração na forma da gestão.

Tabela 15: Como é a participação do cooperado (COOPEREI).



Na GERALCOOP a situação é um pouco diferente, provavelmente pelo fato de que no período em que realizamos as entrevistas, muitos novos cooperados recém haviam ingressado e ainda se encontravam em fase de adaptação à nova vida sob o espírito de cooperação. Por isso os números de pessoas que “opinam/falam” nas reuniões, com 33%, é pouco mais da metade dos que participam, com 59%. Mas mesmo assim o índice pode ser considerado positivo.

Tabela 16: Como é a participação do cooperado (GERALCOOP).



d. Está satisfeito com a cooperativa?

Esta pergunta foi direta ao assunto. Queríamos saber se o cooperado teria condições de se auto-avaliar. Tanto na COOPEREI como na GERALCOOP, o índice de insatisfação é bastante parecido, variando de 12% a 18%. Nas duas cooperativas, há um grande contingente que parecem estar Satisfeitos; 70% na COOPEREI e 60% na GERALCOOP. Nesta, o índice de “muito satisfeito” é maior ainda do que na COOPEREI.

Tabela 17: Grau de satisfação do cooperado (COOPEREI).

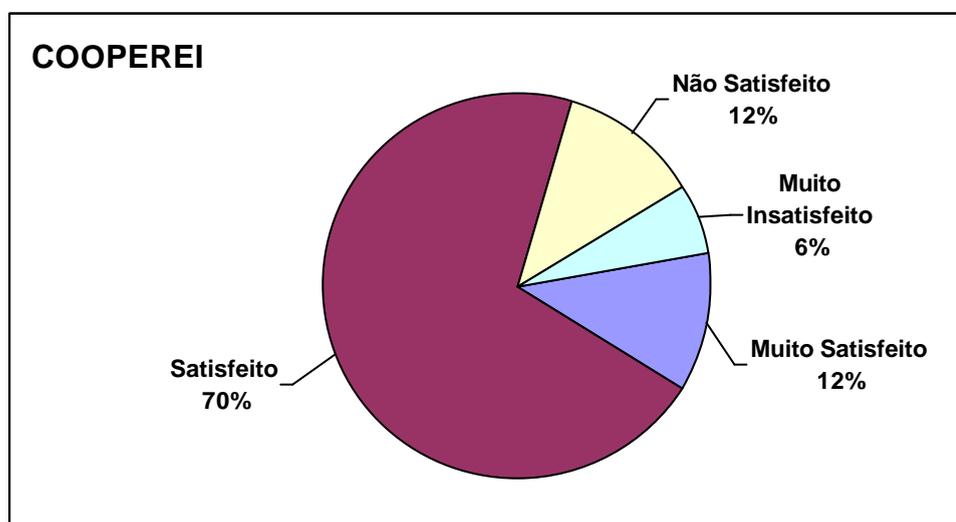
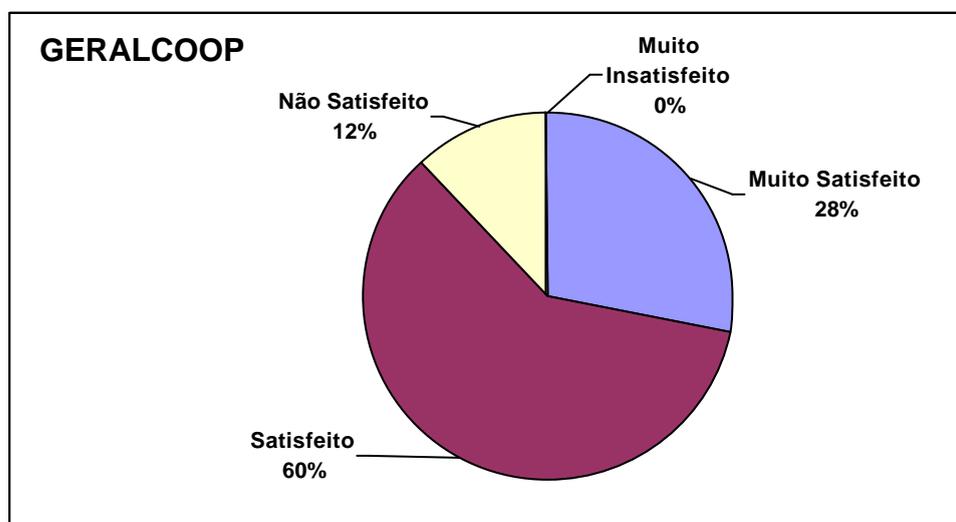


Tabela 18: Grau de satisfação do cooperado (GERALCOOP).

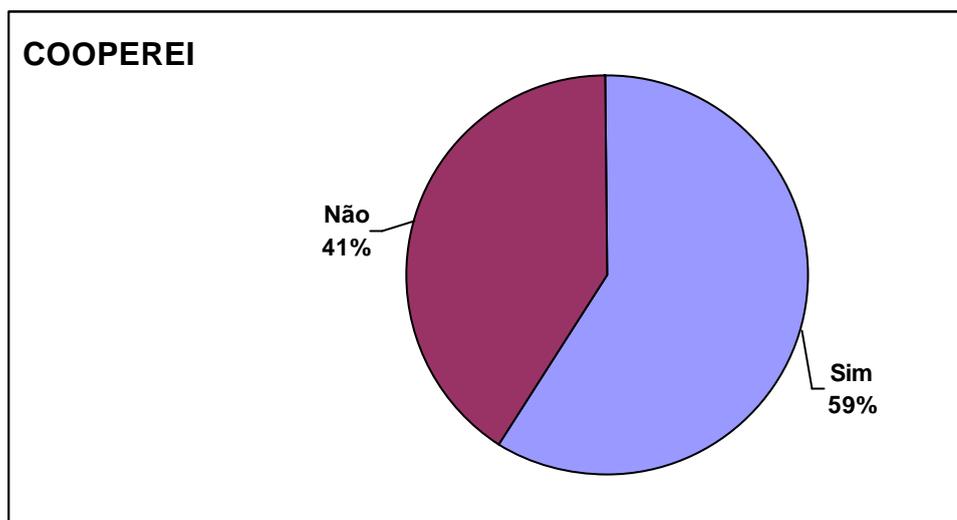
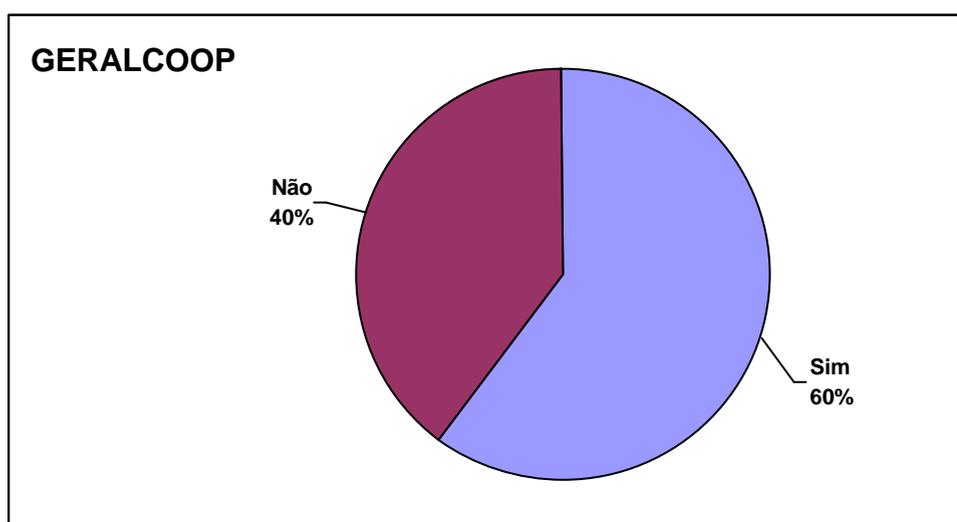


No nosso entender, esta resposta demonstrou a primeira impressão que a cooperativa tem no imaginário das pessoas envolvidas. Sem muito refletir, o que cada um tem para si é um certo grau de satisfação. Alguns mais, e a maioria “simplesmente satisfeita”. Sentimos nesta resposta, e depois confirmaremos com o questionário dissertativo, que “está bom mas deve melhorar mais”. É este o sentido do satisfeito. O importante aqui nos parece ser o fato de que existe a “perspectiva de”, que tem coisas que podem, devem e vão melhorar, na visão dos cooperados. Isto lhes garante permitir lutar, ver em frente, sonhar, crescer, almejar algo mais, o que os mantém em condições de buscar cada vez mais melhorias e aperfeiçoamentos em seus processos de trabalho autogestionário.

Mas ao mesmo tempo, tem os que realmente não querem esta forma de gestão. Não que não tenham ainda entendido como funciona, mas porque simplesmente não querem ser co-responsáveis por um empreendimento. Sua vida de trabalho ou tem de ser heterogerida ou tem que ser gerida por ele próprio, nem que seja de forma isolada, em um trabalho autônomo e individual em todos os sentidos. Estes últimos, dificilmente vão querer algum trabalho em cooperação.

e. Conhece a real situação financeira da cooperativa?

Para 59% de cooperados da COOPEREI dizem conhecer a real situação financeira da cooperativa. Mas há ainda uma grande quantidade de co-proprietários destas duas empresas cooperativas, que simplesmente dizem não saber como vão as contas de sua cooperativa. Da mesma forma responderam os cooperados da GERALCOOP. Vejamos primeiro os gráficos:

Tabela 19: Conhecimento da situação financeira da cooperativa (COOPEREI).**Tabela 20: Conhecimento da situação financeira da cooperativa (GERALCOOP).**

Este é um dado preocupante. Entendemos que a autogestão significa, em primeiro lugar, que os cooperados decidem plena e conscientemente pelo destino da sua cooperativa, e para isso precisam saber quais as condições em que se encontram para tomar as decisões sobre o futuro da cooperativa. Se eles desconhecem esta realidade, como pensar ir além? Mas este é um problema bastante complexo, porque observamos nas duas cooperativas, que boa parte deste desconhecimento, se deve muito pela incapacidade da própria direção em saber mostrar a realidade, não por má fé, mas também por desconhecimento de ofício. Queremos

dizer com isso, que tanto a necessidade de todos desejarem saber como andam as finanças da cooperativa, como a obrigação de a direção tornar tudo público dentro da cooperativa, são direitos e deveres que ainda não foram bem assimilados em ambas as partes, ou seja, tanto da parte da direção, quanto da parte das bases associativas. Só o tempo com prática constante sendo realizada, é que vai garantir um aprendizado e uma formação educativa para a autogestão ser desenvolvida e crescida junto aos cooperados e direção. Para amenizar estas dificuldades, sempre é importante realizarmos uma metodologia de fazermos circular as informações relativas à dinâmica de funcionamento da organização, quanto dos complexos processos de trabalho desenvolvidos nas cooperativas, da forma mais eficiente e rápida possível. Isto pode nos ajudar a obter mais dados que justifiquem o porquê da desinformação.

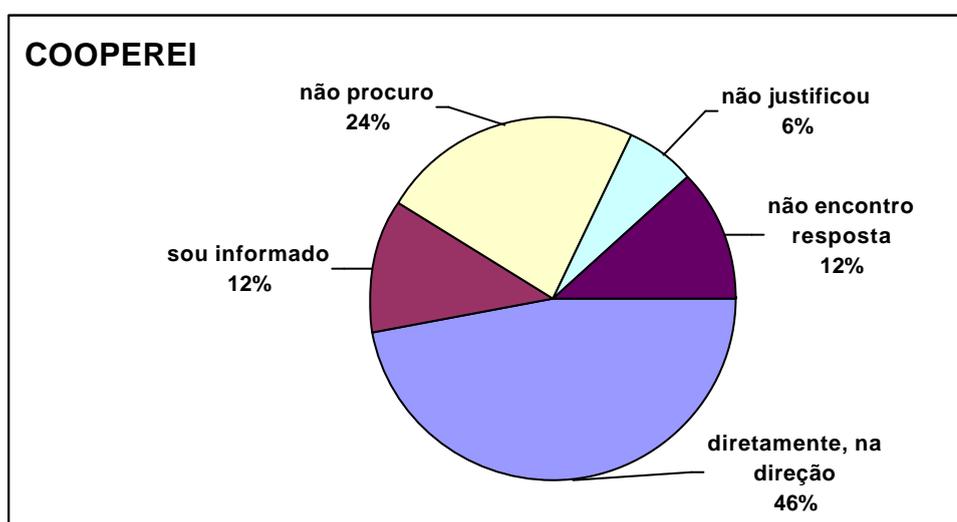
Se uma cooperativa faz circular informações através de seus meios de comunicação interna, a desinformação diminui, e os cooperados passam a se inserir nos momentos decisórios. A desinformação os leva a não opinar nas Assembléias e reuniões, o que os afasta da gestão.

Por isso inserimos uma segunda parte na pergunta e foi acrescentada a frase, **“como são passadas estas informações?”**, e aí vieram às justificativas:

Para 46% dos entrevistados na COOPEREI, obteve as informações diretamente na direção da cooperativa. Esta atitude do cooperado revela duas coisas: primeiro, que este tipo de cooperado não se intimida com a direção, vai lá e busca as informações que precisa. Isto demonstra, para este cooperado, que a direção não é algum cargo inalcançável, como os diretores de empresas heterogêneas assim o desejam e o fazem. Para estes cooperados, a direção lhes deve resposta e esclarecimentos, e por isso vão e buscam as informações. Estas respostas também revelaram um outro dado positivo, que há como se obter informações, tanto numa cooperativa como na outra, e não há (pelo menos não identificamos) sonegação de informações quando solicitados. Isto é extremamente positivo e constrói a autogestão.

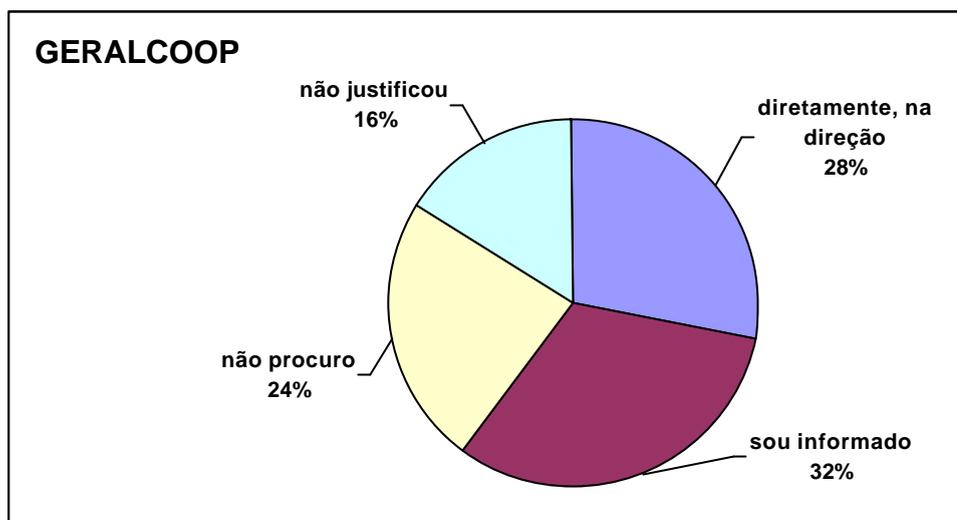
Segundo, que está faltando um maior fluxo das informações de cima para baixo, ou circularmente. A direção, tem que saber que é ela quem deve dar esclarecimentos ao conjunto de cooperados que os elegeu ao cargo de direção. Então deve funcionar o mural, o jornal ou o boletim internos, que democratizam as notícias, os avisos e as informações dentro da cooperativa. Esta é a obrigação da direção e um direito do cooperado. Por isso talvez ainda tenhamos encontrado um índice de 42% que não tem informações, seja porque não procura ou porque não encontra resposta quando procura. Veja o gráfico da COOPEREI:

Tabela 21: Sobre o repasse das informações (COOPEREI).



Na GERALCOOP, um número maior de cooperados diz ser informado, 32%. Talvez nesta cooperativa haja um fluxo melhor destas informações. A situação financeira da GERALCOOP, era no momento da entrevista, mais pública, talvez também em função de recente pedido de empréstimo ao BNDES, o que vinha motivando muitos trabalhadores daquela cooperativa a se inteirar de fatos financeiros. Mas há ainda, mesmo que na COOPEREI, um número significativo, 24% que não procura informações, e um outro índice razoável que não soube justificar, 16%. Eis o gráfico:

Tabela 22: Sobre o repasse das informações (GERALCOOP).



Enfim, não observamos um trabalho sistemático contrário ao direito sagrado dos cooperados obterem todas as informações necessárias de suas cooperativas, pelo contrário, há interesse em se divulgar e tornar as informações transparentes. Também não encontramos motivos para as direções estarem “escondendo” seus ativos financeiros, até porque as situações das duas neste aspecto são bastante similares, porque a transparência é um fator de incentivo a mais que os cooperados tem de continuar na luta em defesa da cooperativa.

Mas é da prática honesta de trabalho hoje que vem a credibilidade futura, quando se espera a situação financeira já ter melhorado. O que se tem observado é uma certa incapacidade de as direções ainda realizarem suas obrigações de forma mais eficiente, de um lado, e por outro, de os cooperados saberem exigir o que lhes é de direito e interesse. Cremos pelo que foi visto, que o tempo pode amadurecer e curar estas indeficiências.

f. Se frequenta reuniões sindicais e/ou do movimento dos trabalhadores?

O que podemos observar nesta pergunta, é que atualmente quase 70% dos cooperados não participam mais destas reuniões. Antes da formação da cooperativa, boa parte dos atuais cooperados, participava de alguma atividade sindical, quando ainda eram trabalhadores

empregados e fazia do sindicato seu espaço de luta. Agora, são co-proprietários, não mais pertencem à base do sindicato, pelo menos pela atual estrutura sindical, a não ser que esta venha a mudar.

Também devemos destacar aqui a importância da atividade sindical anterior, como parte do processo de formação política aos trabalhadores que posteriormente decidiram formar a cooperativa. Foi este movimento sindical que contribuiu para que se formassem as condições ideológicas propícias para a criação das duas cooperativas.

Carece ainda o movimento cooperativo advindo destas massas falidas, de um espaço que substitua a antiga ação que o sindicato vinha realizando. Os fóruns hoje existentes na economia solidária e as entidades cooperativas oficiais, parecem que ainda não responderam por completo aos anseios reivindicatórios destas novas cooperativas.

Apesar de toda esta importância que o movimento sindical teve para a criação destas cooperativas, hoje o movimento sindical não tem mais a participação massiva deste conjunto de militantes.

Tabela 23: Frequentes reuniões sindicais e outras? (COOPEREI)

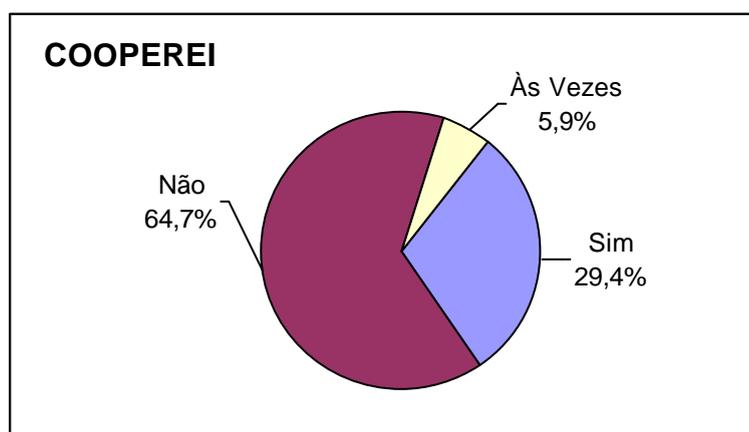
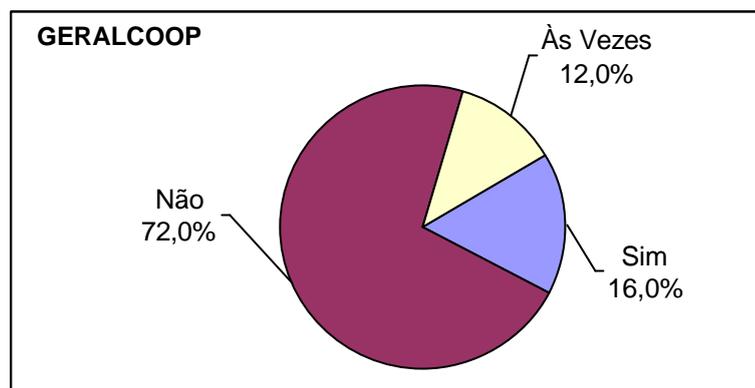
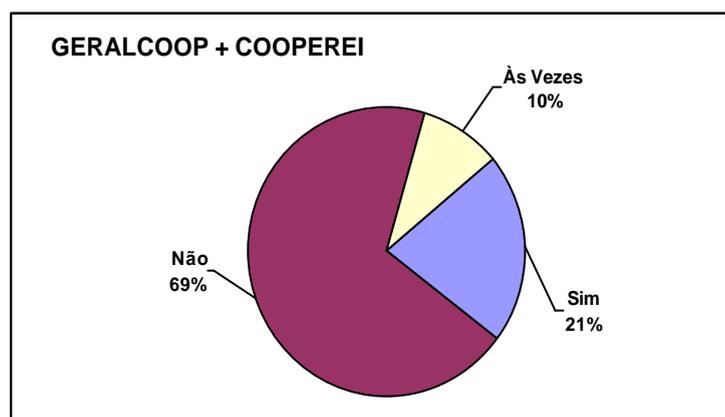


Tabela 24: Frequentas reuniões sindicais e outras? (GERALCOOP)**Tabela 25: Na COOPEREI e na GERALCOOP.**

6.1.3 As relações dos Cooperados com a Sociedade Civil

a. Se tem alguma participação em ONGs:

Talvez as ONGs, que vêm atuando na ausência do Estado e da Sociedade em movimentos de melhorias nas condições de vida, pela geração de trabalho e renda, sejam os locais onde estes cooperados estejam participando fora dos locais de trabalho. Mas as respostas não nos apontam esta perspectiva. A maioria quase absoluta de cooperados não participa de movimentos sociais através das ONGs. A sua ausência em ONGs nos faz concluir que este tipo de organização, com raras exceções, não interfere na vida dos cooperados da

Cooperei e Geralcoop. Ainda assim, alguns fizeram a questão de dizer que se participam de alguma organização fora da cooperativa, esta é a Igreja, com os seus trabalhos sociais vinculados.

Tabela 26: sobre participações em ONGs, na COOPEREI.

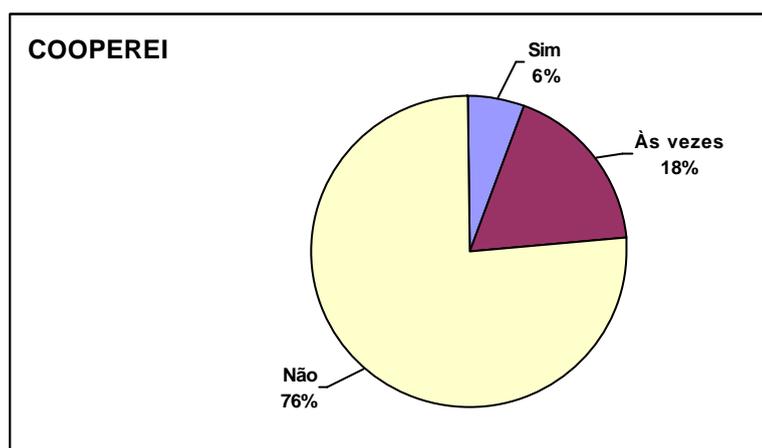
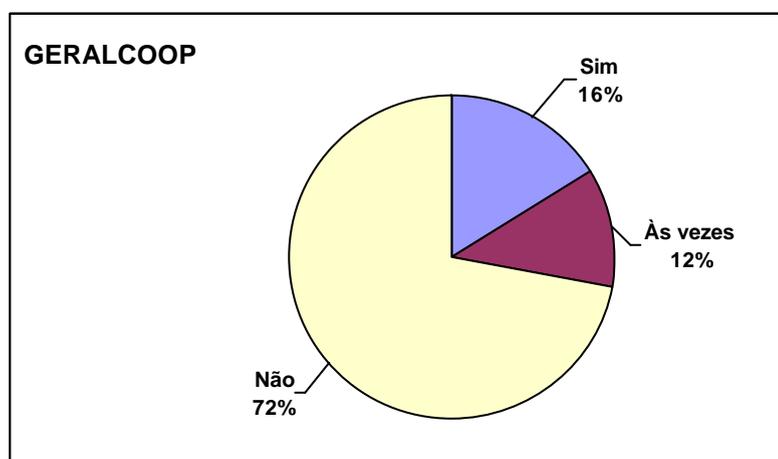


Tabela 27: sobre participações em ONGs, na GERALCOOP.



b. Sobre a participação em movimentos comunitários:

As respostas em relação aos movimentos comunitários são muito parecidas com a anterior. Aqui há uma pequena mudança com relação à Geralcoop, pois alguns de seus membros, principalmente de dirigentes, fizeram ou fazem parte de movimentos em associações de bairro. Este aspecto também é importante, pois contribui para a formação

política dos seus membros integrantes, tanto quanto o sindicato também contribuiu. A diferença fica no fato de que a participação nas associações não se vincula ao trabalho realizado na cooperativa, pois tem outro objetivo, que não é o produtivo, pelo menos diretamente. Assim, o movimento de bairro, pode se manter em paralelo, ao movimento cooperativista na vida do cooperado. Já o movimento sindical se findou com a formação da cooperativa.

Tabela 28: Sobre a participação em movimentos comunitários (COOPEREI).

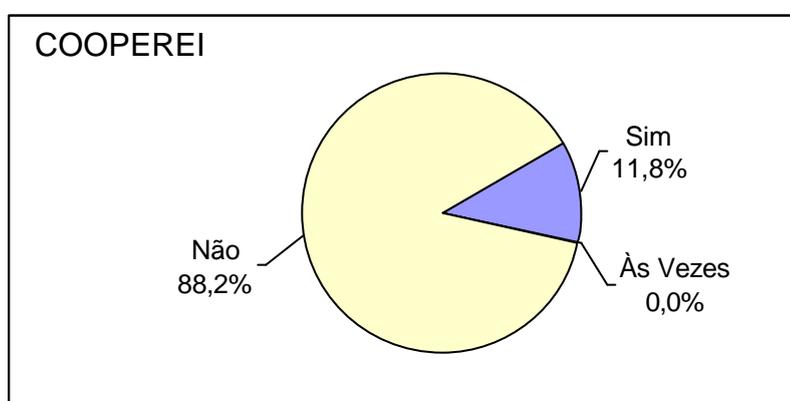
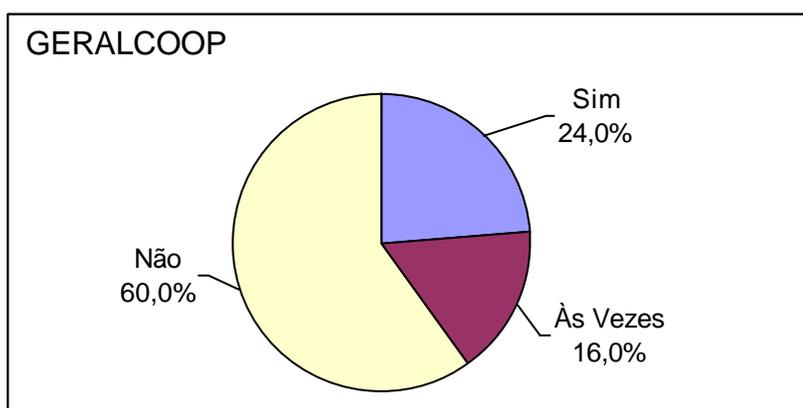


Tabela 29: Sobre a participação em movimentos comunitários (GERALCOOP).



c. Sobre a participação em festas sociais e atividades da cooperativa;

Tudo indica que este tipo de atividade realizado pelas cooperativas, não tem problemas quanto à participação do cooperado. Com raríssimas exceções, encontramos o conjunto dos cooperados dispostos a participar de atividades sociais internas na cooperativa.

Estas atividades foram lembradas como momentos importantes na vida e faz com que se desenvolvam outras relações entre as pessoas, que vão além das relações de trabalho. Ajuda a criar o espírito cooperativo e fortalece a característica autogestionária do empreendimento.

Na GERALCOOP, alguns ainda não participaram, pois como são novos, não houve nenhuma festa naquele curto período em que eles entraram.

Tabela 30: Sobre a participação em festas da cooperativa (COOPEREI).

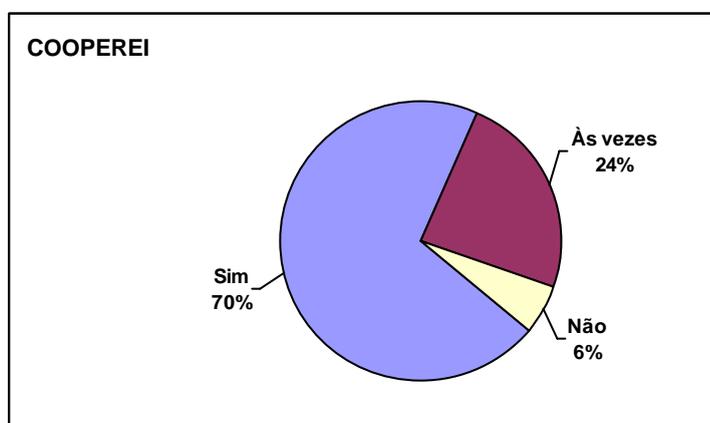
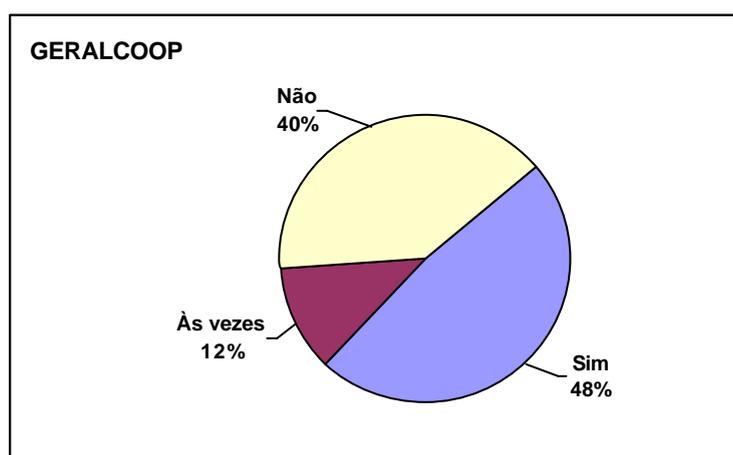


Tabela 31: Sobre a participação em festas da cooperativa (GERALCOOP).



d. Sobre a participação em atividades esportivas:

Também dentro do mesmo espírito da pergunta anterior, perguntamos se havia sua participação neste tipo de atividade integradora.

Bem, com a alta média de idade entre os cooperados da COOPEREI e dos fundadores da GERALCOOP, pouco os entrevistados podiam participar de alguma atividade esportiva, pois pela nossa cultura, atividade esportiva se limita muito a partidas de futebol, o que exige um certo esforço físico. Obviamente que muito não podem participar por impossibilidade física..

Mas entre os novatos da GERALCOOP, ficou muita expectativa positiva nesta pergunta e alguns que lá já se encontravam, também concluíram participar de pelo menos um jogo por semana entre os cooperados.

Segunda parte das entrevistas com os cooperados, consistiu em perguntas mais abertas, mais descritivas. A primeira pergunta foi:

Tabela 32: Sobre a participação em festas esportivas (COOPEREI).

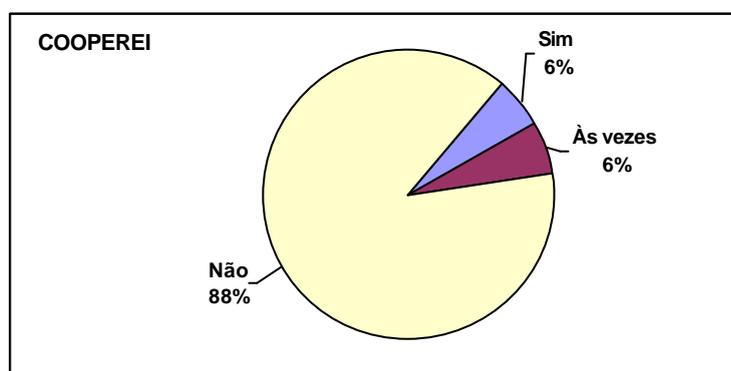
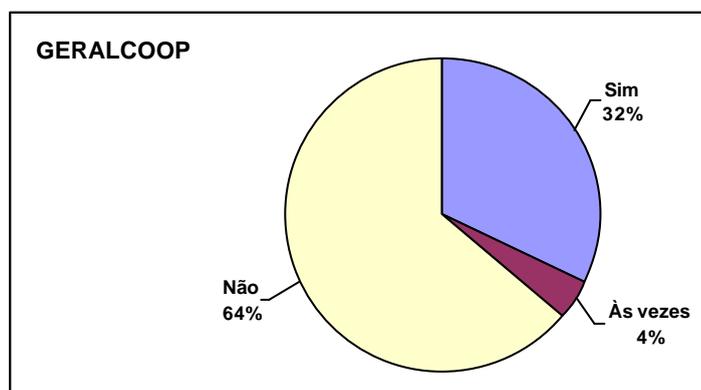


Tabela 33: Sobre a participação em festas esportivas (GERALCOOP).



6.2 O perfil dos Cooperados (Questionário Subjetivo)

e. Entre o ambiente de trabalho que você tinha na empresa com carteira assinada, e o ambiente que você encontra agora na cooperativa, você acha que melhorou, tudo ficou igual ou está pior? Porquê?

Queremos saber se o ambiente de trabalho em cooperação é diferente do ambiente de competição. Dos 14 entrevistados desta forma, três foram taxativos em dizer que não houve mudanças. Nas respostas, os cooperados conseguem fazer a comparação com o período anterior, porém misturam às vezes o compromisso de trabalho, continuar produzindo, com continuidade. Ainda há cooperados que não conseguem se ver como co-proprietários de um empreendimento. Por isso eles acreditam que ou “*não há mudança*”, ou que continuam como antes porque “*o dinheiro é só pra sobreviver*”. Confundem assim as necessidades financeiras com a forma de gestão. A cooperativa, ou o fato de serem co-proprietários, para muitos era um sonho de se ganhar mais. Neste sentido, “*já igual*”. Para os que vêm a cooperativa nesta perspectiva, terminam por achar que a “*segurança*” da Carteira assinada “*era melhor, ganhava-se mais, 13º, salário mínimo,*” etc. Mesmo que a cooperativa seja uma forma de empreendimento gestonária superior, socialmente falando, pela sua possibilidade de libertação do domínio do Capital, ainda tem trabalhadores que preferem a heterogestão, e ou o trabalho autônomo e individual.

Mas o restante, nove dos catorze, concorda que na forma cooperativa, o ambiente de trabalho melhorou. A resposta de um dos cooperados, “*dá pra trabalhar mais à vontade, dá pra trabalhar num negócio que é do cara*” é uma resposta bastante presente no senso comum de muitos deles. “*Antes tu era empregado, tu era mandado por alguém, por subordinação, hoje não, ..., tu é mais livre pra trabalhar...*” Esta resposta não deixa dúvida sobre a nova condição em que está inserido este cooperado, não tem mais a “subordinação” e isso é no nosso entender, meio caminho para a autogestão. Não são mais empregados, estão em um

“*negócio que é do cara*”, isto aumenta a auto-estima e valoriza a cidadania, mesmo estando ainda em condições financeiras precárias.

Portanto a satisfação em relação à nova situação, não é de 100%, mas é de uma grande maioria. Também notamos aqui, que quando alguns dizem estar igual, nos pareceu também poder ser num outro aspecto, e não no fato de ser cooperativa ou não. Nos parece que algumas respostas, ao apontarem para uma igualdade de condições, estas respostas podem estar significando outra coisa, do tipo, continuamos trabalhando muito, ou na cooperativa também se trabalha tanto quanto antes, quando o cooperado diz *‘há um equilíbrio’*, *‘tá no mesmo, quase no mesmo nível’*, como se a mudança fosse significar fuga ao trabalho. Acreditamos que para muitos, ser dono, co-proprietário, cooperado, pode significar “para fora” da cooperativa, agora *ganha dinheiro e não trabalha* mais. Na tentativa de reverter este estigma de que patrão não trabalha (ainda que alguns fazem jus ao ditado), muitos cooperados sentem na obrigação de afirmar e reafirmar constantemente que trabalham agora tanto quanto antes. O fato de “ser livre” e não ter “subordinação” não significa irresponsabilidade no cumprimento das tarefas.

f. Na sua opinião, que aspectos deveriam melhorar na cooperativa?

O grande drama das cooperativas que assumiram a massa falida das empresas em concordata, é a falta de dinheiro, a falta de capital de giro. O maior desejo de todos é que se consiga, nestes momentos iniciais da cooperativa, algum aporte, algum fomento, alguma ajuda com juros mais baixos, para que a cooperativa possa ter algum fôlego para adquirir o seu ponto de equilíbrio. O depoimento deste cooperado é típico desta preocupação: *‘É eu acho que o que falta é verba, dinheiro. Tipo assim, alguém bota um dinheiro aí pra capital de giro. É o que ta faltando porque que nem nós aqui não temo dinheiro pra ta girando e depois se fica esperando o retorno pra podê ir tocando o negócio, não dá pra ir vendendo e vendendo, porque não tem como comprar material, porque é vendido a prazo, esse aí é que é*

o fator que tá... se tivesse um capital de giro.” Esta fala está em quase todos os cooperados nas duas cooperativas. Outro pede “recursos, recursos”, “porque não temo matéria-prima” para atender a todos os pedidos. Esta é uma preocupação de 9 entre 10 cooperados.

Reconhecem também que esta dificuldade financeira, é muito dura de ser enfrentada por todos, mas parece não os fazer perder a esperança em continuar com o empreendimento. *“Prá começa, eu acho que nós ainda tamo muito verde, há dois anos que nós tamo aí, arrecem nós começamo a engatinha”*. Para se resolver esta inexperiência de gestão empreendedora, sabem muitos deles, que se precisa, além de capital de giro, também de conhecimentos, informações técnicas, solidariedade, cooperação. E isso os leva a ter que resolver outros tantos problemas que até então não estavam na pauta do trabalhador, como por exemplo a fala de um deles; *“Uma das questões mais importantes é esta questão da formação, porque a partir do que a pessoa do cooperado, que ta dentro da fábrica trabalhando, ele tem uma consciência de realmente onde ele ta inserido, a partir disso, fica bem mais fácil de resolver vários outros problemas que vão surgindo ao longo dos tempos. Problemas do cotidiano, a partir de que ele tem um entendimento, um grande entendimento de onde ele tá inserido e da política, fica bem mais fácil de resolver os outros problemas e outros que vão surgindo.”* Esta fala demonstra já um grau de crescimento e conscientização mais elevado. É bem provável que a própria cooperativa o tenha forçado a chegar a essas conclusões mais apuradas, mas vemos em outros, com uma fala mais simples, um pensamento similar, como; “conversa mais com o pessoal, conscientiza mais o pessoal”. Outros depoimentos dizem; “devia ter mais união”, “deveria melhorar os quadro”, para finalizar esta preocupação esta fala de um cooperado; *“Acho que a principal questão que deve melhorar, vai melhorar, é a questão da educação e da formação, quanto ao empreendimento cooperativo, pessoal ainda não tem esse entendimento, mas tá melhorando, em dois anos já melhorou bastante.”* Sabe o que tem que melhorar e tem plena confiança nesta melhora. A

compra da massa falida para eles é igualmente importante para essa melhoria nas condições da cooperativa.

Nos parece claro com estas respostas, que os cooperados sabem tanto da importância do dinheiro para um empreendimento social como é uma cooperativa, como a importância da cooperação, da educação e da formação para um empreendimento que necessita de capital de giro. Ou seja, é uma pré-condição a mais a estes empreendimentos, o de se saber ser social e ao mesmo tempo ter que saber sobreviver no mercado capitalista competitivo. Há um forte cruzamento de fatores contraditórios que um sem o outro, os tornam impossíveis de se manterem funcionando. Aquilo que Mannheim falou em cooperação por necessidade, parece confirmar-se nestas entrevistas, onde uma forte união se realiza pela necessidade em se manter a cooperativa funcionando, este tipo de cooperação leva à integração, que pode ser temporária, ou não. A sua perenidade depende e muito de como o ex-empregado começa a encarar um negócio próprio em cooperação com outros tantos num mesmo empreendimento. Finalizamos a análise destas respostas com a resposta deste cooperado; *“...ainda tem algum cooperado,...em alguns ainda não caiu bem a ficha de que não é mais empregado. Cooperativado é a gente que é dono do negócio e que o trabalho tem que tocá”*.

g. Você sente diferença entre ser trabalhador hoje na cooperativa, e ter sido trabalhador anteriormente numa outra empresa?

Sabemos que além das mudanças na forma de trabalho, o trabalhador cooperado também passa por mudanças individualmente, no seu eu, e a partir das mudanças internas que vai se externalizando as mudanças já decididas. Pretendemos nesta pergunta saber se houve alguma mudança nele, trabalhador cooperado, individualmente, dentro do seu local de trabalho.

Para os cooperados da cooperativa de menor porte, há um maior entendimento do trabalho realizado pelo cooperado na cooperativa em comparação com o trabalho realizado

numa empresa de capital. Há nesta cooperativa uma maior flexibilização no controle do trabalho de cada um, *“a gente trabalha mais livre, mais a vontade”, “aí fora o patrão tá em cima”,* e principalmente porque isto dá mais *“motivação”* para o trabalho. Outro ainda reforça bem essa idéia da importância da motivação: *“sem motivação ninguém trabalha, mesmo que não seja da gente. Só que hoje é uma cooperativa, e eu acho que a motivação é bem maior de trabalhar, de produzi mais pra melhora, e eu acho que a motivação do negócio sê da gente, é uma motivação e um grande desafio pra gente que certamente tem, e vai continua tendo dificuldade, mas é muito gratificante, a gente trabalha com aquela motivação com o que é da gente. Se, procura enxergá um horizonte, se procura buscá as coisa, eu acho que isso aí, com certeza é uma motivação e faz a diferença de trabalhá assim e sê de empregado”*.

Muitos reconhecem também na mudança o outro lado da cooperativa, *“Agora na cooperativa, o que mudou e muda, é que as responsabilidades são nossa. Somo nós que somo sócio, trabalhador, e temo que produzi, vende e pagá, pra não fica com dívida lá fora também né?”*

Já na cooperativa de porte maior, com mais cooperados, há mais controle do processo produtivo, isto os faz ver seu trabalho individual de forma muito parecida ou igual a qualquer outro trabalho realizado nas empresas de capital. Até porque, temos observado que o próprio modelo “fordista” de processos produtivos, em boa medida continuam a se reproduzir nas cooperativas, não da forma como eram na empresa anterior, mas com algumas continuidades que se assemelham. Assim, ao responderem a esta questão, os cooperados da cooperativa com mais cooperados, responderam deixando entender que *“são tão trabalhadores agora como o eram antes”,* preocupados em dizer que sendo cooperados, *“sou o mesmo de antes”, “é o mesmo trabalho”, “não continua igual”* e que *“quando muda é pra vagabundagem”*. Possível e novamente aqui os cooperados estão pensando que mudar é deixar de trabalhar, como se

houvesse somente duas opções, a do trabalho e a do sem-trabalho, tanto numa empresa sob o domínio do Capital ou numa cooperativa sob o domínio da autogestão.

h. A sua vida fora da empresa sofreu alguma mudança? Seja pessoalmente, espiritualmente, educativamente, culturalmente, na família? Quais são as diferenças?

Queríamos com essa pergunta encontrar mudanças que vão para além das relações de trabalho, mudanças que se realizam nas pessoas, justamente porque mudaram a sua relação com o trabalho, de vendedores de mão-de-obra para autogestionários da sua força de trabalho.

Encontramos entrevistados que compreenderam o sentido de totalidade e amplitude geral que demos a esta pergunta, mas houve uma certa divisão nas respostas. Se para um grupo bem homogêneo simplesmente diz não haver qualquer tipo de mudança em suas vidas, pelo fato de participar de uma cooperativa, para o outro grupo, que acreditamos ser igualmente homogêneo na sua maneira de responder, há uma mudança em suas vidas, que vão para além dos muros da cooperativa. Destacamos algumas respostas neste sentido, para verificarmos que tipo de mudança eles reconhecem existir. Por exemplo: *"Ah culturalmente melhorou, assim tu aprendeu mais, tá dando mais valor a si mesmo. O outro é aquela história, se der deu, o patrão no fim do mês te dava o teu dinheiro, tu pegava e ia embora etava bem. Hoje não, tu já pensa diferente, eu chego em casa e vou pensar no dia de amanhã, o que tu pode fazer para melhorar. Neste sentido a modificação é pra melhor. Tá pensando numa coisa que é prá ti mesmo, que não é pra mim, mas pode ser pra outras gerações, pros meus netos, pros meus filhos que já tão aqui hoje."* Este cooperado faz referência a sua preocupação com o futuro. A questão do momento presente, resolver o problema da fome diária, já foi ultrapassada e se encontra agora num patamar de preocupação que ultrapassa inclusive a sua vida, e pensa nos filhos e netos. Certamente este tipo de preocupação demonstra já uma vontade empreendedora, e não apenas uma necessidade imediata por emprego. Apesar de não termos em todos este tipo de resposta, pode-se perceber em muitos

outros que esta intenção empreendedora já começa a fazer parte do imaginário de muitos cooperados. Muitos já não estão mais ali somente para garantir aquele mínimo para o sustento, até porque para muitos é o mínimo mesmo, mas porque já podem vislumbrar algo mais do que apenas o autosustento, algo que se aproxima mais a uma mudança de vida, mesmo que ainda seja um sonho. Mas o simples desejo do sonho, a utopia perseguida, por algo que tem de ser buscado pelas suas próprias forças empreendedoras, é aquele direito que todos tem de dar o seu vôo, como se permitiu sonhar nos versos de Galeano.

Outra resposta nos faz também refletir sobre a amplitude desta mudança pessoal que está em curso dentro destas cooperativas. Observemos esta fala: *“Mudou. Eu era um trabalhador alienado, podemos dizer assim. Eu tinha um espírito meio revolucionário na empresa, até por isso acabei entrando no sindicato, e mudou bastante. Eu comecei a ter uma visão mais ampla, realmente do mundo em que a gente vive, da exclusão social em que a gente vive hoje, de ver o que uma cooperativa autêntica procura proporcionar.”* Repito, *“Eu era um trabalhador alienado”*, sabe este cooperado, o que era antes e o que é hoje, a mudança pelo qual passou. Acreditamos que muitos deles, pelas respostas dadas, estão neste mesmo processo. A diferença é que em alguns, esta mudança já está no seu nível de consciência mais madura, e eles próprios podem já se autodefinir como trabalhadores que mudaram e tem ciência de que são controladores eles próprios do seu trabalho. Portanto, alguns já sabem que possuem a autogestão da sua força de trabalho, esta não é mais mercadoria, não é mais simplesmente vendida para outrem. A gestão de seu trabalho pertence agora a si mesmo. Mesmo que a palavra “alienado” possa não ter ainda todo o significado filosófico marxiano, lukasciano que estamos dizendo ter, a essência deste significado nos indica já estar presente em muitas cabeças de cooperados, que sabem que controlam a sua força de trabalho. E isto é que é importante, sabem muito bem a maioria dos cooperados, que o controle da produção é

deles, e esta é a essência da “desalienação”, o contrário da “alienação” da mão-de-obra a qual Marx se referiu em sua obra o Capital e à qual fizemos referência teórica nesta dissertação.

E mais, seguindo o pressuposto de Lukács e sua ontologia social e da importância da consciência classista que o trabalhador deve adquirir, este mesmo cooperado declarou “*eu comecei a ter uma visão mais ampla, realmente do mundo em que a gente vive, da exclusão social em que a gente vive hoje*”. Isto é extremamente esclarecedor. Assim como já consegue falar claramente sobre esta tomada de posição de classe a partir de uma “visão mais ampla” e saber que tem diferenças sociais na nossa sociedade, significa dizer também que é possível alterar o modo de trabalho. O que está sendo realizado dentro daquela cooperativa, no dizer dos próprios cooperados, é o que procuramos, a Autogestão como forma de emancipação do trabalhador no seu trabalho. Mesmo que isto esteja sendo dito na linguagem simbólica popular, e não acadêmica.

Outras declarações reforçam esta mudança, o “cultural” para estes cooperados não se restringe a manifestações culturais como estamos acostumados a se referir, música, dança, etc., mas no aprendizado novo que estão tendo na produção. Para eles, decidir estratégias de produção é cultura nova adquirida, e isto é mudança e crescimento. Vejamos; “*Cultural bastante. Ganhei bastante cultura assim neste tempo que eu to trabalhando aqui. Porque é uma coisa nova, é uma coisa que traz uma perspectiva de vida melhor, prá a gente, muda, relativamente muda.*”

Outro sentimento de mudança após assumir uma empresa como cooperado, foi dito por este cooperado: “*... mas claro que algumas coisa muda na gente. Tipo trabalha assim, a gente fica mais audacioso, fica mais encorajado, se solta mais, já enfrenta mais, não tem muito aquele receio. Quanto a isso melhorou*”. Reforço a expressão, “*a gente fica mais audacioso*”, ou seja, começa a realizar coisas que até então não tinham coragem de fazer, não acreditavam na sua própria capacidade de realização, no momento em que conseguem “ir

tocando” uma cooperativa de produção, coisa que antes só era realizado por empresários, passam a ter mais audácia na sua vida pessoal também.

Outras respostas vão neste mesmo sentido, de que a mudança para uma nova forma de relação de trabalho, acaba por gerar novos conhecimentos, novos saberes, e isso é crescimento cultural; *“Ganhei bastante cultura assim neste tempo que eu to trabalhando aqui. Porque é uma coisa nova, é uma coisa que traz uma perspectiva de vida melhor, prá a gente, muda, relativamente muda”*.

Para aqueles que não houve mudança, o espírito de cooperação e a amplitude da autogestão ainda não está em suas mentes, não faz ainda parte de seu imaginário e dos sonhos a serem alcançados em suas vidas. Mas nos parece que isto não significa dizer que realmente nada mudou em suas vidas. Muitas mudanças podem ainda estar num nível imperceptível ao sentimento de alguns cooperados, a mudança ainda não chegou a alterar o curso de suas vidas presentes e por isso, pode não ter significado relevante. Isto não significa que algo possa estar sendo gestado no seu subconsciente. Também obtivemos resposta negativa de alguns que eram novos cooperados, com poucos dias de trabalho associado, o que não lhes possibilitou ainda vislumbrar mudanças mais abrangentes em suas vidas, perfeitamente compreencível. E para outros, a mudança não aparecia pois realizava o mesmo trabalho que ele realizava anteriormente, se antes era soldador, agora continua a ser, se antes era empacotador, agora continua, etc. A pergunta para estes, não atingiu o seu real significado. Há empacotadores e empacotadores, há soldadores e soldadores, mas a mudança com certeza um dia irá aflorar, aí todos, ou quase todos, saberão o que é realmente trabalho autogestionário e a sua emancipação no trabalho em cooperação.

i. Se você tivesse novamente uma oportunidade de trabalho como assalariado com carteira assinada, ganhando o mesmo que você ganha hoje, você largaria a cooperativa, ou continuaria nela?

Apesar de termos ainda alguns cooperados que pretendem manter a sua auto-estima com a carteira de Trabalho assinada, a maioria não trocava a cooperativa, apesar das dificuldades que ainda enfrentam, pelo emprego como assalariados.

Queremos antes de analisar as repostas desta pergunta, fazer um destaque para um assunto que nos chamou a atenção nesta pesquisa de campo. É impressionante o significado que tem para a classe trabalhadora brasileira a Carteira de Trabalho. Nas entrevistas que fiz nas cooperativas, este fato me trouxe algumas interrogações e lembranças. Somente agora passei a entender o porquê de algumas atitudes que encontramos no dia-dia e que não percebíamos o seu real sentido. Conto uma breve história: Tenho um conhecido que é trabalhador, e o seu maior orgulho é ostentar no bolso superior de sua camisa, a sua Carteira de Trabalho. Ela sempre está ali. Imaginava eu que ela era seu único documento, entretanto fui saber depois que não é, pois ele possui todos os outros documentos, inclusive o documento de Identidade, que estão todos guardados em sua carteira, normalmente. Mas a Carteira de Trabalho não, ela fica salientemente “exposta”, no bolso, como algo mais em sua vida, um símbolo que é mais do que identificação é uma condição pela qual ele não abre mão, quer ela esteja “assinada” ou não. Este detalhe é mera questão de tempo...

Ao longo de sua história, a Carteira de Trabalho passou a representar tudo na vida do trabalhador. Quem não a tem é um excluído social, economicamente, culturalmente, etc. É um marginal ao mundo do Trabalho. No dito popular é um “vagabundo”, um ser que foge de suas obrigações que é o trabalho. No início desta dissertação, fizemos a defesa do trabalho e sua importância para a produção de nossas necessidades. A Carteira significa muito mais que isso.

Pois bem, esse imaginário não se consegue alterar em pouco tempo, mesmo que o trabalhador possa realizar seu trabalho da forma mais digna e vitoriosa possível. Mesmo trabalhando como empreendedor, proprietário de sua própria cooperativa, dono de seu próprio

trabalho, os trabalhadores cooperados custam para se livrar da simbologia que significa ter um trabalho “com carteira”, de assalariado, empregado de outrem.

Também alguns lembram as “vantagens” do assalariado, 13º salário, férias, previdência social, etc., mesmo sabendo que tudo isso pode se ter na cooperativa, mas com essa diferença; que na cooperativa se **conquista** as vantagens, no trabalho assalariado isto é **concedido**.

Esta é uma realidade que dificulta muito o crescimento de movimentos cooperativos autênticos, que pretendem construir empreendimentos autogestionários. Não queremos dizer com isso, que devemos de lutar pela perda de direitos trabalhistas para facilitar o empreendedorismo autogestionário, mas que a cultura do assalariamento é um processo que dificulta, não temos dúvida que sim.

Talvez por isso é que há um maior afluxo de novas cooperativas surgindo nos momentos de crise econômica, pelo seu grande número de desempregados, pelo aumento significativo dos “sem carteira assinada”. A necessidade de trabalho, leva-os a uma integração em torno da idéia de um outro trabalho, o trabalho em cooperação. Voltemos novamente ao início das abordagens teóricas. Retomando Mannheim, esta integração os está levando a uma cooperação perene, ultrapassando os momentos de mais dificuldade, para se tornar em uma integração já de um projeto maior, de um projeto de vida autogestionário. Então, só saberemos se este surto pelo cooperativismo que estamos presenciando no Brasil dos últimos 20 anos terá continuidade ou não, se houver uma retomada do crescimento econômico por longo período. Veremos ...

As declarações que obtivemos sobre esta influência da carteira de Trabalho são as que se seguem; *‘Largaria. Por que tem 13º, tem férias...’*, ou *‘Eu acho que eu largaria pelo... como é que eu vô dizê, pelas vantagens que tem. Aí numa firma tu tem médico, tem isso, tem aquilo, aqui tem que saí tudo de ti né. Tu tem que pagá o INPS, tem que pagá tudo, é tudo do*

cooperado, e numa firma tu tem médico, tem cesta básica, tem isso, tem aquilo, tem um mundaréu de coisa que a firma paga. E aqui sai de nós, nós somo o patrão, aí nós temo que bancá. Tem mais vantagem, aqui a tua vantagem são só as tuas sobras, tu não tem direito de férias, 13º, não tem nada disso”.

Mas os benefícios trabalhistas não satisfazem tanto assim. Para a maioria dos cooperados a cooperativa ainda é a melhor alternativa, além de todas essas dificuldades iniciais. Principalmente depois de estarem “experimentando” na prática como é o trabalho numa cooperativa, os cooperados não pretendem voltar a viver sob o comando de um “patrão”, sabem eles agora que existem dois lados, e que no nosso entender, traduzem-se em divisão entre Capital e Trabalho; *“A gente sabe com que tá trabalhando, esse é que é o lado”.*

A aposta na cooperativa é muito grande entre os cooperados, e isto é muito forte para a maioria dos cooperados, não trocam a cooperativa por empresa nenhuma, por acreditarem no futuro dela; *“de jeito manera. Isso aqui a gente ta lutando pra crescê, a gente qué chegá lá.”*

Pareceu-nos bem claro que apesar das dificuldades encontradas neste período inicial das duas cooperativas, há uma boa expectativa e não trocariam pelo emprego com Carteira se fosse nas mesmas condições de rendimento que recebem na cooperativa. Um deles diz inclusive que já recebeu maior; *“Não trocaria. Já recebi e não troquei. Já recebi proposta maior e não troquei.”*

Para finalizar, destacamos uma resposta que sintetiza bem o desejo da grande maioria quando destaca a perspectiva que a cooperativa deixa para seus cooperados; *“Ganhando a mesma coisa eu ficaria aqui. Não porque o meu tempo de serviço tá correndo, e vai que isso aqui dá certo,”* Sublinho e repito esta última frase porque ela é emblemática: **e vai que isso aqui dá certo?**

7 COMO SÃO AS COOPERATIVAS

É importante também ressaltar que por mais transformador que seja a alteração da gestão como ocorreu nas duas cooperativas, existem muitas coisas no dia-dia dos empreendimentos que permanecem ainda, coexistindo com a autogestão. Uma destas características é a autonomia administrativa das cooperativas. Tanto as empresas capitalistas, como estas empresas cooperativas, têm como pressupostos a independência administrativa. As de capital porque justamente é o detentor do capital que decide seus rumos, as cooperativas, porque são seus associados que definem a gestão. Na questão da autogestão, pelo significado que representa como vimos anteriormente, a cooperativa autogestionária tem também condições de decidir pela perda de sua autonomia se fosse trabalhada com a sua gestão voltada para as decisões em que sua rede de cooperação decidisse realizar. Mas mesmo assim, não encontramos cooperativas que concordam com a perda da autonomia pela tutela estatal ou institucional, porque esta poderia significar a heterogestão. Ou seja, nenhuma outra ordem, mesmo que legal, deve interferir na gestão cooperativa **sem o consentimento gestor** da cooperativa. Mas por outro lado, esta mesma autonomia autogestionária, pode garantir uma vida coligada da cooperativa quando esta caminha em rede com outras cooperativas, trabalhando cooperativamente, e não isoladamente.

Os empreendimentos cooperativos da Economia Popular Solidária, necessitam de apoio externo inicial, para suportar a competitividade do mercado, ultrapassar o estigma da incompetência administrativa e do desconhecimento das dinâmicas do mercado, e manter-se como uma alternativa econômica diferenciada como é a Autogestão. Apesar de todas estas dificuldades, existem muitos exemplos de empreendimentos cooperativos que fazem da Autogestão uma de suas principais bandeiras e conseguem na prática, manter as principais características de um empreendimento popular solidário com o apoio “de fora”. Isto segue uma lógica de concepção e uma estratégia de movimento, que permite o sucesso na construção de um projeto cooperativo, solidário e autogestionário.

A solidariedade com sujeitos intervenientes e conscientes neste processo, pode garantir a continuidade do projeto de trabalho autogestionário, com uma perspectiva federada na formação das redes de cooperação entre cooperativas autogestionárias em condições de eles próprios incorporarem a autogestão ao seu empreendimento, motivados emocionalmente e organizados administrativamente. Saber geri-la com racionalidade, disciplina, eficiência, ser eficaz para efetivamente realizar os objetivos e satisfazer as necessidades dos integrantes do empreendimento e da própria comunidade. Entender conscientemente a complexidade de um empreendimento sob o ponto de vista da “associação de pessoas” dentro da cooperativa e da “associação de empresas” na rede com as outras cooperativas.

Neste sentido, uma das abordagens que têm sido realizadas com muita frequência no meio cooperativo, são em relação às dificuldades que as cooperativas enfrentam no que se refere à tributação que elas têm de cumprir. Isto provoca mais dificuldades ainda à sua sustentabilidade, pois o mercado é muito competitivo e é extremamente arriscado para o futuro das cooperativas. Não estamos defendendo um tratamento desigual entre iguais, mas um tratamento desigual entre diferentes empreendimentos empresariais. Um destes tributos

injustos, está na esfera do *ato cooperativo*, uma relação jurídica existente entre as cooperativas, e entre estas, e seus associados.

Se levarmos em consideração que as relações de adquirir e distribuir mercadorias entre as cooperativas, e ou, entre estas e seus associados, não se caracterizam como sendo relações econômicas, ou seja com fins mercantis, mas relações sociais, com fins solidários, então a tributação passa a ser questionável. Isto porque o tributo é uma ação coercitiva do Estado sobre os empreendimentos empresariais, a partir das atividades econômicas realizadas por estas empresas. A legislação específica que regulamenta as relações jurídicas das cooperativas, no Art. 79, parágrafo único, da Lei nº 5.764/71, diz que “o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria”. Dentre os princípios que norteiam o cooperativismo, está o seu descompromisso com resultados econômicos, mercantis e lucrativos. Para a definição do ato cooperativo, vale destacar os princípios jurídicos que norteiam o cooperativismo; Segundo Perius, o *ato cooperativo*, de acordo com o Código Comercial, *não é operação de mercado*, segundo o Código Civil, *não é contrato de compra e venda*, segundo a CLT, *não é ato de natureza trabalhista*, e pela Constituição Federal, *não é ato sujeito a plena tributação*.

A origem deste *ato cooperativo*, está na união entre os princípios de auto-ajuda, que norteiam o movimento cooperativista, e as suas práticas empresariais. “Tem desta forma, o ato cooperativo natureza jurídica própria, por emergir do duplo e orgânico caráter: de um lado, o caráter associativo, consistente na reunião ou união de agentes associados (pessoas físicas), solidamente acordados para propósitos ou objetivos comuns; de outro lado, o caráter empresarial, consistente em ações comuns, via empreendimento negocial (empresarial). Fundindo os dois caracteres, surge o *empreendimento negocial comum* ou ação empresarial comum, mediante adesão coletiva livre e voluntária.” (Perius, 2001, p. 88) Assim nasce o ato cooperativo. Este acordo estatutário que busca um fim social ao empreendimento, dá à sua

natureza institucional, o predomínio dos princípios sociais aos mercantis, ainda que possam coexistir os dois objetivos empresariais. Predominam os negócios-fim de caráter social aos negócios-meio de cunho comercial, e recebendo tratamento tributário diferenciado, por terem natureza jurídica distinta.

O mesmo autor destaca ainda quatro efeitos dos atos cooperativos (Idem, p.88-9):

1. “Afasta a existência de mercado entre as ações da cooperativa e com a dos associados, onde a cooperativa é um “*braço alongado*” dos próprios sócios.”
2. “Afasta o caráter lucrativista (...) pois seus agentes são os mesmos: beneficiários e proprietários”
3. “A mutualidade pura, derivada da plena identidade entre a cooperativa e seus associados, sem presença de intermediação” mas “não exclui os negócios-meio” entretanto sem descaracterizá-la.”
4. “A cooperativa existe para prestar serviços aos sócios (beneficiários e proprietários)”.

Os constituintes em 1988 deram um novo tratamento tributário, ao reconhecer o *ato cooperativo*, mas deixando que lei complementar defina um “adequado tratamento tributário” (letra c, item III do § 2º, art. 145 CF). Ficou pela Constituição Federal, a questão da tributação “em aberto”, indefinida para o fisco, pois até hoje a lei complementar ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional. Falta definir claramente a distinção entre *sobras*, *resultado positivos* e *lucros*, dando tratamento tributário diferenciado para estes atos diferentes dos atos cooperativos. Apesar de “inúmeras decisões judiciais, de legislação ordinária de resoluções normativas e administrativas” (Idem, p. 90) que tentam fundamentar a não tributação do ato cooperativo, não há compreensão positiva do fisco na matéria.

Se o *ato cooperativo* ficou já claramente definido e sua distinção dos outros atos realizados pelas cooperativas, a sua relação com a tributação ainda merece maiores detalhamentos e definição por parte de quem cobra os tributos.

Uma nova lei está sendo gestada para melhor regulamentar todo o cooperativismo brasileiro. Segundo Perius, esta nova lei baseia-se em dois importantes momentos constituintes: no X Congresso Brasileiro Cooperativo e na Assembléia Nacional Constituinte. Vários projetos foram encaminhados ao Congresso Nacional, sendo que hoje, três projetos³³ resumem as possibilidades de definição sobre o futuro do cooperativismo. Destes três projetos, um único relator tem a missão de redigir a nova lei cooperativista. O ato cooperativo está contemplado nos três projetos, com uma diferença no projeto do Sen Osmar Dias:

<i>Senador</i>	Descrição da Lei
Osmar Dias	Art 48. Ato cooperativo é aquele praticado entre a cooperativa e seu associado, ou entre cooperativas associadas, na realização do trabalho, serviço ou operação que constituem o objetivo social da cooperativa. § 1º O Ato cooperativo não é operação de mercado nem contrato de compra e venda de produto, mercadoria ou prestação de serviço. <i>§ 2º Equiparam-se ao ato cooperativo os negócios auxiliares ou meios, indispensáveis à consecução dos objetivos sociais</i>
José Fogaça	Art 55. Ato cooperativo é aquele praticado entre a cooperativa e seu associado, ou entre cooperativas associadas, na realização do trabalho, serviço ou operação que constituem o objetivo social da cooperativa. § 1º O Ato cooperativo não é operação de mercado nem contrato de compra e venda de produto, mercadoria ou prestação de serviço.
Eduardo Suplicy	Art 36. Ato cooperativo é aquele praticado entre a cooperativa e seu associado, ou entre cooperativas associadas, na realização do trabalho, serviço ou operação que constituem o objetivo social da cooperativa. § 1º O Ato cooperativo não é operação de mercado nem contrato de compra e venda de produto, mercadoria ou prestação de serviço.

³³ PLS nº 171/99 do Sen Osmar Dias (PR)
PLS nº 428/99 do Sen José Fogaça (RS)

Se equiparados ao *ato cooperativo*, os negócios auxiliares, nenhuma distinção se fará entre negócios sociais, com fins solidários, com negócios mercantis, com fins econômicos. Este parágrafo, proposto pelo Sen Osmar Dias, está dentro de um espírito empresarial que tenta igualar as cooperativas a uma empresa capitalista qualquer. Não conserva os ideais e os valores cooperativistas que custaram tão caro aos seus defensores desde Rochdale até os dias de hoje.

No nosso entender, a garantia do ato cooperativo no projeto de lei e seu reconhecimento posterior na esfera tributária, só será aprovada no Congresso Nacional se, a luta dos cooperados também se der neste mesmo patamar, o parlamento. Não só esta luta, mas tantas outras que o movimento cooperativista necessita para solidificar-se, e realmente se apresentar como uma alternativa sustentável, para enfrentar o atual sistema econômico de exclusão social.

Tanto a COOPEREI como a GERALCOOP, tiveram uma profunda e radical alteração no rumo administrativo empresarial, ao se transformarem de empresas gerenciadas pelo Capital privado de uns poucos sócios sobre o trabalho assalariado para empreendimentos gerenciados por um grupo cooperado. Os dois grupos, adotaram o formato de cooperativa após longos debates internos entre os trabalhadores da massa falida. Só essa tomada de decisão já determina uma alteração profunda na forma de gestão da empresa. Agora as decisões estratégicas não ficam mais a cargo do detentor do capital majoritário, como era no tempo dos antigos proprietários, e tudo deve ser resolvido entre todos os cooperados, uma vez que todos têm a mesma cota parte na sociedade cooperativa. No caso da COOPEREI, são 30 associados que devem realizar a gestão entre si, e no caso da GERALCOOP, 170 associados delegam a gestão para a coordenação da cooperativa. Ainda que a GERALCOOP mantenha 4 empregados, estes não chegam a configurar uma dicotomia entre “patrão X empregado”, uma

vez que não pudemos observar uma relação de venda da mão-de-obra pura e simples por parte destes à Cooperativa, mas uma relação mais integrada ao processo industrial com participação na gestão deste processo.

Mesmo com toda esta mudança na forma de gestão empreendedora, as duas cooperativas estão conseguindo manter autonomia gerencial, pois não estão sendo tuteladas por nenhuma outra esfera administrativa de fora. O Estado se limita a sua participação constitucional regrido a forma jurídica das cooperativas, mas mantendo-as autônomas e independentes em relação ao Estado.

Se a autogestão não se restringe à economia e a unidade da organização, da empresa, ela por sua vez a inclui, e se não mantém a mesma forma administrativa, é porque outra administração já tomou lugar. Não só do portão do empreendimento para dentro, mas deste para fora, e aí autonomia pode tomar outro sentido e distanciar-se da autogestão. Entender que a empresa autogestionária não pode se manter atrelada ao Estado, não significa expô-la ao atrelamento do mercado livre, o que também pode degenera-la. Neste sentido, as duas cooperativas têm mantido relações competitivas com o mercado, pois estão com seus produtos inseridos plenamente neste mercado. O Estado não interfere nas cooperativas e na relação destas com o mercado, o que as mantém competitivas e autônomas nas decisões estratégicas de mercado. O risco que elas correm é o mesmo de qualquer empresa e não estão recebendo nenhum tratamento diferenciado. Com isso correm o risco de também se tornarem empreendimentos que se estruturam a partir desta competitividade mercantil, mercantilizando suas relações internas também. Apesar deste risco ser real, as cooperativas não estão tendo outra alternativa. Elas precisam ser competitivas comercialmente, para o mercado, e ao mesmo tempo manter esta competitividade somente para fora, e continuar incentivando o espírito de cooperação dentro das cooperativas. Tanto uma como outra, mantém a preocupação com a cooperação como princípio, não alimentando as possíveis diferenças

internas entre os cargos, mantendo todos a par das principais decisões da gestão. Tanto a COOPEREI como a GERALCOOP, as assembléias e reuniões são mensais, garantindo a sua regularidade.

Também não é um retorno a qualquer civilização agropastoril, restrito a pequenos grupos, muito menos uma desordem econômica, como se a heterogestão já assim não o seja. Decisões administrativas são realizadas com autonomia, graças ao fomento público na forma de planos e ações estatais que garantam esta possibilidade junto às empresas autogestionárias, e não à anarquia desorganizativa da economia de mercado. Ao mesmo tempo em que concordamos com uma certa centralização, com controle das próprias empresas autogestionárias, que esta se realize de forma ascendente e participativamente, com coordenação geral e ampla das representações da microeconomia, das cooperativas autônomas individualmente, mas federadas coletivamente em suas redes de organização por interesses, articuladas em torno de federações e de cooperativas centrais, *generalizando* a nova economia. Por fim, esta planificação consiste em mudar os fundamentos da economia e não apenas planejar diferentemente ou, simplesmente democratizar a economia capitalista.

Não poderemos aprofundar aqui esta questão da autonomia além do que foi exposto, o que deve ser retomado em outro trabalho. Mas destacamos a importância da participação democrática dos cooperados nas cooperativas, e Schneider³⁴ (1999) destaca ainda a questão da autonomia e suas implicações nesta participação democrática. Mesmo que o movimento cooperativista internacional, pelo menos até 1966, não venha aprofundando e/ou valorizando a participação de seus membros cooperados, como um ideal, não desapareceu

Vistos desta forma, autogestão e Autonomia podem caminhar juntos na medida em que um não anule o outro, e na medida em que a autogestão sempre se sobreponha à

³⁴Ver todo o Capítulo IV, de Schneider, 1999.

autonomia. Caso contrário, se a autonomia for maior que a autogestão, pode a cooperativa se degenerar, e tornar-se uma empresa de capital qualquer.

Tanto na COOPEREI como na GERALCOOP, encontraos estes pressupostos presentes. Tanto numa como noutra, encontramos estas preocupações e possibilidades presentes.

A COOPEREI foi criada em agosto de 2001, após o fechamento da empresa Alumínio Econômico, tradicional metalúrgica que teve de fechar suas portas devido à crise econômico-administrativa em que se envolveram nos últimos anos de existência. Localiza-se no mesmo endereço da empresa, Bairro Cristo Rei, no município de São Leopoldo, a 30 Km de Porto Alegre, em direção norte. Do grupo de funcionários que ainda trabalhavam na empresa, 30 formam hoje a cooperativa. É uma cooperativa de produção que dá continuidade ao trabalho e à linha de produtos que a empresa anteriormente fabricava.

Através do Questionário 2, obtivemos as informações que melhor caracterizam o aspecto autogestionário das cooperativas que pesquisamos:

A cooperativa COOPEREI realiza uma vez por ano assembléias gerais para tomar as principais decisões estratégicas. Com o pequeno grupo de pessoas envolvidas, conseguem planejar suas principais decisões anualmente, deixando para as reuniões mais freqüentes as decisões mais corriqueiras e de menor vulto. Vimos também pelo Questionário 1, que a quase totalidade dos cooperados participam destas assembléias. As reuniões do conselho de administração e fiscal, também vêm se realizando com freqüência (com periodicidade mensal, ou semestral), no primeiro ano mais do que no segundo, mas estão ainda conseguindo manter um bom número de freqüências, de tal forma que todos possam controlar a gestão da cooperativa através dos conselhos. Também no que se refere à freqüência dos membros do conselho, é bastante alta, o que faz com que não haja sobrecarga no trabalho de uns poucos. Ainda existem alguns problemas que precisam ser resolvidos neste aspecto, como por

exemplo, um melhor acompanhamento do conselho fiscal nos aspectos administrativos. Neste mesmo sentido, o conselho fiscal já poderia estar analisando outros aspectos além dos contábeis e financeiros, como os administrativos e os aspectos políticos, por exemplo. Isso lhes garantiria uma maior transparência em todos os aspectos gestor da cooperativa, além das finanças.

Outra faceta que pode nos dar uma boa característica autogestionária, é quanto à rotatividade nos cargos diretivos das cooperativas. A COOPEREI é uma cooperativa ainda muito nova, que poderia não estar ainda em processo de trocas administrativas, mas mesmo assim seus associados já começaram a realizar rotação nos cargos. Depois de permanecer dois anos com uma direção, de 2001 a 2003, uma nova diretoria da cooperativa assumiu em 2003 para um mandato de dois anos também. Nesta troca de direção, 50% dos cargos foram alterados, o que é extremamente positivo, pois renova uma parte e mantém outra, para não ocorrer problemas maiores por falta de experiência dos novos.

Quando algum assunto do coletivo da cooperativa necessita ser decidido, novos investimentos, decisões administrativas, por causa desta sistemática de renovação nas lideranças, se permite maior participação. etc, a direção encaminha estas decisões ao conselho administrativo. Isto é positivo por um lado, pois não fica centralizado somente no diretor presidente, e sim ao grupo diretivo. Talvez possa ser pensada uma ampliação destas decisões para nível de assembléias, o que ampliaria mais ainda a participação, mas há que se estudar com mais profundidade esta possibilidade, e na sua viabilização. Outro aspecto que pode ser melhorado é a divulgação e as análises dos balancetes, onde às vezes são divulgadas no mural que fica junto ao corredor onde circulam os cooperados, ou nas próprias reuniões dos conselhos, mas nestas nem todos participam. Da mesma forma a decisão sobre o valor das retiradas que são realizadas, que são decididas em reunião, não estão centralizadas numa só pessoa, são decididas por um coletivo, o conselho Administrativo, mas poderá ser ampliada.

Os cargos diretivos não são remunerados de forma diferenciada aos dos trabalhadores da produção, da mesma forma as diferenças entre o maior e o menor salário é mínima, o que garante uma grande equidade salarial.

A COOPEREI tem recebido muito pouca ajuda externa, o que os faz ter que procurar resolver seus principais problemas sozinhos. Nunca receberam algum apoio do poder público municipal, do governo estadual, receberam um apoio financeiro no governo anterior, do governo federal, nada, mas demonstraram expectativa, de ONGs, nada, e de bancos também não, a não ser o crédito comercial com baixo limite de curtíssimo prazo. Recebem esporadicamente convites para a participação de feiras, o que ajuda na divulgação dos produtos e fechamento com novos clientes.

Para finalizar esta análise autogestionária da COOPEREI, no que diz respeito ao relacionamento e atividades sociais dentro da cooperativa, fomos informados de que poucas atividades são realizadas, mas quando fazem há participação de quase todos os cooperados e seus familiares. O que é importante, pois há esta preocupação em se manter o espírito de cooperação inclusive nos momentos de não trabalho, nos momentos de lazer e confraternização. Também neste item, destacamos que não há rotatividade entre o quadro de cooperados, pelo contrário, os que estão hoje, quase a totalidade entrou no início da cooperativa e permanece até hoje. Alguns saíram, mas não houve necessidade de substituição.

Em síntese, concluímos que a COOPEREI, é ainda uma pequena cooperativa que continua a manutenção de uma linha produtiva de utensílios domésticos, mantendo a mesma marca da fábrica anterior, e a um ritmo que é hoje até maior do que quando fechou.

A GERALCOOP foi criada em novembro de 2001, herdou outra massa falida, a antiga empresa Fogões Geral. Localiza-se no município de Guaíba, a 35 Km de Porto Alegre, em direção oeste da Capital. Do grupo de funcionários que possuía anteriormente, a maioria são remanescentes, mas já há uma boa turma de novos cooperados. Continuam parcialmente com

a linha de produtos da empresa anterior, mas por motivos técnicos tiveram de abrir mão de parte de alguns produtos. Além da montagem de Fogões, tem também uma fundição na mesma área onde está instalada a fábrica. Contam hoje com 170 cooperativados e 4 funcionários contratados como prestadores de serviço autônomo. É considerada uma cooperativa de produção.

Sua principal característica autogestionária é a frequência mensal com que mantém as Assembléias Gerais e as reuniões dos Conselhos Administrativo e Fiscal. Estes conselhos, muitas vezes se reúnem até semanalmente. Isto é extremamente importante para manter o espírito coletivo nas principais decisões que a cooperativa tem que tomar. Ainda neste aspecto, é extremamente significativa a presença dos membros associados nas assembléias e nos conselhos, sempre com 80 a 90% de participantes. O aspecto negativo é ainda a falta de acompanhamento do Conselho Fiscal ao Conselho Administrativo. O Conselho Fiscal só acompanha os aspectos contábeis e financeiros não fiscalizando também os aspectos administrativos, as políticas e o cumprimento do que foi decidido em Assembléia Geral.

Pelo pouco tempo de existência da cooperativa, ainda não houve uma alteração nos cargos administrativos diretivos. Não sabemos qual é a decisão a este respeito, mas é saudável à cooperativa que se faça alternância controlada e planejada, para evitar que os cooperados acabem se “acostumando” com os cargos e dificultem mais tarde a sua própria saída.

Quando há necessidade de se realizar acordos com o coletivo de trabalhadores, este é realizado nas assembléias gerais, o que permite uma ampla participação nestas decisões que terminam por influenciar a todos. Também a divulgação e análise dos balancetes é sempre realizada pelos conselhos, o que permite ao conjunto de cooperados tomar ciência da real situação da cooperativa. No que se refere à questão do planejamento estratégico e produtivo, poucos ainda demonstram interesse em participar, apesar de que estes são realizados mensalmente. Note-se aqui que diferentemente da COOPEREI, que realiza semanalmente.

Isso se deve muito pelo fato de que a produção na GERALCOOP, tem que se realizar num tempo um pouco maior, porque seus produtos são produzidos de uma forma mais complexa do que é realizado na COOPEREI. Esta maior complexidade, também necessita de mais fornecedores, o que os faz pensar mais em médio prazo. Ainda assim o período é muito pequeno, podendo num futuro ser ampliado para períodos de planejamento mais longo, o que permite programações mais ousadas, no que se refere ao mercado competidor.

Um fator muito positivo que pode ser observado na GERALCOOP, é a boa circulação de informações. Segundo a direção, isto se deve pela constante divulgação dos atos administrativos aos associados nas próprias assembléias que são realizadas. As retiradas dos cooperados e seus valores são definidas pelo Conselho Administrativo, o que é uma medida que fica a meio termo, entre a direção e a assembléia. Mas também não existe remuneração aos cargos diretivos, e estes se enquadram no quadro geral da cooperativa. Do quadro geral de retiradas, pode-se dizer que há uma diferença entre 5 e 6 vezes entre o maior e o menor ganho entre os cooperados. Esta diferenciação entre o maior e o menor ganho, em parte se deve pela complexidade das diferentes funções que existem dentro da cooperativa. Como seu processo produtivo envolve inúmeras tarefas diferenciadas, estas se diferenciam pelas diferentes responsabilidades e pelos diferentes graus de formação profissional entre os cooperados. Mas isso não tem desvirtuado a cooperativa como a alternativa de se adquirir mais contratantes, ou assalariados, o que até seria uma alternativa. Para o bem da autogestão administrativa a GERALCOOP mantém uma maioria absoluta de associados.

No que se refere às suas relações externas a GERALCOOP tem tido bons contatos e boas parcerias. Desde o início, logo depois da falência da empresa Fogões Gerais, os operários acamparam em frente ao portão principal para impedir o desmanche e retirada das máquinas de dentro do parque fabril. A Prefeitura Municipal de Guaíba naquele momento ajudou no transporte, em alimentos e em infraestrutura para garantir a manutenção da

empresa. Depois de formada a cooperativa, o governo do Estado, na gestão Olívio Dutra, também incentivou, liberando um empréstimo para capital de giro, o que garantiu a manutenção da produção nos momentos mais difíceis que marcam o surgimento de uma cooperativa. Estes apoios municipais e estaduais hoje não mais se realizam. Mas agora, em 2004, estão por receber um apoio Federal, através de um empréstimo mais volumoso que está por vir pelo BNDES.

Também há um intercambio da cooperativa com sindicatos que apóiam o cooperativismo, inclusive de outros Estados. Este dado é também importante na medida que passa a se entender que as entidades sindicais, não devem se preocupar somente com os trabalhadores assalariados, mas também com os trabalhadores cooperativizados, pois todos na verdade lutam por um mesmo programa de mudança na sociedade. Por fim devem ser destacados neste item, as relações de cooperação entre outras cooperativas, uma relação que é mais do que solidária e de parceria, mas também financeira, de órgãos nacionais e até internacionais. Dessas entidades destacam-se a OCERGS e o SESCOOP.³⁵

Internamente os cooperados da GERALCOOP, têm conseguido uma boa realização de atividades que bem podem contribuir para um melhor entrelaçamento entre seus próprios associados. Para contribuir com essa união interna, têm sido realizadas algumas ações como confraternizações e jogos esportivos entre os associados e seus familiares. A presença ainda tem sido pequena, de 10 % à 30 % dos associados, mas já é um começo. Aqui notamos uma diferença na comparação com a COOPEREI, uma vez que como há um grupo maior de cooperados mais jovens, mais atividades esportivas são realizadas, como o já tradicional futebol com os companheiros de trabalho. Mas ainda é pequena a participação de parente dos associados, nestas confraternizações.

³⁵ OCERGS: Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.
SESCOOP: Sistema Nacional de Educação Cooperativa

8 CONCLUSÃO

Desde que o Homem iniciou o trabalho consciente para produzir e satisfazer as suas necessidades, o próprio Homem não parou de modificar esta forma de relação com a natureza. A cada nova necessidade, ou a cada nova dificuldade, ele tem uma enorme capacidade inesgotável de criar e recriar novas ferramentas para a execução deste trabalho. Uma capacidade que os faz criar inclusive, ferramentas poderosas e eficientes, que terminam por substituir outros trabalhadores para realizar este trabalho. Esta é apenas uma forma de gerar a falta de trabalho ante uma necessidade vital pela busca de trabalho.

Mas não é somente o desenvolvimento tecnológico que gera desemprego. Como vimos na crítica marxista ao capitalismo, que é a forma de trabalho predominante em quase todo o mundo, o desemprego é inerente a este sistema sócio-metabólico produtivo que é baseado na acumulação de dinheiro pela lucratividade. O capitalismo teve assim o “mérito” de ser uma forma de criação de trabalho que gera outros tipos de mercadorias, não mais para satisfazer às necessidades das pessoas e contribuir para o seu bem-estar, mas para gerar mais acúmulo deste dinheiro empregado no seu próprio processo de acumulação. De produção para o uso, o Homem produz agora para a troca. Esta forma de acumulação, a lucratividade, que se baseia

na venda de uma nova mercadoria, o próprio trabalho, funciona nos mesmos moldes das outras mercadorias geradas para a lucratividade e não para a necessidade, ou seja, pela lei da oferta e procura. Sendo assim, quanto mais oferta da mercadoria trabalho, menor é seu custo, maior é sua lucratividade. Qual passa a ser então a “necessidade” para a acumulação do capital? Um “exército de reserva” de trabalhadores sem trabalho para baratear essa mão-de-obra. Resultado, muitos desempregados são “necessários” para permanecerem assim neste estado, de desemprego, para a contradição Trabalho X Capital continuar sua convivência e dicotomia.

Seja portanto, o desemprego conjuntural, advindo de novas tecnologias, seja o estrutural, inerente ao capitalismo, ele passou a ser o “inferno” ardente e constante na vida de todo o trabalhador inserido dentro deste sistema capitalista.

Mas é do ser humano buscar reação m adversidade. O desemprego e suas mazelas levaram o Homem a buscar a sua união e interação para encontrar uma solução. A retomada do espírito de cooperação, e uma sistematização e organização desta cooperação se deu de forma eficaz através da cooperativa de Rochdale e depois desta, de todas as outras que a seguiram em seus princípios. Dentre os princípios queremos destacar um que diferencia radicalmente uma cooperativa das empresas capitalistas, que é o de que as cooperativas autênticas não se fundamentam no, e nem acumulam, capital a partir da exploração da mão-de-obra de seus trabalhadores. Não existe a “mercadoria trabalho” nas cooperativas, pelo fato de não existir e nem se aplicar o lucro, que só existe se gerado pela exploração de mão-de-obra interna. No momento em que todos são co-proprietários, eles detêm a gestão de sua mão-de-obra e o controle do processo de trabalho. Isto virou símbolo para o cooperativismo.

O cooperativismo passou a ser uma alternativa ao desemprego, mas aquele, não acabou com este. Como vimos, para Marx, o desemprego é inerente ao capitalismo, mas o cooperativismo por si só não termina com este sistema, o capitalismo. Por tanto, por mais

cooperativas que possamos ter, por mais que elas se proliferem, o sistema capitalista não se rompe, e nem é substituído por outro, pela simples presença delas dentro do sistema capitalista. Já Marx havia percebido que não serão as cooperativas sozinhas que vão conseguir ter essa força revolucionária, de transformar todo o sistema sócio metabólico do capital. A história tem nos demonstrado isto, desde 1844, com Rochdale, que nenhum movimento liderado apenas por cooperativas, conseguiu por em risco o sistema predominante.

A Autogestão como eixo central de uma agenda de lutas do movimento operário e na sua busca pelo controle dos meios de produção também não é novo. Sempre que o mundo se aproxima da barbárie, volta com mais força a busca do reino da liberdade e da solidariedade. Esta busca significa a esperança de um outro mundo real e humano, ainda que as experiências socialistas não tenham sido até agora, tudo aquilo que se sonhou utopicamente realizável. Mas a humanidade continua a sonhar e a praticar a mesma metodologia de luta que Marx tratou no século XIX, especialmente como está no *Prefácio à Crítica Da Economia Política* de 1859. E esse é o nosso ponto de chegada:

“Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (Marx, 1982, p.25/6)”.

Ou seja, para que o trabalhador retome o controle dos meios produtivos, faz-se necessário que este operário o faça *coletivamente*, com *sua* classe social, e *consciente* desta possibilidade. Não é tarefa das mais simples, mas acreditamos ainda ser possível este outro mundo. Reconhecer os seus próprios limites e caminhar contra a correnteza de um sugerido *pensamento único*. Não é pouco para quem já enfrenta dificuldades no seu autosustento com baixos salários, ou aos que se sujeitam ao trabalho escravo, ou ainda o que é mais degradante, aos que passam fome, porque simplesmente não tem trabalho. Tudo isso é duro, mas é

somente do conflito e do confronto que sai uma alternativa à paz; a libertação do *trabalho alienado*.

Para Mészáros (2002), isto só é possível porque este sistema, o capitalismo, não se resume à relação contraditória entre o trabalho e o capital, mas sim a um conjunto que denominou de sistema sócio-metabólico do capital, formado pelo tripé *capital, trabalho e Estado*. Como temos uma transformação do trabalho que se engendrou do conflito deste com o capital, e que resultaram na onda de desemprego atual, a solução para esse mal maior que é o desemprego, não se resolve, sem levarmos em consideração também o seu aspecto político, ou seja com a presença do Estado. Por isso existe desde Marx, passando por quase todos os marxistas, de uma vertente a outra, a crítica à supervalorização dos movimentos de forma isolada, sejam sociais, sejam econômicos, e desconsiderem podermos ir “para além” destas estruturas, para se romper também com as estruturas políticas, culturais, ideológicas, etc. Como vimos o caso da Iugoslávia é bastante ilustrativo neste sentido. Não bastou mudar a economia, romper com as empresas capitalistas, fortalecer o cooperativismo, e se manter uma burocracia estatal, tal qual havia no sistema capitalista, com antigos exploradores a continuar expropriando a mão-de-obra sob um sistema de mercado chamado “socialismo real”. O Estado continuou a existir em vez de caminhar para a sua degeneração autogestionária. Somente no momento em que o trabalhador se livrar tanto do jugo do capital, como também do poder político de domínio que há sobre o trabalho, é que ele começará a encontrar alternativa de controlar o seu próprio trabalho, ou seja, encontrar a autogestão e a partir desta reconstruir uma forma de produzir trabalho, agora novamente para as suas necessidades e não trabalho para a troca mercantil. Para Lukács, esta possibilidade é uma tomada de consciência, adquirida na luta permanente contra o capital, e que pode resultar na sua consciência de classe.

O que Guillerm e Bourdet (1976), definiram como sendo *Autogestão, uma mudança radical*, é exatamente esta possibilidade. Concordamos com a necessidade desta Autogestão descrita pelos autores, mas com um caminho diferente, seguindo o caminho marxiano que busca uma ruptura por dentro do Estado, com a alteração da ordem política em consonância com o movimento social. Para nós, as estruturas econômicas, sociais, políticas, culturais, etc. são partes fundantes do processo de alteração da ordem capitalista para uma outra ordem, a predominada pela autogestão.

Foi esta possibilidade que encontramos latente dentro dos empreendimentos cooperativos que pesquisamos em campo. Dissemos latentes porque não nos parece ser ainda um processo generalizado e concretizado. O processo autogestionário que estudamos, encontra-se num meio fértil ao seu crescimento e fortalecimento, porém nada é deterministicamente realizável. Pode estar em curso hoje, mas pode não estar mais a qualquer momento. A possibilidade hoje existente deve-se às condições razoavelmente favoráveis e o desemprego é a maior delas. A necessidade de manter algum trabalho, com alguma renda mínima foi a força maior que impulsionou aos cooperados das duas cooperativas que pesquisamos, a criarem as suas cooperativas. A falência das empresas em que trabalhavam e a possibilidade de continuarem com trabalho, os levaram a pensar outra forma de gestão conforme a suas histórias lhes permitiram.

De qualquer forma, o que podemos observar é que estas cooperativas pesquisadas nos mostraram a forte presença de uma autogestão, que está semeando formas de libertação da mão-de-obra até então dominada pelo capital e que eram heterogeridas antes da massa falida.

As respostas das entrevistas realizadas como vimos não mantêm somente a preocupação com a possibilidade de emprego, mas a manutenção de um trabalho que já lhes é diferente do trabalho realizado anteriormente e que era vendido como mercadoria. A experiência de um trabalho autogestionário está possibilitando levá-los à autogestão da sua

própria vida, e isto vai sendo construído também na mente e no sentimento de gente, de cidadania que cada um tem. Não significa, portanto que isto irá levá-los inevitavelmente à autogestão no sentido mais amplo e pleno, mas este é sem dúvida um caminho possível.

O movimento cooperativista tem contribuído para demonstrar que esta possibilidade de desenvolvimento de uma economia popular solidária, baseada na Autogestão do empreendimento, é real. Nele, pensar a autogestão como um projeto político global, é um processo de verticalização política da autogestão, no sentido de que emerge de baixo para cima. E mais que isso, se lembrarmos Mészáros, em sua obra *Para Além do Capital* (2002), que propõe a *erradicação completa do capital do processo sociometabólico*, onde há uma transcendência radical e com implicações de longo alcance, “não só para todas as dimensões produtivas e distributivas de ordem material e cultural da divisão social hierárquica do trabalho há muito estabelecida, mas também para a estrutura totalizante do conjunto político herdado do capital corporificado, neste sentido, ir *para além do capital* significa superar o modo de controle do capital como *sistema* orgânico: uma tarefa só possível como empreendimento global.” (Idem, p. 917).

Confirma-nos com este trabalho de campo, tanto o que pensamos ser autogestão e as suas dificuldades em implementá-las. Se as cooperativas pesquisadas mantiverem os princípios originais do cooperativismo, como a democracia interna, a autonomia da cooperativa perante o Estado, acrescidos da manutenção de quase todos os índices autogestionários que encontramos, garante não só a autenticidade do cooperativismo, mas a capacidade transformadora que lhes permite com a educação permanente e libertadora para a cooperação.

Se as cooperativas mantiverem seus princípios entregues aos domínios da cooperativa, intramuros poderão até se manter competitivas no mercado e sobreviverem como empreendimentos, mas não terão a certeza de uma autogestão plena e abrangente. A

autogestão, segundo os preceitos que vimos só assim o será, se as cooperativas continuarem no seu processo em curso e permitirem deixar transbordar essa autogestão para todas as esferas em que atuam e influenciam as suas ações e seus atos, sejam eles realizados coletivamente, sejam realizados pessoalmente.

Assim, pode-se dizer apenas que este processo que está em curso, depende agora de sua continuidade e manutenção. A mudança real, a emancipação total do trabalho para uma sociedade autogestionária, a partir da autogestão cooperativa realizada nestas cooperativas, só se efetivará no nosso entender, se o tripé do sistema sócio metabólico for afetado nas suas três hastes. Por isso é importante que o Estado, seja na esfera municipal, estadual ou nacional, também desempenhe a sua função de incentivo e fomento à estas cooperativas, o que contribui para a autogestão na esfera política também, na sua possibilidade de se autogestionar em consonância com os movimentos sociais autogestionários por si só. Se por si só esses movimentos sociais não conseguem seu êxito, o Estado também não o conseguirá sem o apoio e a consonância dos movimentos. De nada adiantou as estatizações de cima para baixo, como vimos, sem as mudanças realizadas pelos próprios movimentos sociais em consonância. Há que se ter ações realizadas em conjunto, movimentos cooperativos e ações do Estado, todos convergindo para a autogestão, tanto dentro das cooperativas, como fora delas, autogestionando a coisa pública também.

Tanto uma como outra já vem sendo realizadas, ainda em movimentos muito tímidos se observarmos o grande poder do sistema sócio metabólico do capital, mas todo o começo de mudanças, por mais profunda que se queira, sempre inicia em pequenos círculos, que vão se expandindo seqüencialmente numa freqüência constante e contínua até atingir toda a estrutura e conseguir romper e destruir a ordem anterior. Esta nova ordem só pode se estruturar e substituir a anterior se realizada de forma consciente e por que tem controle de sua própria força de trabalho. É por esta autogestão que se tem o desmanche do sistema até então

predominante. Assim como o capitalismo se estruturou e se mantém, a nova forma de organização irá substituir a atual. Se para Marx, o capitalismo se estruturou através da

“subversão contínua da produção, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de ossificar-se. ***Tudo que era sólido e estável se esfuma*** (grifo nosso), tudo o que era sagrado é profano e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas”. (Marx, 1981, p. 12)

Para nós aqui o que é novo, a autogestão, vem do que se desmanchou do sistema anterior e criado foi por quem dele fez parte, mas agora não mais o faz.

A autogestão não é mera articulação administrativa e financeira de gerência de uma empresa ou de uma cooperativa. A autogestão é uma forma de como as pessoas podem se relacionar com o trabalho, sem perder o direito de controlar todo o processo deste trabalho e conseqüentemente as suas próprias vidas que dependem deste trabalho que realizam. Portanto, autogestão é cuidar da sua própria vida, levando em consideração que a vida é para ser vivida socialmente.

9 ANEXOS

9.1 Questionário 1:

Questionário 1:

I- DO COOPERADO:

Informações pessoais:

1	Nome:	
2	Idade:	
3	Estado Civil:	
4	Nível de escolaridade:	

Informações funcionais:

5	Associado desde				
6	Função na Cooperativa				
7	Função no Trabalho				
8	Frequência nas Assembléias	<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>Não</td> <td>Às Vezes</td> </tr> </table>	Sim	Não	Às Vezes
Sim	Não	Às Vezes			

8.1 Como participa

9	Satisfação com a Cooperativa	Muito Satisfeito	Satisfeito	Não Satisfeito	Muito Insatisfeito
10	Conhece a real situação Financeira da Cooperativa? _____				
10.1	Sim	Como são passadas estas informações?			
10.2	Não	Por que não recebeu as informações?			

Relações Comunitárias:

11	Frequência em outras Reuniões de Trabalhadores	Sim	Não	Às Vezes
11.1	Como participa			
12	Participação em ONGs	Sim	Não	Às Vezes
13	Participação em Movimentos Comunitários	Sim	Não	Às Vezes
14	Participação em Festas Sociais e Atividades da Cooperativa	Sim	Não	Às Vezes
15	Participação em Atividades Esportivas	Sim	Não	Às Vezes
16	Entre o ambiente de trabalho que você tinha na empresa com carteira assinada, e o ambiente que você encontra agora na cooperativa, você acha que melhorou, tudo ficou igual ou está pior? Porquê?			
17	Na sua opinião, que aspectos deveriam melhorar na cooperativa?			
18	Você sente diferença entre ser trabalhador hoje na cooperativa, e ter sido trabalhador anteriormente numa outra empresa? Quais são as diferenças?			
19	A sua vida fora da empresa sofreu alguma mudança? Seja pessoalmente, espiritualmente, educativamente, culturalmente, na família? Para pior ou para melhor?			
20	Se você tivesse novamente uma oportunidade de trabalho como assalariado com carteira assinada, ganhando o mesmo que você ganha hoje, você largaria a cooperativa, ou continuaria nela?			

9.2 Questionário 2:

II - DA COOPERATIVA:

Informações Gerais:

21	Razão Social						
22	Nome comercial (Fantasia)						
23	Data de constituição						
24	Endereço		Município	UF	CEP		
	Tel		E-Mail				

Informações sobre a Participação e a Administração/Finanças

25	Nº de Associados							
26	Nº de Empregados							
27	Tipo de Cooperativa:		Produção		Trabalho		Serviço	

Participação de Associados nas Assembléias

28	Qual é a freqüência de Assembléias Gerais?	Não Realiza	Anual	Semestral	Trimestral	Bimensal	Mensal	
29	Qual é a freqüência das Reuniões dos Conselhos Administrativo/Fiscal	Não Realiza	Anual	Semestral	Trimestral	Bimensal	Mensal	
30	Como é a participação nas Reuniões dos Conselhos Administrativo/Fiscal	até 10%	de 11 à 30%	de 31 à 50 %	de 51 à 70%	de 71 à 80%	de 81 à 100%	
31	O Conselho Fiscal acompanha as reuniões do Conselho de Administração?							
32	O Conselho Fiscal só analisa os aspectos contábeis e financeiros (1), ou também avalia os aspectos da gestão administrativa (2) ?							(1) (2)
33	Como se realiza a rotatividade dos Cargos Diretivos	até 10%	de 11 à 20%	de 21 à 30 %	de 31 à 40%	de 41 à 50%	mais 50 %	
34	Quem realiza os acordos coletivos internos?	Presidente	Cons Adm	Assembléia				
35	A divulgação de Balancetes é realizada?	Sempre	Nunca	às Vezes				
36	A análise dos Balancetes pelos Conselhos é realizada?	Sempre	Nunca	às Vezes				
37	Há elaboração de Planejamentos Participativos (Adm/produção)?	Semestral	Trimestral	Bimensal	Mensal	Quinzenal	Semanal	
38	Há divulgação dos Atos Administrativos junto aos associados?	Sempre	Nunca	às Vezes				
	33.1 Como é feita a divulgação, através de de meios?							

39	Quem define as Retiradas, as sobras?	Presidente	Cons Adm	Assembléia			
40	Sobre a remuneração/auxílio nos Cargos Diretivos	Remuneração	Auxílio	Não Tem			
41	Qual é a razão entre a maior e a menor retirada?	6 ou mais	de 5 até 6	de 4 até 5	de 3 até 4	de 2 até 3	de 1 até 2
42	Qual é o patrimônio líquido nos três últimos períodos fiscais?	2001		2002		2003 (previsão)	
43	Qual é o faturamento nos três últimos períodos fiscais?	2001		2002		2003 (previsão)	
44	Qual é o fluxo de caixa nos três últimos períodos fiscais?	2001		2002		2003 (previsão)	

Relações Externas de Parceria:

45	Recebeu algum apoio estatal, participou de alguma feira, no passado ou no presente?						
	45.1	Do governo Municipal?	Sim	Não	Raramente		
	45.2	Que tipo de apoio?					
	45.3	Do governo Estadual?	Sim	Não	Raramente		
	45.4	Que tipo de apoio?					
	45.5	Do governo Federal?	Sim	Não	Raramente		
	45.6	Que tipo de apoio?					
46	Algum apoio de ONGs?		Sim	Não	Raramente		
	46.1	Que tipo de apoio?					
47	Algum apoio de outras Cooperativas e/ou Redes de Cooperação?		Sim	Não	Raramente		
	47.1	Que tipo de apoio?					
48	Algum apoio de instituições financeiras?		Sim	Não	Raramente		

Relações Sociais Internas:

49	Realizam confraternizações e atividades entre associados?	Sim	Não	Raramente			
50	Qual é a participação dos associados nestas?	até 10%	de 10 à 30%	de 30 à 50 %	de 50 à 70%	de 70 à 80%	de 80 à 100%
51	Qual é a participação dos familiares nestas atividades?	até 10%	de 10 à 30%	de 30 à 50 %	de 50 à 70%	de 70 à 80%	de 80 à 100%
52	Qual é a rotatividade dos associados na cooperativa?	até 10%	de 10 à 20%	de 20 à 30 %	de 30 à 40%	de 40 à 50%	mais 50 %

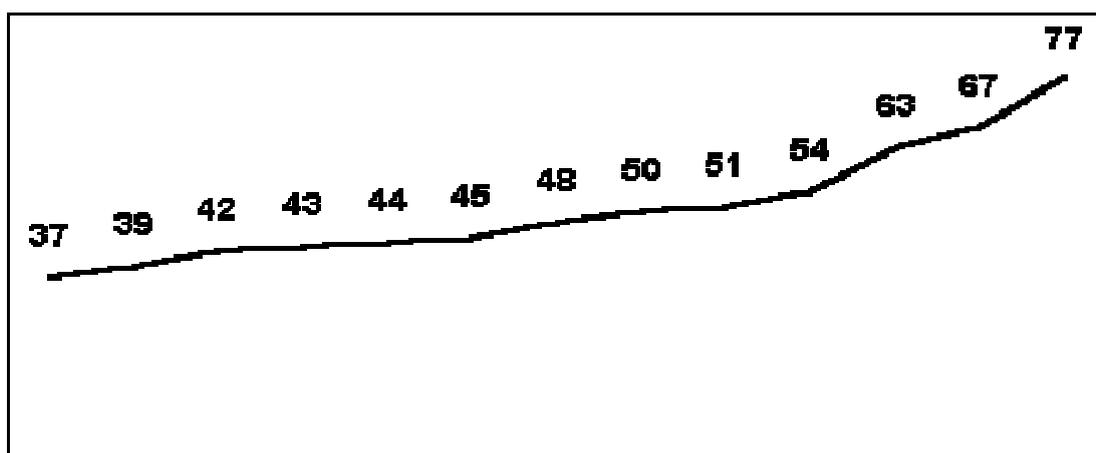
9.3 Respostas e Demonstrações gráficas do Questionário 1

Pergunta 01:

Idade do cooperado:

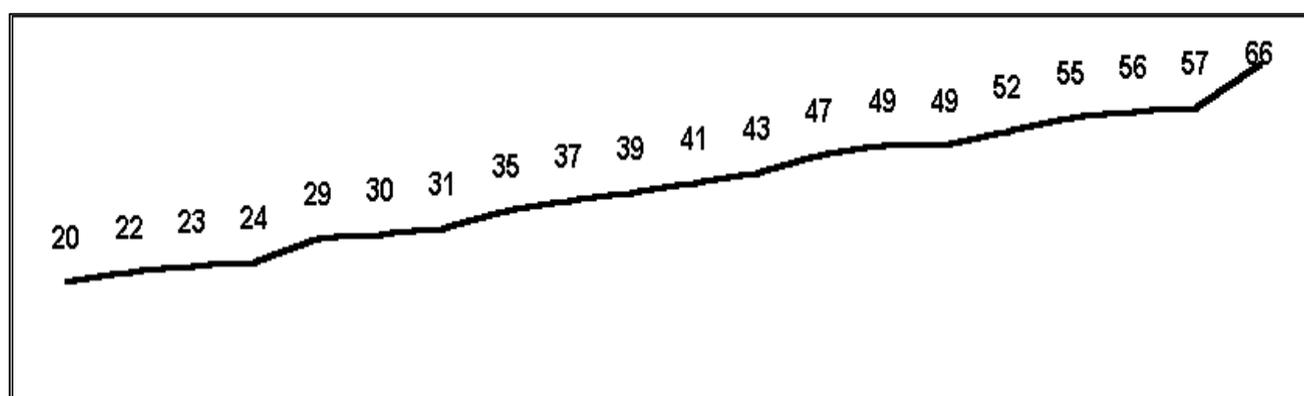
COOPEREI

Idade	Nº
37	1
39	1
42	1
43	1
44	2
45	2
48	2
50	2
51	1
54	1
63	1
67	1
77	1



GERALCOOP

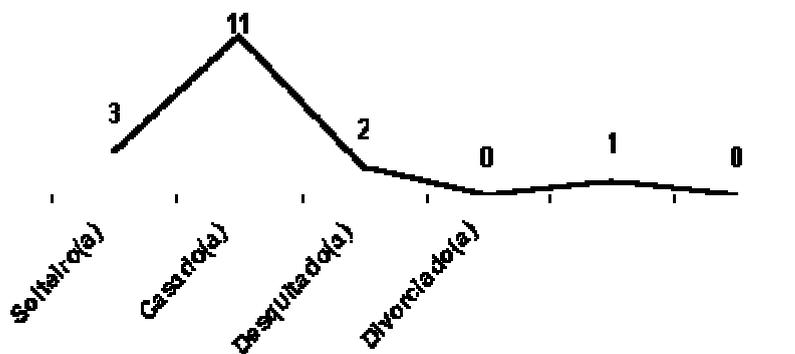
Idade	Nº
20	1
22	1
23	1
24	1
29	1
30	1
31	2
35	1
37	2
39	1
41	1
43	3
47	1
49	1
49	1
52	1
55	1
56	2
57	1
66	1



PERGUNTA 02
Estado Civil

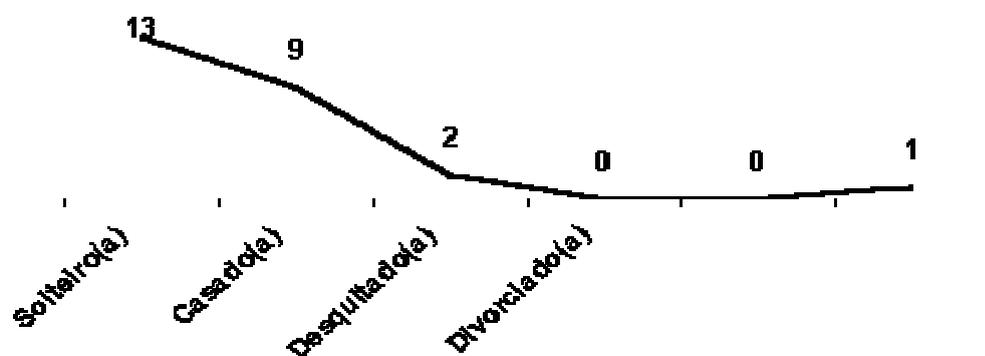
COOPEREI

Estado Civil	
Solteiro(a)	3
Casado(a)	11
Desquitado(a)	2
Divorciado(a)	0
Viúvo(a)	1
Convívio	0



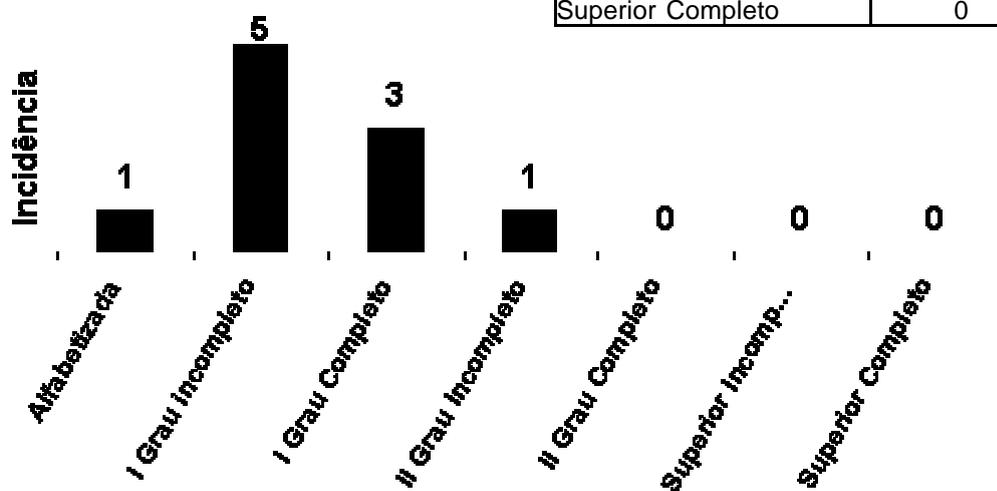
GERALCOOP

Estado Civil	
Solteiro(a)	13
Casado(a)	9
Desquitado(a)	2
Divorciado(a)	0
Viúvo(a)	0
Convívio	1

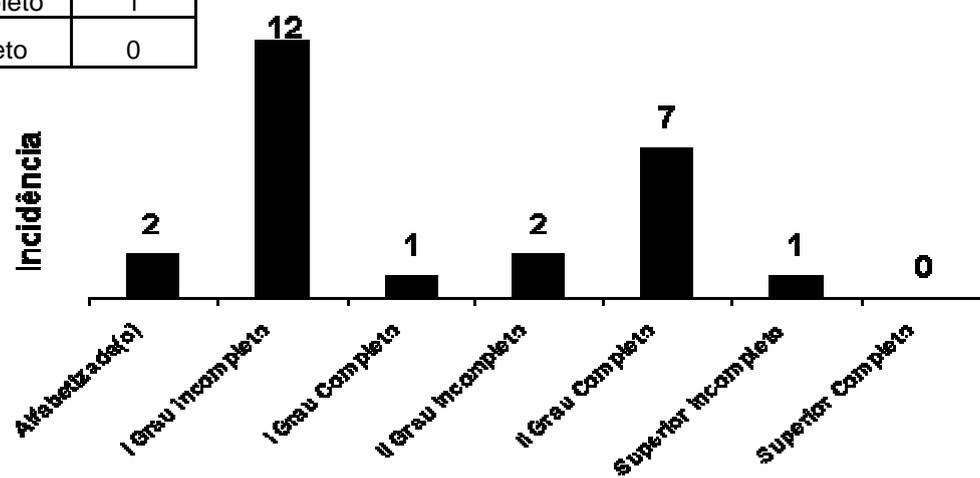


PERGUNTA 03:**Nível de escolaridade****COOPEREI**

Alfabetizada	1
I Grau incompleto	5
I Grau Completo	3
II Grau Incompleto	1
II Grau Completo	0
Superior Incompleto	0
Superior Completo	0

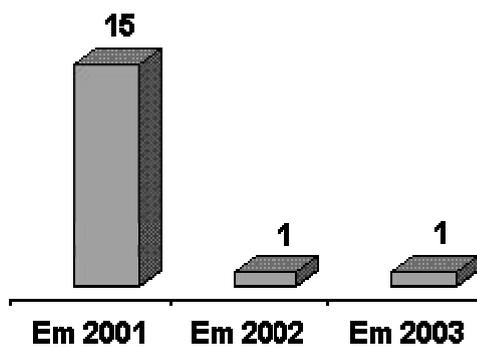
**GERALCOOP**

Alfabetizada(o)	2
I Grau incompleto	12
I Grau Completo	1
II Grau Incompleto	2
II Grau Completo	7
Superior Incompleto	1
Superior Completo	0

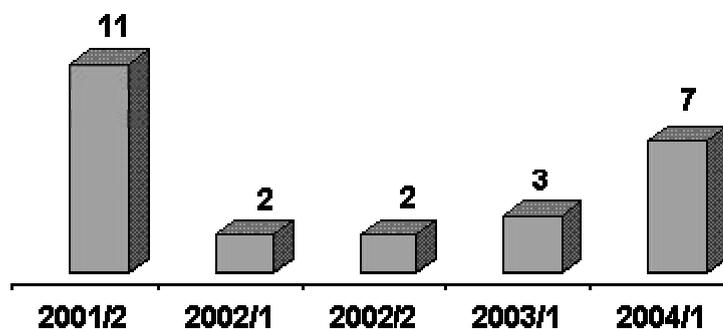


PERGUNTA 04
Ano que ingressou como associado:
COOPEREI

Ano	Nº
Em 2001	15
Em 2002	1
Em 2003	1


GERALCOOP

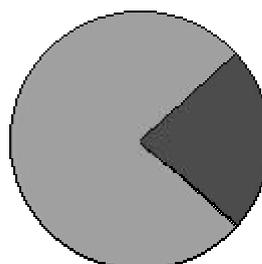
Ano	Nº
2001/2	11
2002/1	2
2002/2	2
2003/1	3
2004/1	7



PERGUNTA 05;
Função na Cooperativa

COOPEREI

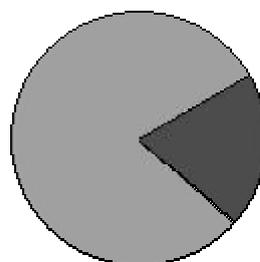
Função	Nº
Associada	13
Direção	4



■ Associada ■ Direção

GERALCOOP

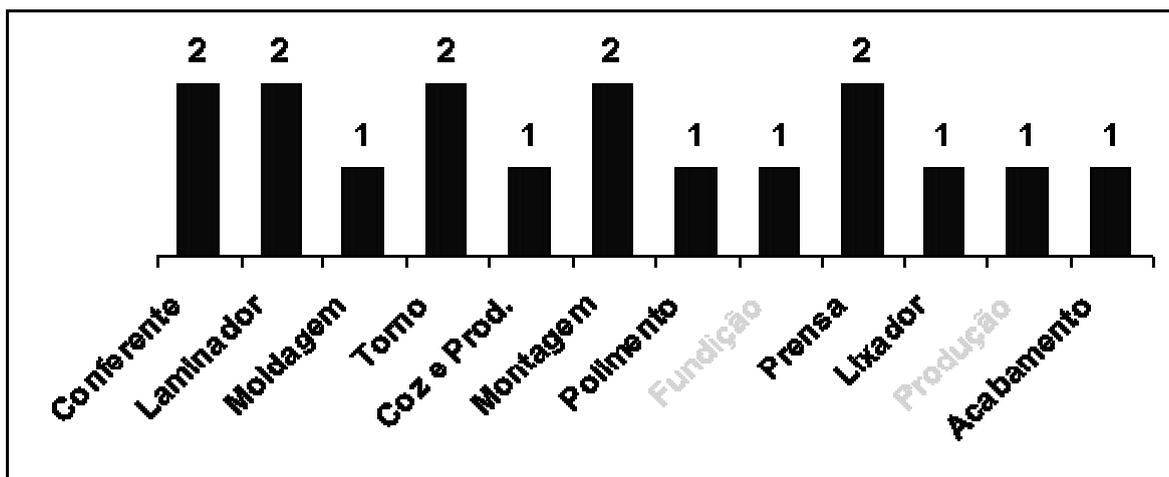
Função	Nº
Associada	20
Direção	5



■ Associada ■ Direção

PERGUNTA 06:**Função no Trabalho****COOPEREI**

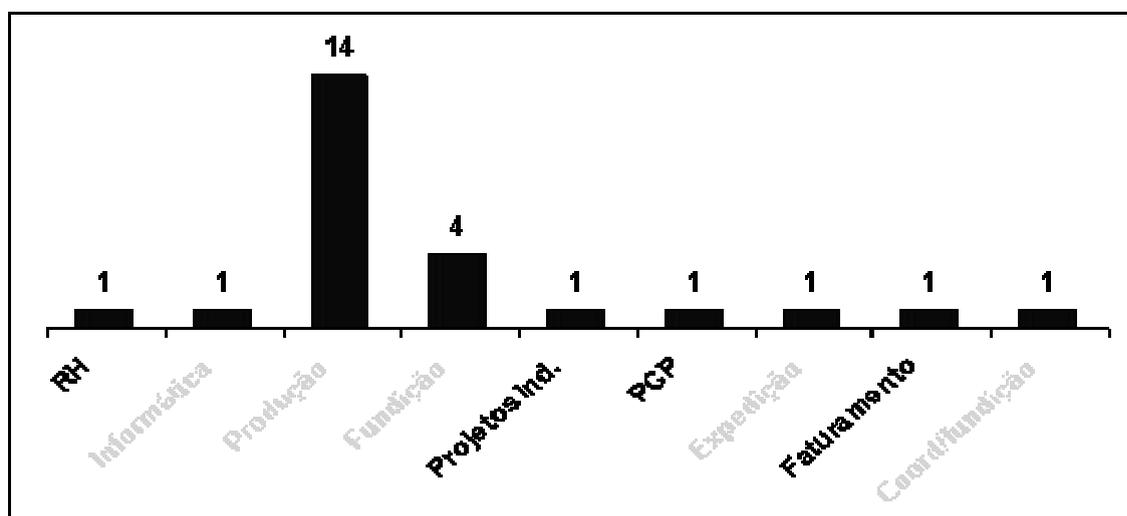
Função	Nº
Conferente	2
Laminador	2
Moldagem	1
Torno	2
Coz e Prod.	1
Montagem	2
Polimento	1
Fundição	1
Prensa	2
Lixador	1
Produção	1
Acabamento	1



continuação 06

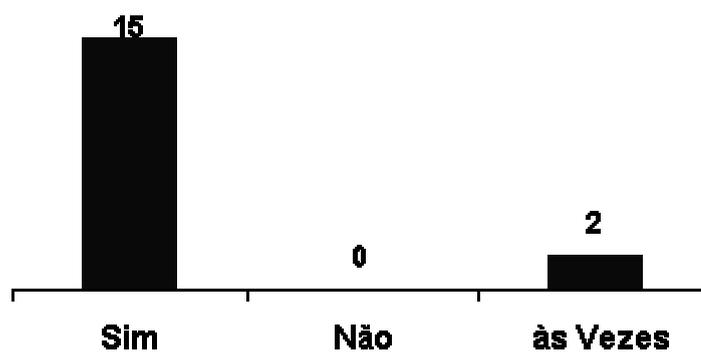
GERALCOOP

Função	Nº
RH	1
Informática	1
Produção	14
Fundição	4
Projetos Ind.	1
PCP	1
Expedição	1
Faturamento	1
Coord/fundição	1

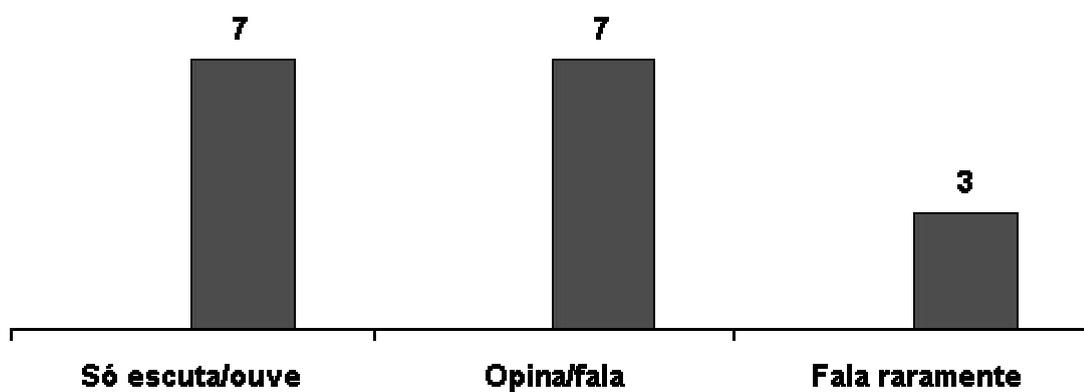


PERGUNTA 07***Freqüentas as Assembléias?*****COOPEREI**

Sim	Não	às Vezes
15	0	2

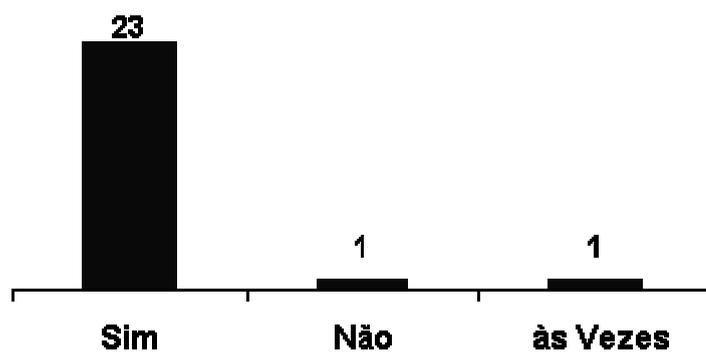
**8.1 Como?**

Só escuta/ouve	7
Opina/fala	7
Fala raramente	3



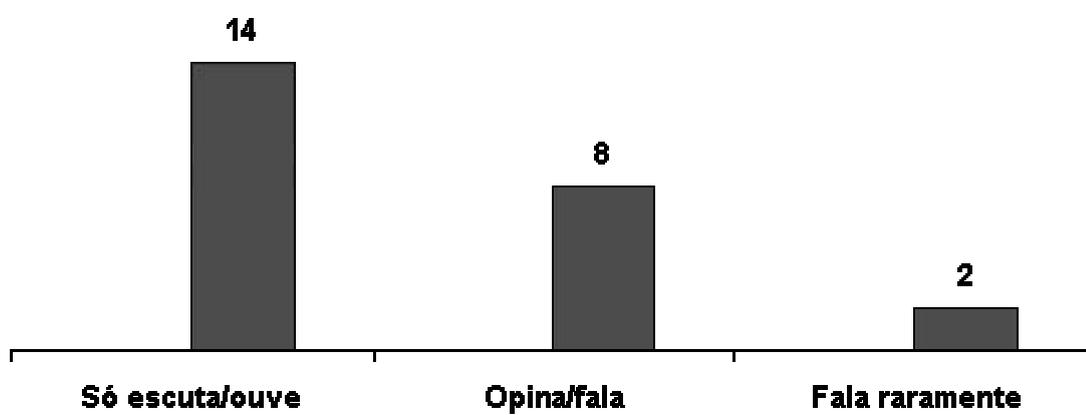
GERALCOOP

Sim	Não	às Vezes
23	1	1



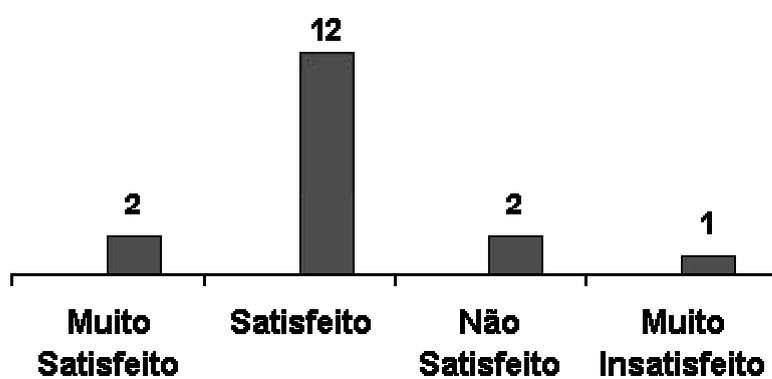
8.1 Como?

Só escuta/ouve	14
Opina/fala	8
Fala raramente	2

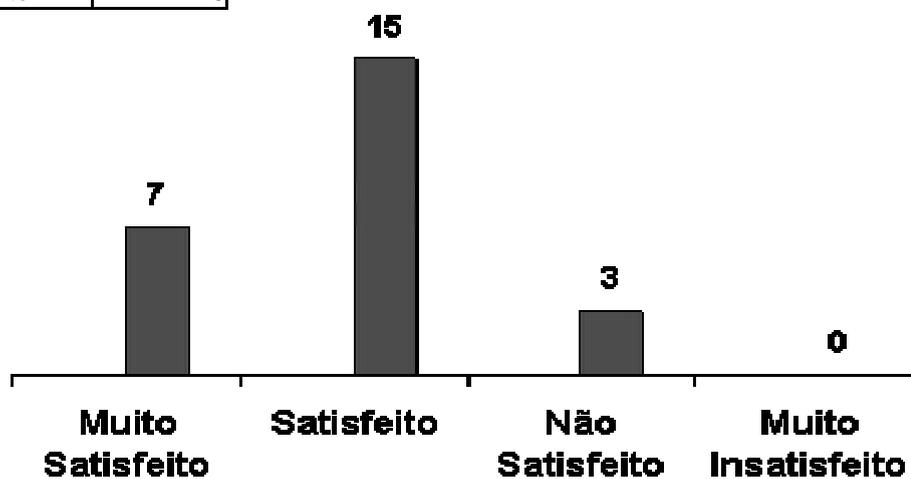


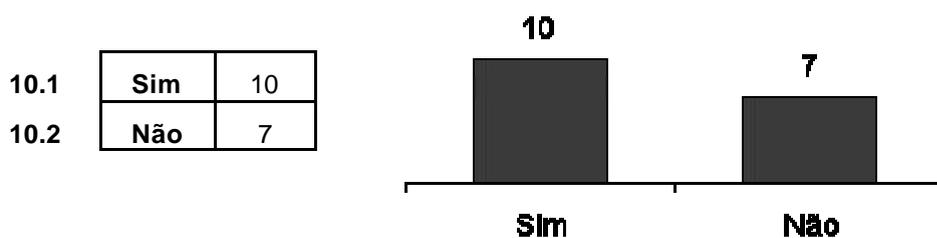
PERGUNTA 08:**Está Satisfeito com a cooperativa?**

Muito Satisfeito	2
Satisfeito	12
Não Satisfeito	2
Muito Insatisfeito	1

**GERALCOOP**

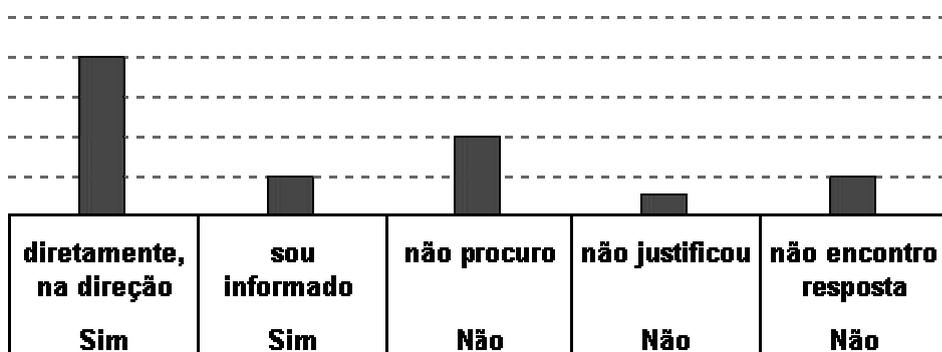
Muito Satisfeito	7
Satisfeito	15
Não Satisfeito	3
Muito Insatisfeito	0



PERGUNTA 09:**Conhece a real situação Financeira da Cooperativa?****COOPEREI**

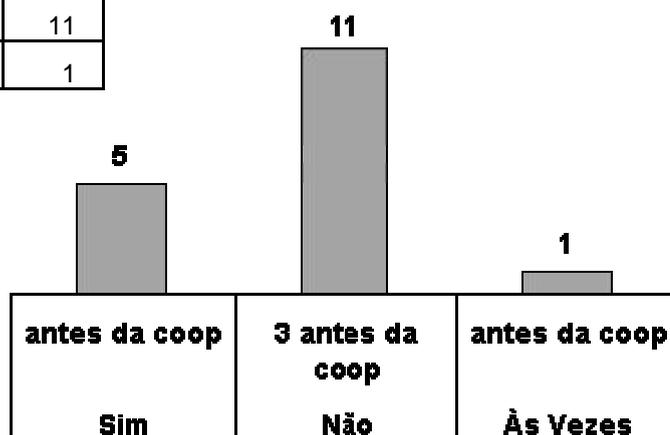
10.1	Como são passadas estas informações?
10.2	Por que não recebeu as informações?

Sim	diretamente, na direção	8
Sim	sou informado	2
Não	não procuro	4
Não	não justificou	1
Não	não encontro resposta	2

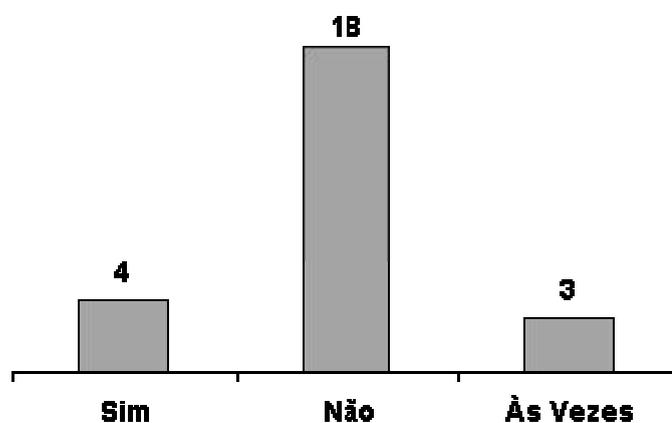


PERGUNTA 10:**Freqüenta reuniões sindicais e/ou do mov. dos trabalhadores****COOPEREI**

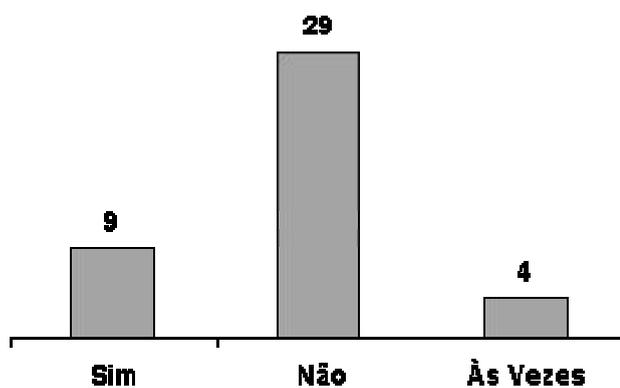
Sim	antes da coop	5
Não	3 antes da coop	11
Às Vezes	antes da coop	1

**GERALCOOP**

Sim	4
Não	18
Às Vezes	3

**TOTAL:**

Sim	9
Não	29
Às Vezes	4



PERGUNTA 11:**Participa em ONGs?****COOPEREI**

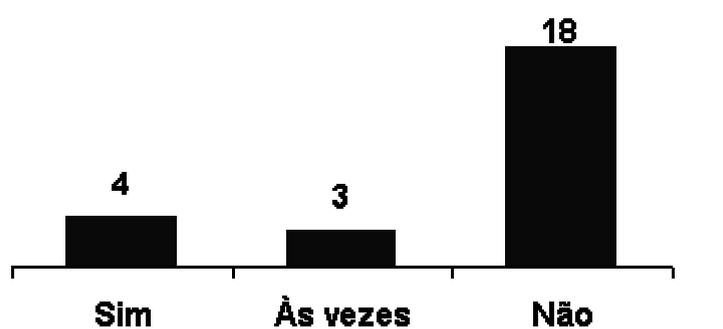
Sim	1
Às vezes	3
Não	13



Em que atividade? Festas beneficentes
Igreja Católica
Grupo de Casais/Igreja
Asilos

GERALCOOP

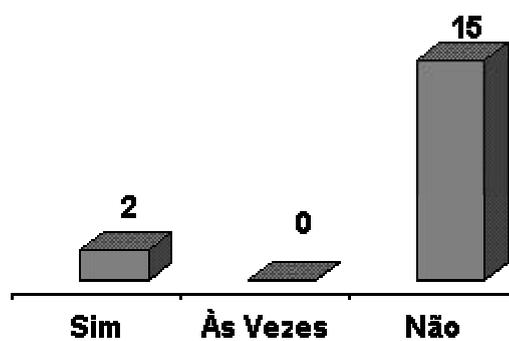
Sim	4
Às vezes	3
Não	18



Em que atividade? Igreja

PERGUNTA 12:**Participa em Movimentos Comunitários?****COOPEREI**

Sim	2
Às Vezes	0
Não	15

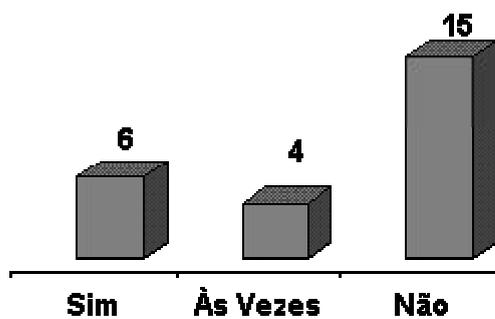


De que forma?

Associações de Bairro	3
-----------------------	---

GERALCOOP

Sim	6
Às Vezes	4
Não	15

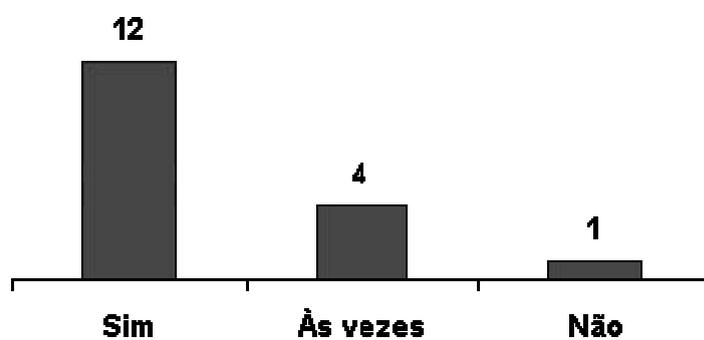


De que forma?

Associações de Bairro	6
-----------------------	---

PERGUNTA 13:**Participa em Festas Sociais e Atividades da Cooperativa?****COOPEREI**

Sim	12
Às vezes	4
Não	1

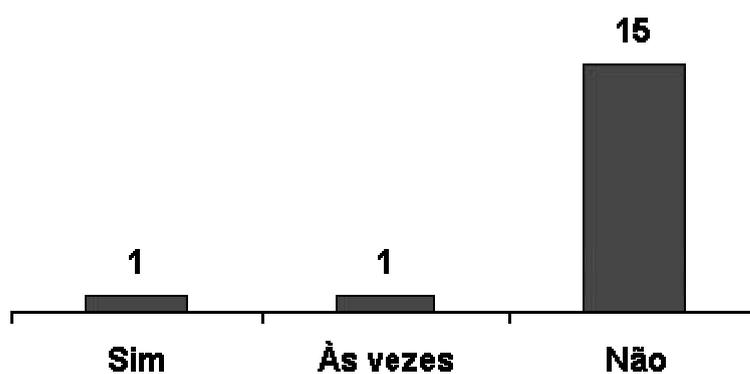
**GERALCOOP**

Sim	12
Às vezes	3
Não	10

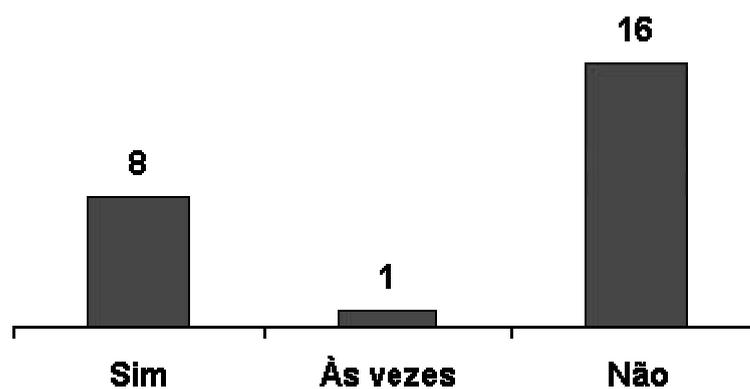


PERGUNTA 14:**Participa em atividades esportivas****COOPEREI**

Sim	1
Às vezes	1
Não	15

**GERALCOOP**

Sim	8
Às vezes	1
Não	16



PERGUNTA 16:

Entre o ambiente de trabalho que você tinha na empresa com carteira assinada, e o ambiente que você encontra agora na cooperativa, você acha que melhorou, tudo ficou igual ou está pior? Porquê?

COOPEREI:	
1	"Com a carteira assinada era melhor, ganhava mais, 13º, salário mínimo... Agora ganhamos menos, não tem 13º..."
2	"Agora melhorou, antes tu é empregado, tu era mandado por alguém, por subordinação, hoje não, hoje apesar de ter tantos compromissos, compromissos que agente assumiu com os colegas, mas tu é mais livre pra trabalhar, eu acho que hoje melhorou bastante."
3	"A minha opinião é que tá melhor agora. Dá pra trabalhar mais a vontade, dá pra trabalhar num negócio que é do cara né." "O cara trabalha mais animado né? Tu sabe que ta batalhando por uma coisa que é tua."
4	"Agora tá era ..., o ambiente tá igual né. O serviço que agente tinha... só que agora a responsabilidade é nossa. Antes era do patrão, agora é nossa. Então é isso aí é que é o problema."
5	"Ah melhorou, melhorou. Ah depende do patrão, sê mandado né cara, aquele negócio todo e ta muito melhor. Aqui a gente trabalha a vontade, é dono do próprio nariz, eu acho que ta muito bom."
6	"É eu acho que tá igual né. <i>Porque tu acha que ta igual?</i> É o dinheiro é pouco, ta naquele mesmo sistema, o dinheiro é só pra sobreviver. Não mudou muita coisa."
7	"Eu acho que no ambiente com os colegas continua o mesmo. Mas no sentido do trabalho assim, eu acho que ta melhor. A gente se considera o dono de isso aqui, não somo mais empregado. Eu acho que nesse ponto aí a gente se sente assim, melhor no ambiente pra gente, a gente se sente mais a vontade, com mais responsabilidade, mas também com mais motivação. É um desafio novo, com mais ânimo..."

	GERALCOOP:
8	“Melhorou muito. Porque hoje as relações entre as pessoas são melhores, entendeu? Não tem aquela grande cobrança que tinha, tu sabe que todo esforço que tu fizer, pela cooperativa, no mesmo momento tu vai ta fazendo pra ti mesmo, não como patrão.”
9	“Na cooperativa melhorou. Melhorou que na Fogões Geral (<i>nome da empresa antes</i>), primeiro o pagamento era assim; saía ou não saía. Quando saía, chegava sexta-feira, pegava 50 real, às vezes não pegava nada. Não tinha essa assim como hoje. Hoje, pegamos por mês, nós tava com dificuldade, mas graças a deus esse ano já ta indo mais... ta melhor. Tem o fardamento, tem o vale, se ta precisando de alguma coisa a cooperativa resolve.”
10	“É muito cedo pra mim faze uma comparação (<i>este cooperado está a pouco tempo na cooperativa</i>) A princípio, é claro que se eu tivesse trabalhando numa empresa, com carteira assinada, ganhando o que eu ganhava, era muito melhor. Só que é muito cedo. O cooperativismo... esse negócio de cooperativa, eu penso que não... é muito cedo porque, pra começa como eu te falei, não tem dinheiro pra comprar matéria-prima, agora, se isso aqui dé certo, e se deus quiser vai dar certo, eu nem to falando por mim, porque pode ser que eu não esteja aí né, porque a curto prazo eu acho difícil. Mas isso aqui a longo prazo, se as pessoas acreditarem, se todo mundo acreditá, mas eles (<i>os dirigentes</i>) tem que consegui o empréstimo que eles tão batalhando, tão batalhando um empréstimo no BNDS. Se eles conseguirem isso aí e se todo mundo acredita e trabalha, eu acho que a longo prazo, daria pra gente dá uma resposta neste assunto. Mas a curto prazo isso aqui é só uma... um trabalho que..., claro que a gente tem que levar a sério. Mas é um trabalho mais agora pra, porque as pessoas que estão aqui tão desesperada, tão loco pra trabalha, pra ganha um dinheirinho, tem família... tem pessoas aqui que tão numa situação muito pior que a minha. Nós precisaríamos de um governo que apoiasse, pra gente ir pra frente. Dão tanto incentivo pras multinacionais, GMs e Fords da vida, já deram pra Riocel da vida, pra Borregard, já deram pra ?. A Riocel emprega um mínimo de pessoas de Guaíba hoje em dia, 10%, não sei se empregam 10% de Guaíba. Essas outras empresas que já forma embora, a maioria, que nem a exon? ” por exemplo, vai embora, termina o incentivo, eles querem um lucro de 200, 300 %. Então nós precisamos de um governo que investisse neste tipo de coisa aqui, e é pelo contrário, eles sobem mais ainda eu acho, o imposto porque eles se baseiam que a gente não

	ganha todos os direitos e aí eles se baseiam nisso aí. Aí sim cara, aí a gente precisa muito mais do que isso aqui, eu acredito mais é assim nas pessoas que a gente tá lidando, porque até agora me pareceu serem pessoas sérias.”
11	“De momento agora tá melhor do que antes. No final da empresa já tava mesmo a empresa falida, agora está um pouco melhor. Nós não recebia os pagamento, tava tudo atrasado, e agora de uns meses pra cá nos tamos recebendo nossos pró-labora certo.”
12	“Eu acho que há um equilíbrio, da antiga <i>Geral</i> , final de tempos só que agora tá mais ou menos, um equilíbrio. Então, melhorar não melhorou. É claro que melhorou porque a outra fechou, e essa aqui tá aberta. Mas tá no mesmo, quase no mesmo nível.”
13	“Piorou, assim, em vez de a gente tem que trocar de setor, trabalhar em outras parte, e muitos não concordam. Teria que ser um ambiente em que todos.”
14	“Melhorou 100%. Porque antes as idéias não eram, a gente não usava as idéias para o desenvolvimento da empresa, hoje as nossas idéias são integrados por outros colegas e tudo auxilia no desenvolvimento da empresa hoje.”

PERGUNTA 17:

Na sua opinião, que aspectos deveriam melhorar na cooperativa?

	COOPEREI:
1	"Mas agora eu nem saberia porque tô fora de tudo, não sei de nada. Sei te digo que não sei de nada, não sei de nada. Não sei se tem lucro, se tem dívida, se tem dinheiro, não sei de nada. Melhorar essa situação, agente trabalharia com mais amor, com mais interesse. Mas assim como ta agente não sabe nada.”
2	"Prá começa, eu acho que nós ainda tamo muito verde, há dois anos que nós tamo aí, arrecem nós começamo a engatinhá. Acho que só o tempo queagente tem condições de melhora, agente vai vendê mais, agente vai ter mais capital de giro, acho que é uma maneira de melhorar... Só o tempo mesmo. Depois um negócio quando começa, ele é difícil no começo, mas é só o tempo que vai dizer assim se vai melhorar. É o que agente tá tentando."
3	“No momento em que a gente consegui adquirir o patrimônio aqui né, prédio maquinário, aí tudo vai melhorar mais.”

4	<p>“Eu creio que sigui assim como nós temo, vai melhorar cada vez mais. Essas melhora agente tem que ir fazendo aos pouco. Nós não podemo chega assim pega um troço que nós tejemo sem nada e dever de deixar em alta. Ela tem que ir devagar. A gente tem que ir levando...” <i>E que tipo de melhora, mesmo que seja assim devagarinho e tal, mas tu tem idéia de alguma coisa que tu gostaria que mudasse pra melhor?</i> Olha de momento, eu to sem... a melhora, é quanto mais nós vende, mais produzi, fizer nós segui no ramo, sem ... dos governo, deixa nós trabalhá, isso aí tem esse problema do leilão aí, mas se o governo estadual dé uma mão pra nós, um apoio aí ó, nós vamo retribuï, vamos adquiri a renda pro governo também, porque tem ICMS, tem que pagá pro governo tu certo, nós tamo procurando pra pagá, pra trabalha certo com eles, pra vê se eles dão uma mão pra nós também.”</p>
5	<p>È nós tamo começando, tu vê como eu te falei na outra vez, (se referindo as perguntas da entrevista anterior) é o seguinte: a nossa diretoria é nova, nós troquemos e tamo longe ... e tal. Agora tá se encaxando, parece que agora vai mesmo. (Repito a pergunta) É claro que, o salário é baixo ainda, é claro que a gente tem que pagá muito imposto, e quebra máquina, quebra aqui, tem coisas muito antigas, eu acho que ... é salário ainda ta um pouco baixo né, pessoal, mas claro agente ta trabalhando, todo mundo tem que entende que é o terceiro ano que a gente ta indo, e parece que vai te uma melhora.”</p>
6	<p>“É eu acho que o que falta é verba, dinheiro. Tipo assim, alguém bota um dinheiro aí pra capital de giro. É o que ta faltando porque que nem nós aqui não temo dinheiro pra ta girando e depois fica esperando o retorno pra podê ir tocando o negócio, não dá pra ir vendendo e vendendo, porque não tem como comprar material, porque é vendido a prazo, esse aí é que é o fator que tá... se tivesse um capital de giro.”</p>
7	<p>“Ah eu acho que tem bastante, no aspecto do ambiente ta bom mas pode melhorar mais ainda. Melhorar no sentido não bem do ambiente, mas ainda tem cooperado, que ainda tem toda essa falha, não que a gente não se reconheça a si próprio, mas a gente vê nos outro e pode vê na gente também, mas alguns ainda não caiu bem a ficha de que não é mais empregado. Cooperativado é a gente que é dono do negócio e que o trabalho tem que toca. Quanto ao que tem que melhora, tem muita coisa a fazer, é procurar produzi mais, mas também, mas também a dificuldade financeira, capital de giro que a gente não tem, mas ta se fabricando, ta se vendendo, se procurar mais recursos pra abrir um leque maior, procura um pra produzi mais também, conseguir melhorar mais, rendimento pra</p>

	<p>gente né, e a sobra financeira melhora. E outras coisas mais, que eu acho também, no sentido do cooperativismo, palestra sobre cooperativismo, é um assunto que a gente tá bastante alheio a isso aí. Informações de pessoas de fora a gente nunca teve. Aprofunda mais isso aí né? <i>E tu acha que os outros também gostariam?</i> Olha eu acho que tem. Talvez em alguns não esteja, essa vontade porque eles nunca ouviram falar também, se ouvissem uma palestra, eu acho que eles pensariam que isso é muito bom e importante. <i>Tu já conhecia uma cooperativa antes?</i> Não.</p>
	GERALCOOP:
8	<p>“A questão da formação das pessoas em relação do mundo cooperativista, as formas, as políticas, internas. Uma das questões mais importantes é esta questão da formação, porque a partir de que a pessoa, do cooperado, que tá dentro da fábrica trabalhando, ele tem uma consciência de realmente onde ele tá inserido, a partir disso, fica bem mais fácil de resolver vários outros problemas que vão surgindo ao longo dos tempos. Problemas do cotidiano, a partir de que ele tem um entendimento, um grande entendimento de onde ele tá inserido e da política, fica bem mais fácil de resolver os outros problemas e outros que vão surgindo.”</p>
9	<p>“Acho que é algumas ajuda de empresário. Uma melhoria pra nós. <i>Que tipo de ajuda?</i> Recursos! Recursos pra bota a empresa 100% e ir embora. <i>Tu fala assim de empresários, de ajuda de outras empresas?</i> É que a gente às vezes não tem condições de abastecer outras empresas, às vezes tem certos pedidos que tem que cancela,, porque não temo matéria-prima. Então a gente só pode trabalhar pra aquele pessoal que nós temos condições de abastecer. Que nem né... é o capital, capital de giro. Eu acho que tendo capital de giro, com essa cooperativa que nós temo hoje, eu acho que ela pode dá muito emprego aqui pra Guaíba. Pode dá muito emprego e ajuda muita família.”</p>
10	<p>“Ah, o que poderia melhorar na cooperativa? Tem tanta coisa... Mas o cooperativismo tem algumas coisas que.... eu sempre fui um cara que só trabalhou em empresas que não tinha chefia, não tinha assim, um cara que dissesse, não tu vai fazer isto, vais fazer aquilo..., não tinha! E eu acho isso aí ruim. E eu penso que na cooperativa, tinha que... é uma coisa tão difícil, de sistemas diferentes.” <i>Tu tá dizendo assim nos cargos de chefia, na hierarquia, é neste sentido que tu tá dizendo?</i> “É, ou se não, assim ó, faze mais... conversá com o pessoal, assim conscientiza mais o pessoal de tanto que precisa num setor todo mundo tem que pegá junto, por exemplo, aqui nós temos mulheres com 50</p>

	anos, num trabalho que eu penso que não pode ser pra uma pessoa desta idade, entendeu? E tem uma gurizada que de repente tá fazendo outra coisa que poderia ser aquela pessoa que poderia fazer. Penso que aí ninguém ia ser prejudicado. Mas isso aí é aquela coisa assim, sempre tem aqueles que se encolhem pra trabalha. Eu penso que isso poderia ser mudado.”
11	“Faz parte da situação financeira da empresa mesmo, prá melhorá a cooperativa teria mesmo que tê mais matéria-prima prá nós produzi mais. E eu acho que, muitas coisa que eu acho que devia melhorar é a situação financeira dela.”
12	“Olha, devia ser tipo cooperativa mesmo. Devia ter mais união. Mas isso aí de repente tá longe de acontece né? Talvez no mais pro futuro, outro tipo de cooperativa. Bem diferente do que, em comparação, a gente faz um curso de cooperativismo, depois vem pra dentro e não é bem assim. Porque às vezes a pessoa, pelo nível social das pessoa, não tem ainda a mesma compreensão do que é a cooperativa. Então talvez assim daqui uns anos talvez, tem que melhorar. Aliás o cooperativismo mesmo tem que melhorar em vários aspectos, até no próprio governo, pra dá mais um apoio, o próprio trabalhador tem mais incentivo pra trabalha na cooperativa.”
13	“Deveria melhorar os quadro. Quadro de pessoas que saibam trabalhá, produzam, pra ela cresce, porque pra que uns que entenda do serviço, saí pra coloca um que não entenda... pra nós é ruim.”
14	“Acho que a principal questão que deve melhorar, vai melhorar, é a questão da educação e da formação, quanto ao empreendimento cooperativo, pessoal ainda não tem esse entendimento, mas tá melhorando, em dois anos já melhorou bastante.”

PERGUNTA 18:

Você sente diferença entre ser trabalhador hoje na cooperativa, e ter sido trabalhador anteriormente numa outra empresa?

	COOPEREI:
1	"Não, não tem diferença. Pra mim é sempre a mesma coisa. Prá mim sempre foi pra trabalhar, meu negócio é trabalhar..."
2	"Olha eu pra te falá, eu nunca trabalhei em outra empresa, só trabalhei nesta aqui, então

	essa diferença eu não sei."
3	“Não o serviço em si todo ele é o mesmo né, mas só que hoje a gente trabalha mais livre, mais a vontade.”
4	“Agora na cooperativa, o que mudou e muda, é que as reponsabilidade são nossa. Somo nós que somo sócio, trabalhador, e temo que produzi, vende e pagá, pra não fica com dívida lá fora também né? É claro que se dé meio de sustento, tudo é lucro.”
5	“Claro que sim. (<i>Quais são as diferenças?</i>) Ah a diferença é que tu, ... veja bem cara, você sai a hora que qué, volta e vai, claro que tem que entrega (referindo-se ao resultado do trabalho). Por exemplo, ontem foi um dia que eu folguei, porque não tinha material pra mim, não tinha trabalho pra mim, os cara tinha que toca o forno, e tal. Eu tenho esses dia de folga aqui, às vezes eu folgo um dia por semana, um dia e meio, e assim vai. Ta bom. Pra nós aqui..., claro você é dependente daquilo que...patrão, depende da aplicação, não chega cinco minuto atrasado, você tem que cumpri com as tarefa né, então eu acho que é bom agora.”
6	“Eu acho que teria pelo sistema de trabalho. Numa outra empresa deve se mais rígido. Não é tão a vontade. Aqui o cara trabalha mais liberado. Eu vejo fala aí fora, o patrão ta em cima, porque que falto, e coisa, aí tu tem que produzi.”
7	“Noutra eu não sei porque só trabalhei nessa. <i>Mas pelo que tu conhece, pelo que tu sabe?</i> Eu acho que assim, como a gente trabalhava, hoje a gente ainda bate cartão, mas é diferente, não resta dúvida, a gente era empregado, era muito até, de certa forma até, confortável, bom bati meu cartão, trabalhei tantas horas, fui embora, se eu dei lucro se eu não dei, não sei né, se dei bastante, recebe no final mês... só que é aquilo ali, né? Mas também, claro tinha que trabalha, tinha motivação pra trabalha, sem motivação ninguém trabalha, mesmo que não seja da gente. Só que hoje é uma cooperativa, e eu acho que a motivação é bem maior de trabalha, de produzi mais pra melhora, e eu acho que a motivação do negócio sê da gente. É uma motivação e um grande desafio pra gente que certamente tem, e vai continua tendo dificuldade, mas é muito gratificante, a gente trabalha com aquela motivação com o que é da gente, procura enchergá um horizonte, procura busca as coisa, eu acho que isso aí, com certeza é uma motivação e faz a diferença de trabalha assim e sê de empregado. Se bem que eu não tenho queixa da minha vida de empregado, trabalhei a minha vida toda, mas eu acho assim que esta diferença, no meu ponto de vista é pra melhor.”

	GERALCOOP:
8	“Sim. Esta questão que eu já coloquei. A questão da cobrança, de um ambiente melhor de trabalho entendeu?”
9	“Não, eu acho que não. Quando muda é pra vagabundagem”.
10	“O que eu penso é que, por enquanto este trabalho aqui tá me quebrando um galho, tá muito longe daquilo que eu tenho condições de fazer, que eu fazia, do salário que eu gostaria de ganhar, mas isso aqui tá me ajudando muito né. Mas eu assim me sinto bem assim abaixo daquilo que eu sei que eu tenho condições, mas no momento é isso aí.”
11	“Sou o mesmo de antes.”
12	“É o mesmo trabalho. <i>Repito a pergunta.</i> Não!”
13	“Não continua igual.”
14	“Com certeza, foi aquilo que eu falei no começo. Melhorou bastante, porque tu sente mais realizado podendo colocar as tuas idéias, a tua vontade de criar novas coisas, na cooperativa isso é possível.”

PERGUNTA 19:

A sua vida fora da empresa sofreu alguma mudança? Seja pessoalmente, espiritualmente, educativamente, culturalmente, na família? Quais são as diferenças?

	COOPEREI:
1	"Não. Nenhuma."
2	"Ah culturalmente melhorou, assim tu aprendeu mais, tá dando mais valor a si mesmo. O outro é aquela história, se der deu, o patrão no fim do mês te dava o teu dinheiro, tu pegava e ia embora e tava bem. Hoje não tu já pensa diferente, eu chego em casa e vou pensar no dia de amanhã, o que tu pode fazer para melhorar. Neste sentido a modificação é pra melhor. Tá pensando numa coisa que é prá ti mesmo, que não é pra mim, mas pode ser pra outras gerações, pros meus netos, pros meus filhos que já tão aqui hoje."
3	“Não eu acho que neste sentido é o mesmo né, fora daqui tá tudo igual.”

4	<p>“É que agora, bem antes de fechar, eu me aposentei. Então tá, é claro que é uma melhora em vista de muitos colegas nosso que ainda não tão aposentado, porque por enquanto nós tamo conseguindo 240 real livre, no mês, salário mínimo, agora tem o INPS que é a Cooperativa que paga não nós, tem a cesta básica, a cesta básica foi descontado, e o almoço, tem tudo aí né.” <i>Então, tipo assim na tua vida pessoal, espiritual, educativa, cultural, na família, houve alguma alteração assim na tua vida, ou é só essa aí da tua aposentadoria?</i> Sabe de uma coisa, São Leopoldo anda uns anos pra cá, ... muito diferente de [19]76 quando eu vim prá cá. Tu dava um passo pra fora daqui da firma, tua arrumava emprego noutra firma. E São Leopoldo de uns anos pra cá quebrou muita empresa, tem muita gente na rua. A minha opinião, desse jeito, eu ando meio bagunçado de saúde, eu vô melhora. A minha opinião é nós batalha por isso aqui ó, pra nós daqui mais um tempo, emprega mais gente, mais gente com salário. Tem muita gente desempregada. Por isso aí, que eu tenho sempre a minha opinião e vai dá certo, se esse governo dé, vão dá apoio pra nós, nós pudemo adquirir cada vez mais.” <i>Tu fala em empregar mais gente. A idéia tua como cooperado, é que mais gente esteja trabalhando como empregado, ou como cooperado da cooperativa?</i> Provavelmente que fosse da cooperativa, provavelmente a pessoa que vim..., a idéia é como cooperado, porque o empregado não dá certo, tem que sê o cooperado. Empregado já muda bastante.”</p>
5	<p>“Não fora da empresa não. Até melhorou... Melhorou. Aquilo que era a gente tem que avança, e avança, os filhos crescem, agora eu já tenho filho grande, graças a Deus todos três trabalhando, só tenho uma filha com doze anos, estuda e tal né, eu acho que é bom.” <i>Então mudou lá fora, o fato de tua ta numa cooperativa hoje, a tua vida lá fora, pessoalmente...</i> É a gente não é dono de nada, a gente trabalha a gente paga aluguel e tudo né, agente tá batalhando por isso aí, pela melhora, claro que a gente qué melhora pra eles também, um pai qué vê seus filhos também num nível maravilhado, eu com essa idade, 52, eu tô batalhando prá que melhore mais ainda, quero chegá mais lá. Espiritualmente também, como você falou. Uma coisa muito importante, é o que as pessoas dizem: é mas materialmente... mais isso não importa. Dentro de si, dentro de si. Dentro de mim pra fora. Tem que haver lá de dentro pra fora é o seguinte; com Deus, eu tô bem tranqüilo, ele tem me abençoado e a gente pede em oração, a gente é luterano, a gente pede Deus ilumine isso aqui, porque eu acho que a gente tem tantos filhos, tantos menos que eu... sabe eu sô um cara aposentado, ganho pouco apesar de ... sou</p>

	<p>batalhador né, e acredito que eles também, e esses aí solteiro, e outros aí que tem filhos precisam entendeu? É uma batalha. Tem que trabalha. Ta às vezes não é todo o dia que ta feliz da vida, ah meu time perdeu, entendeu aquele negócio né, e fica chateado, e ah o Inter então não ta bem, o Grêmio pior, então assim vai aquela guerra. É bom vivê, é bom vive, espiritualmente é bom vive. Isso aí é uma batalha muito boa.” <i>Então por exemplo assim se tu tivesse continuado como empregado assalariado, talvez a tua vida lá pessoal ... Seria mais dificuldade. É tem que cuida muito, porque nem todos os patrão, eu não tenho nada contra, tanto o da Gedore, lá na Siderúrgica os empresário eram tudo muito bom pra mim, os sindicalistas trabalhavam junto com agente ... Tudo muito bom só que, hoje eu tenho que saí daqui desse portão e olha pro lado do Hospital, talvez eu saísse e não olhava né, porque é além sofrimento, salário muito, muito mas patrão nenhum paga bem, mas ele foram bom pra mim também, quantas vezes fui para o Hospital, eles me cuidaram bem daí e tudo. Quase igual, só que agora você já é independente, você já tem um grito de liberdade, eu sô eu, entendeu? Mas como eu te disse, espiritualmente, materialmente também claro, só que se eu quiser saí agora, eu largo aqui agora. Não vai fazer isso aqui agora? Bom mais eu sou livre, eu tenho compromisso aí fora, daqui a uma hora eu volto, to voltando. E lá não, lá tinha que dá mil e uma explicação, e alguém assina uma coisa qualquer pra eu saí. Aqui não, só aviso pra gurizada, eles dizem vai.”</i></p>
6	<p>“Ah teve, teve bastante. O negócio financeiro. Nós aqui não temo capital de giro, temos que sobrevive com as sobra que ta aí, que nem antes nós tinha o salário base, aquilo ali tu recebia todo mês, se chovendo ou não chovendo aquilo ali vinha,. Agora nós temos que batalha, encurta as venda diminui as nossas sobra. Um troço aí que dificultou bastante. Daí o sistema de vida já mudou, aí eu tenho que baixar...Se eu ia comprar aquilo já tenho que comprar outra coisa....É o cara esperava que cooperativa era outra coisa mas não, não é bem assim, o troço muda. Por que tu vive de sobra, se tu vai bem... Como eu te falei, o negócio é o capital de giro, se não tem, aí tem que levando, tipo uma bola de neve, até isso aí ficá grande vai demora, não é de um dia para o outro pensa que ta grandão de novo. Até engrena, vai sobrando um pouquinho hoje, um pouquinho amanhã.. por isso eu acho que vai longe até engrena mesmo o troço...”</p>
7	<p>“Não. <i>Repito a pergunta com o complemento.</i> Não, na família continuo com o mesmo apoio, da mulher e dos filho, na sociedade também. Não sei se mudou, e se mudou foi pra melhor, nada negativo. <i>Tudo que tu fazia lá fora antes, continua fazendo, não faz</i></p>

	<i>nada de novo? Não... mas claro que algumas coisa muda na gente. Tipo trabalha assim, a gente fica mais audacioso, fica mais encorajado, se solta mais, já enfrenta mais, não tem muito aquele receio. Quanto a isso melhorou,”</i>
	GERALCOOP:
8	<p>“Mudou. Eu era um trabalhador alienado, podemos dizer assim. Eu tinha um espírito meio revolucionário na empresa, até por isso acabei entrando no sindicato, e mudou bastante. Eu comecei a ter uma visão mais ampla, realmente do mundo em que a gente vive, da exclusão social em que a gente vive hoje, de ver o que uma cooperativa autêntica procura proporciona. Porque uma cooperativa autêntica, como é a nossa, posso te dar o exemplo; tem uma empresa tradicional, ela tem uma série de fatores nesta questão da admissão de pessoal né, que acaba excluindo. Então numa cooperativa, estas pessoas excluídas, digamos no mercado de trabalho são realmente as pessoas que a gente procura traz pra cooperativa. Exatamente por elas não terem uma outra alternativa de trabalho. Então isso é um exemplo.” <i>Então a tua vida lá fora passa a realizar coisas que antes tu não fazia...</i> “Exatamente por ta numa empresa e não ter uma oportunidade de fazer, porque a pessoa pode ter o nível de formação que ela teve, ela sempre vai ter a capacidade de aprender e desenvolver alguma coisa.”</p>
9	<p>“No começo quando eu entrei pra cá, eu sofri”. <i>Que tipo de mudança, pessoal?</i> “Pessoal”. <i>Educativo, na família?</i> “Isso, é! Na família”. <i>Mudou pra melhor ou pra pior?</i> “Pessoal foi pior”. <i>Um silêncio de alguns segundos neste momento, fizeram-me suspeitar fortemente que havia uma hipótese de que houve incompreensão da família quanto a formação da cooperativa a qual ele estava ajudando construir. E ele não estava a fim de entrar em detalhes. E fiz mais uma pergunta: Mas isso tu já superou?</i> “Não, não, tô superando... é.” <i>E essa mudança foi por causa da cooperativa?</i> “Não, não foi nada não.” <i>Coincidiu ...</i> “Eu acho que foi a convivência assim das pessoas... tem pessoas que não dá certo.” <i>Conclusão minha, deve ser mais um caso de separação, não por interferência da cooperativa.</i></p>
10	<i>Pergunta não realizada.</i>
11	“Igual. Nada mudou.”
12	“Olha, eu acho que não tem muita, também não pode haver comparação entre os problemas de casa pra cá, nem daqui pra lá. Na rua é bem diferente, se eu to aqui dentro

	com um tipo de pressão, não pode ser na rua também. Nem de lá pra cá.” <i>Refaço a pergunta.</i> Como eu sou um cristão, eu tenho já um tipo de mentalidade, pra procurar sempre te essa comunhão. Essa comunhão a pessoa tem que te, tem que te a comunhão de você com os outros, e as outras pessoa comigo também. Mechê meche um pouquinho, pó como é que eu tento fazer assim mas e os outros não fazem? Pra fora, daqui pra fora é meio difícil, de levar assim. Chega em casa e não tem preocupação, nem meus familiar não cobram muito, talvez cobra de outro aí, mas de mim não. Sou solteiro, então não tem muito...”
13	“Não. Nada mudou.”
14	“Cultural bastante. Ganhei bastante cultura assim neste tempo que eu to trabalhando aqui. Porque é uma coisa nova, é uma coisa que traz uma perspectiva de vida melhor, prá a gente, muda, relativamente muda.”

PERGUNTA 20:

Se você tivesse novamente uma oportunidade de trabalho como assalariado com carteira assinada, ganhando o mesmo que você ganha hoje, você largaria a cooperativa, ou continuaria nela?

COOPEREI	
1	"Largaria. Per que tem 13º, tem férias, aqui não se sabe nada. Esse mês tem que dá lucro, não se sabe nada, se tem lucro, se não tem. Não sei dizer certo isto né?"
2	"Olha, em primeiro lugar, eu sou aposentado, porque eu já trabalhei, já contribui, já me aposentei, hoje eu trabalhando, vamos dizer que se tivesse aquela necessidade, mas eu acho que dificilmente eu trocaria, em trabalhar como cooperado para trabalhar como assalariado, a não ser que fosse uma proposta muito vantajosa, mas ... senão eu ficaria como cooperado."
3	“Continuaria com ela.”
4	“Olha, já faz 27 anos que eu to aí, a casa da gente mais foi aqui. Teve essas mudança desses anos pra cá, eu até ates de inicia a cooperativa, tava fechada aí ó (se referindo a empresa que fechou), eu até tinha ido pro interior de Montenegro, trabalhar lá com o

	<p>pai, planta, eu ia trabalha lá com eles. Claro que o meu ramo tava sendo aqui, na cidade que a mulher trabalhava e tudo. Aí eu ... fecho a firma, mandaram me avisá, e eu sempre gostei, não sei se um dia me aparece outra coisa... (<i>Repito a pergunta</i>) Não eu acho que eu ficava na cooperativa. Pra o memo padrão, muda muito o esquema. Agente sabe com que ta trabalhando, esse é que é o lado”. <i>E você acha que a maioria das pessoas daqui da cooperativa pensa assim que nem tu?</i> “Agora pode te uns 5 %. Antes teve mais gente, mas agora de uns tempo prá cá mudô muito a opinião do pessoal, pessoal chegaram a achá que ... ah andô o pessoal andaram meio nervoso. Mas mudô.” <i>Tão meio desestimulado?</i> “Não pessoal agora ta em cima, ta produzindo, tocando. No ano passado teve uma fase aí que muita gente.. Agora mudo.” “Se tive alguém meio desanimado com a cooperativa é ... É a mesma coisa que nós disse uma vez pra aquele pessoal da Olha nem todos os dias são 100% pensando a mesma coisa. Pensando na cooperativa, tem os dia que tem uns 95 % pensando o bem da cooperativa e alguém pensando, é”</p>
5	<p>“Não de jeito nenhum largaria não, pelo amor de Deus, não largaria. Se tem alguém que diz pra ti que largaria... é cada um tem uma cabeça, todo mundo pode não ter dito o que eu disse, agora eu digo pra você que não. Jamais, jamais. Eu ganho muito pouco como aposentado mas eu tinha uma outra maneira de trabalhar, pegar minha moto, e trabalha aí fora e corre em qualquer lugar e mesmo eu sendo quase um analfabeto, tenho só até a quarta série mas eu tenho um padrinho aí fora que querem que eu trabalhe, mas com o mesmo salário que eu tenho aqui pelo mundo eu não trabalho. De jeito manera. Isso aqui a gente ta lutando pra cresce, a gente qué chegá lá. Ir junto e ajuda o outro, às vezes eu to ajudando tantas pessoas aí fora, to comprando material aqui. Ola pensa bem cara, por preço de custo da fábrica, to vendendo aí fora, ajudando meu pessoal aí fora, o pessoal ta comprando, a gente compartilha com todo esse pessoal aí da rua, ajudando, é bom. É uma solidariedade que você tem que dize eu to ajudando alguém. <i>Que tipo de pessoal na rua?</i> É meus parente, por exemplo os amigos, pode tira um jogo de panela pra mim, na loja eu fui lá tava 270, tu vê como é que pode, aí eu venho aqui, preço de custo, tu pode bota 10% em cima, mas eu não boto nada cara. Sai 130, olha o que os cara já ganharam lá, cento e poucos reais. Eles ficam louco de faceiro, isso não é só eu. É os outros companheiro ali, ajuda as pessoa. Mesmo que você bota em cima, 10%, 20 % eles tão ganhando um monte. Tem gente precisando de panela... Eu pro exemplo faço isso. Eu gosto de ajuda as pessoa. Ajudo em Porto Alegre uma Sra que cuida das criança</p>

	<p>aidéticas, agora não lembro bem no nome, mas eu to sempre ajudando.” <i>E antes tu pensava assim também? Ou tu ta tendo essa preocupação agora?</i> Não eu sempre tive. Desde o início de tudo, o princípio de tudo. Dia 6 de julho faz trinta anos que eu to em São Leopoldo.</p>
6	<p>“Eu acho que eu largaria pelo... como é que eu vô dizê, pela vantagens que tem. Aí numa firma tu tem médico, tem isso, tem aquilo, aqui tem que saí tudo de ti né. Tu tem que pagá o INPS, tem que pagá tudo, é tudo do cooperado, e numa firma tu tem médico, tem cesta básica, tem isso, tem aquilo, tem um mundaréu de coisa que a firma paga. E aqui sai de nós, nós somo o patrão, aí nós temo que bancá. <i>Mesmo tendo essas vantagens de ter mais liberdade... tu trocarias?</i> Tô batalhando por isso né. Tem mais vantagem, aqui a tua vantagem são só as tuas sobras, tu não tem direito de férias, 13°, não tem nada disso. <i>Tu ta aguardando uma oportunidade aí tu sai daqui?</i> To aí aguardando né, aqui todo mundo ta sabendo, vô ficando aí até... É que eu tenho uma profissão... mas é que agora eles querem grau de estudo, e isso aí ta me amarrando, só tenho o primeiro grau. Pela minha profissão de ferramenteiro, tem que ter o segundo grau. Faz mais de ano que eu to botando currículo aqui e outro lá, ficam de chama e não chamam, chamam pra uma entrevista, daí mandam aguarda. É isso aí é o fator da cooperativa, só tem a vantagem se tem uma cooperativa que gera bastante, tem bastante a ganha, mas indo assim que nem ta aí, devagar... <i>E aqui quais são as perspectivas?</i> É a tendência é que vai melhorar, mas é como eu te disse, é uma bola de neve, vai devagar, até... <i>Pode ser que demore?</i> Pode se não, eu acho vai... só se entrasse um capital de giro, que desse pra ti ir girando. Daí botava dinheiro, comprava material, porque pedido tem bastante, porque às vezes tem que ir segurando, porque tem que esperar retornar aquele dinheiro, do material que foi vendido e coisa, pra podê compra mais se não tem dinheiro.”</p>
7	<p>“Não, não largaria, continuaria, continuo com ela, sem dúvida. A idéia agora é, toca a cooperativa. Pra eu saí daqui agora, só se viesse acontece alguma coisa que eu viesse me desgostar muito, a gente não sabe o que vai acontece, a vida a Deus pertence.”</p>
	GERALCOOP:
8	<p>“Não. Continuaria na cooperativa.”</p>
9	<p>“Mesmo o que eu ganho hoje, no salário, eu acho que não largaria.”</p>

10	“Ganhando a mesma coisa eu ficaria aqui. Não porque o meu tempo de serviço tá correndo, e vai que isso aqui dá certo,”
11	“Aí seria um caso de pensar talvez se fosse para melhorar, até largaria, mas precisava melhorar, se fosse bem melhor.”
12	“Olha, eu ... Bom no estado em que a cooperativa se encontra hoje, há um pensamento, um pensamento que no estágio atual dela hoje, eu acho que sim, largaria.”
13	“A cooperativa eu não largaria assim por [...] mas se a gente conseguisse um trabalho com carteira assinada era melhor. Eu já sou aposentado, então eu pra mim ... Isso aqui é um trabalho cooperado mesmo, porque quando fechou aqui, nós tinha 600 empregado, então foi aberto, eu tinha conversado muito com o sindicato, eu participava das reuniões antes, então a gente sempre torceu pra isso. Eu queria que isso aqui funcionasse, um futuro pra todos. É essa parte.” Retomo um comentário que ele havia me feito antes, sem o gravador, dizendo: <i>Na cooperativa então, a única coisa que tu gostaria de mudar seria a direção, como tu me disse antes?</i> “É, se tivesse um cara que entendesse, tem muita gente eu acho que faz parte da burocracia, e eu acho que eles não entende. O salário mesmo, o pró-labore, uns ganha um absurdo que eu acho que isso aí foi errado. <i>A diferença entre uns que ganham muito e outros que...</i> “muitos ganham pouco. <i>Qual é que é a diferença?</i> São cinco faixas; 300, 800, 1000 e 1500. Então essa parte dos 1500, tinha muita gente. Porque eu acho que são todos iguais, todos produção. A cooperativa foi errado nesta parte.
14	“Não trocaria. Já recebi e não troquei. Já recebi proposta maior e não troquei.”

9.4 Respostas das Cooperativas a partir do Questionário 2:

9.4.1 COOPEREI:

II - DA COOPERATIVA:

Informações Gerais:

16	Razão Social	Cooperativa de Produção Cristóvão Reda Ltda						
17	Nome comercial (Fantasia)	COOPEREI						
18	Data de constituição	29/10/2002 - formação da Cooperativa - 15/01/2002 - Início Produção						
19	Endereço	Av. 8ª BC, nº 120	Município	São Leopoldo	UF	RS	CEP	93220-530
	Tel	592.1659 FAX: 598.5329	E-Mail	cooper@cooper.br				
	Diretoria:							

Informações sobre a Participação e a Administração/Finanças

20	Nº de Associados	50	Em 16/08/2001	48 (38 homens + 10 mulheres)	Hoje:	26 homens + 5 mulheres	
21	Nº de Empregados	0					
22	Tipo de Cooperativa	Produção	Trabalho	Serviço	Artifatos de alumínio		

Participação de Associados nas Assembleias

23	Qual é a frequência de Assembleias Gerais?	Não Realiza	Anual	Semestral	Trimestral	Trimestral	Mensal						
	Obs:	Ocorre somente duas, a segunda com maior participação											
24	Qual é a frequência das Reuniões dos Conselhos Administrativo/Fiscal?	Não Realiza	Anual	Semestral	Trimestral	Trimestral	Mensal						
	Obs:	No primeiro ano em mensal, no segundo ano só ocorreu uma reunião											
25	Como é a participação nas Reuniões dos Conselhos Administrativo/Fiscal?	até 10%	de 11 a 20%	de 21 a 50%	de 51 a 70%	de 71 a 90%	de 91 a 100%						
26	O Conselho Fiscal acompanha as reuniões do Conselho de Administração?	Não											
27	L. Conselho	(1) (2)											
28	Como se realiza a rotatividade dos Cargos Diretivos?	até 10%	de 11 a 20%	de 21 a 30%	de 31 a 40%	de 41 a 50%	mais 50%						
29	Quem realiza os acordos coletivos internos?	Presidência	Cons. Adm.	Assembleia									
30	A divulgação de Balanços é realizada?	Sempre	Nunca	às vezes	em reuniões								
31	A análise dos Balanços pelos Conselhos é realizada?	Sempre	Nunca	às vezes									
32	Há elaboração de Planejamentos Participativos (Adm/produção)?	Semestral	Trimestral	Semestral	Mensal	Quinzenal	Semestral						
33	Há divulgação dos Atos Administrativos junto aos associados?	Sempre	Nunca	às vezes									
	33.1) Como é feita a divulgação, através de que meios?	em reuniões											
34	Quem define as Retreças, as sobras?	Presidência	Cons. Adm.	Assembleia									
35	Sobre a remuneração/auxílio nos Cargos Diretivos	Remuneração	Auxílio	Não Tem									
36	Qual é a razão entre a maior e a menor rotatividade?	de 0 até 0	de 0 até 0	de 0 até 0	de 0 até 0	de 0 até 0	de 1 até 2						
	Obs:	Antes havia diferenciação estatutária, hoje não mais praticada											
37	Qual é o patrimônio líquido nos três últimos períodos fiscais?	2001	2002			2003 (previsto)							
38	Qual é o faturamento nos três últimos períodos fiscais?												
	Ano de 2001:	Não houve faturamento											
	Ano de 2002:	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
		Início 19/01	34.693	36.441	61.636	50.802	63.600	93.901	96.184	64.111	79.722	67.211	94.464
	Ano de 2003:	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
		03.633	71.447	30.000	76.915	87.603	82.927	77.184	91.115	91.097	87.922	95.169	96.762
39	Qual é o fluxo de caixa nos três últimos períodos fiscais?	2001	2002			2003 (previsto)							

Relações Externas de Parceria:

40	Recebeu algum apoio estatal, partiu ou de alguma feira, no passado ou no presente?	Sim	Não	Raramente			
40.1	Do governo Municipal?	Sim	Não	Raramente			
40.2	Que tipo de apoio?						
40.3	Do governo Estadual?	Sim	Não	Raramente			
40.4	Que tipo de apoio?	- material, em 05/2002 - R\$ 40.000,00					
40.5	Do governo Federal?	Sim	Não	Raramente			
40.6	Que tipo de apoio?	Aguarda resposta do pedido de empréstimo					
41	Algum apoio de ONGs?	Sim	Não	Raramente			
41.1	Que tipo de apoio?						
42	Algum apoio de outras Cooperativas e/ou Redes de Cooperação?	Sim	Não	Raramente			
42.1	Que tipo de apoio?	- participações em Feiras					
43	Algum apoio de instituições financeiras?	Sim	Não	Raramente			

Relações Sociais Internas:

44	Realizam confraternizações e atividades entre associados?	Sim	Não	Raramente	Realizaram até agora 2 por ano		
45	Qual é a participação dos associados noszs?	até 10%	de 10 a 20%	de 21 a 50%	de 50 a 70%	de 70 a 80%	de 80 a 100%
46	Qual é a participação dos familiares nas atividades?	até 10%	de 10 a 20%	de 21 a 50%	de 50 a 70%	de 70 a 80%	de 80 a 100%
47	Qual é a rotatividade dos associados na cooperativa?	até 10%	de 10 a 20%	de 21 a 30%	de 30 a 40%	de 40 a 50%	mais 50%

9.4.2 GERALCOOP:

9.4.3

II - DA COOPERATIVA:

Informações Gerais:

21	Razão Social	Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaiiba LTDA						
22	Nome comercial (Fantasia)	GERALCOOP						
23	Data de constituição	29 de Novembro de 2001						
24	Endereço	Av Santa Maria, 2000	Município	Guaiuba	U-	RS	CEP	92500-000
	Tel	(51) 491-6531/(51) 491-2279-6531		E-Mail	geralcoop@ere.coop.com.br			
	Direção:	www.geralcoop.com.br						

Informações sobre a Participação e a Administração/Finanças

25	Nº de Associados	170				
26	Nº de Empregados	4				
27	Tipo de Cooperativa:	Produção	Trabalho	Serviço		

Participação de Associados nas Assembléias

28	Qual é a frequência de Assembléias Gerais?	Não realiza	Anual	Semestral	Trimestral	Bimensal	Mensal	
	Obs:	Ocorrem somente duas a segunda com mais participação						
29	Qual é a frequência das Reuniões dos Conselhos Administrativo/Fiscal	Não realiza	Anual	Semestral	Trimestral	Bimensal	Mensal	
	Obs:	No primeiro ano da mensal, no segundo ano só ocorreu uma reunião						
30	Como é a participação nas Reuniões dos Conselhos Administrativo/Fiscal	até 10%	de 11 a 20%	de 21 a 30%	de 31 a 40%	de 41 a 50%	de 51 a 100%	
31	O Conselho Fiscal acompanha as reuniões do Conselho de Administração?	Não						
32	Consejo	II	I	I	I	I	(1) (2)	
33	Como se realiza a rotatividade dos Cargos Diretivos	Não ocorre	até 10%	de 11 a 20%	de 21 a 30%	de 31 a 40%	de 41 a 50%	mais de 50%
34	Quem realiza os acordos coletivos internos?	Presença	Cons Adm	Assembléia				
35	A divulgação de Balanços é realizada?	Sempre	Nunca	às vezes	em reuniões			
36	A análise dos Balanços pelos Conselhos é realizada?	Sempre	Nunca	às vezes				
37	Há elaboração de Planejamento Participativo (Adm/produção)?	Semestral	Trimestral	Bimensal	Mensal	Quinzenal	Semanal	
38	Há divulgação dos Atos Administrativos junto aos associados?	Sempre	Nunca	às vezes	Nas Assambleias			
38.1	Como é feita a divulgação, através de que meios?							
39	Quem recebe as Retiradas, as sobras?	Presença	Cons Adm	Assembléia				
40	Sobre a remuneração auxílio nos Cargos Diretivos	Remuneração	Auxílio	Não Tem				
41	Qual é a razão entre a maior e a menor retirada?	de 3 até 5	de 6 a 9	de 4 a 6	de 3 até 4	de 2 até 3	de 1 até 2	
42	Qual é o balanço líquido nos três últimos períodos fiscais?	2001	(Não Obteve)	2002	(Não Obteve)	2003 (projeção)	(Não Obteve)	
43	Qual é o balanço nos três últimos períodos fiscais?							
	Ano de 2001:	(Não Obteve)						
	Ano de 2002:	(Não Obteve)						
	Ano de 2003:	De 600 a 700 mil Reais I/As						
44	Qual é o fluxo de caixa nos três últimos períodos fiscais?	2001	(Não Obteve)	2002	(Não Obteve)	2003 (projeção)	(Não Obteve)	

Relações Externas de Parceria:

45	Recebeu algum apoio estatal, participou de alguma feira, no caseiro ou no presente?				
45.1	Do governo Municipal?	Sim	Não	Raramente	
45.2	Que tipo de apoio?	no início, no acionamento, alimentos, transportes, infra			
45.3	Do governo Estadual?	Sim	Não	Raramente	
45.4	Que tipo de apoio?	Financeiro, hoje não mais			
45.5	Do governo Federal?	Sim	Não	Raramente	
45.6	Que tipo de apoio?	Ajuda resposta do pedido ao BNDES			
46	Algum apoio de ONGs?	Sim	Não	Raramente	
46.1	Que tipo de apoio?	Com sindicatos, inclusive de outros Estados			
47	Algum apoio de outras Cooperativas e/ou Redes de Cooperação?	Sim	Não	Raramente	
47.1	Que tipo de apoio?	Financeira, internacional, OCCERGS, SESCOOP			
48	Algum apoio de instituições financeiras?	Sim	Não	Raramente	

Relações Sociais Internas:

49	Realizam confraternizações e atividades entre associados?	Sim	Não	Raramente		Realizam em 6 e ago a 2 por ano		
50	Qual é a participação dos associados nestas?	até 10%	de 10 a 30%	de 30 a 50%	de 50 a 70%	de 70 a 80%	de 80 a 100%	
51	Qual é a participação dos familiares nestas atividades?	até 10%	de 10 a 30%	de 30 a 50%	de 50 a 70%	de 70 a 80%	de 80 a 100%	1 vez
52	Qual é a rotatividade dos associados na cooperativa?	até 10%	de 10 a 20%	de 20 a 30%	de 30 a 40%	de 40 a 50%	mais de 50%	

9.5 Prospectos das Cooperativas

Alumínio Econômico



Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda.

Caneca polida c/alça de alumínio
Tamanhos: 08/10

Caneca polida c/alça de baquelite
Tamanhos: 12/14/16

Fervedor de leite polido c/tampa e c/c de baquelite
Tamanhos: 14/16/18

Passador lixado c/cabo de baquelite
Tamanhos: 18/20

Passador lixado c/pé de alumínio e alças de baquelite
Tamanhos: 24/26

Concha fosqueada c/cabo de baquelite
Tamanhos: 09/10

Escumadeira fosqueada c/cabo de baquelite
Tamanhos: 10

Sopeira polida s/tampa e alças de baquelite
Tamanhos: 26

Marmita redonda fosqueada c/cabo de alumínio
Tamanhos: 16

3. Linha Econômica

REF: 513

REF: 514

REF: 516

REF: 517

REF: 518

REF: 519

REF: 520

REF: 536

Aluminio Econômico



Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda.

Concha fosqueada

Tamanhos: 12/14/18

Escumadeira fosqueada

Tamanhos: 12/14/18



FORA DE LINHA

Bacia funda fosqueada

Tamanhos: 40/50



Tacho fosqueado c/alças de alumínio

Tamanhos: 35/40/45/50

Cafeteira fosqueada c/alça de baquelite

Tamanhos: 4,5



Assadeira fosqueada c/alças de alumínio

Tamanhos: 5/6/7

1. LINHA INDUSTRIAL

Aluminio Econômico



Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda.



REF: 603

Caçarola baixa polida c/alças

Tamanhos: 16/18/20/22/24/26

Caçarola baixa polida c/cabo

Tamanhos: 18/20



REF: 604



REF: 605

FORA DE LINHA

Chaleira polida

Tamanhos: 16



REF: 609



REF: 611

Frigideira polida com ou sem tampa

Tamanhos: 22

Fervedor polido c/tampa

Tamanhos: 16



REF: 614



REF: 1992

Pipoqueira polida

Tamanhos: 20

"GRILL" - Forma de grelhar

Tamanhos: 30



REF: 1995



REF: 1996

Sopeira polida com ou sem tampa

Tamanhos: 26

2. LUXO . 2.1 Linha Super Polida

Aluminio Econômico



Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda.



REF: 447

Chaleira polida c/arco de baquelite

Tamanhos: 14/16/18/20



REF: 415

Açucareiro polido c/alça de alumínio

Tamanhos: 10

Cafeteira polida cônica c/alça de baquelite

Tamanhos: 1,0/1,5/2,0/3,0 litros



REF: 449



REF: 504

Caçarola baixa polida c/alças de baquelite

Tamanhos: 16/18/20/22/24

FORA DE LINHA



REF: 505



REF: 506

Caldeirão bojudo c/alças de baquelite

POLIDOS

Tamanhos: 16/18/20/22/24

FOSQUEADOS

Tamanhos: 26/28/30

Caçarola baixa c/alças de baquelite

POLIDOS

Tamanhos: 14/16/18/20/22/24

FOSQUEADOS

Tamanhos: 26/28/30



REF: 508



REF: 511

Frigideira polida s/tampa c/cabo de baquelite

Tamanhos: 20/22/24

3. Linha Econômica

Aluminio Econômico



Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda.



REF.: 537

FORA DE LINHA

Forma de pudim polida

Tamanhos: 18/20/22



REF.: 554



REF.: 558

Passador para café

Tamanhos: 1

Bacia funda fosqueada

Tamanhos: 20/30



REF.: 560



REF.: 650

Forma de gás lixada c/alças de baquelite

Tamanhos: 25

Funil fosqueado

Tamanhos: 9/12



REF.: 740



REF.: 769

Balde fosqueado c/pé e alça de alumínio

Tamanhos: 10

3. Linha Econômica

Alumínio Econômico



Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda.



REF.: 415

Chaleira polida c/arco de baquelite

Tamanhos: 22/24



REF.: 503

Caçarola baixa fosqueada c/alças de alumínio

Tamanhos: 20/22/24/26/28/30/32/34/36/
38/40/42/44/46/48/52/56/60



REF.: 502

Caçarola alta fosqueada c/alças de alumínio

Tamanhos: 20/22/24/26/28/30/32/34/
36/38/40/42/44/46/48/60



REF.: 511

Frigideira fosqueada c/cabo de alumínio

Tamanhos: 26/30/38



REF.: 513

Caneca fosqueada c/alça de baquelite

Tamanhos: 18/20



REF.: 514

Fervedor de leite fosqueado

Tamanhos: 22



REF.: 517

Passador fosqueado c/pé e alças de alumínio

Tamanhos: 40

1. LINHA INDUSTRIAL

Aquecedores

Geral
COOP

**GARANTIA DE UM BANHO COM CONFORTO,
ECONOMIA E SEGURANÇA.**



**Geralcoop
a Gás Multigás**

80, 100, 120 e 150 Litros



**Geralcoop
Instantâneo**

06 e 10 Litros



**Geralcoop
Automático**

06 e 10 Litros



**Geralcoop
Elétrico**

100 Litros

Geral
COOP

Qualidade e inovação.

- ♦ **Alto Rendimento e Conforto**
- ♦ **Durabilidade e Economia**
- ♦ **Preservação do Meio Ambiente**
- ♦ **Rede Assistência Técnica**
- ♦ **Segurança**



Os aquecedores Geralcoop são fabricados com a mais avançada tecnologia. Com o objetivo de proporcionar conforto, durabilidade, economia e preservação do meio ambiente.

São equipados para garantir sua segurança. Possui acendimento automático.



Geral COOP

Qualidade e inovação.

RUA SANTA MARIA, 2000 - GUAÍBA - RS - CEP 92500000
 FONES: (51) 491- 6531 FAX: 491- 6438
 site: www.geralcoop.com.br - email: geralcoop@geralcoop.com.br

General COOP

Qualidade e inovação.



Fogões a Lenha



Nº 2 Luxo



1



2

- ◆ Acabamento esmaltado a fogo, inclusive no forno
- ◆ Guarnições niqueladas
- ◆ Cores modernas
- ◆ Saída da chaminé em cima e atrás
- ◆ Varão niquelado de proteção em três lados
- ◆ Tampa opcional

COOP



A Geralcoop - Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaíba Ltda. - é uma cooperativa onde a soma de esforços de inúmeras pessoas garante um produto com qualidade e inovação. Nosso empenho é pela busca constante de parcerias sólidas entre fornecedores, clientes e comunidade, jamais esquecendo da qualidade de vida dos associados.

Hoje, orgulhosamente, afirmamos que a Geralcoop é uma empresa que contribui para o desenvolvimento social e econômico de nosso país.

Ficha Técnica	Fl n° 1	Fl n° 2	Fl n° 2 Luxo
Comprimento (chapa)	80,0 cm	91,0 cm	91,0 cm
Largura (chapa)	50,0 cm	58,0 cm	58,0 cm
Diâmetro da chaminé	11,5 cm	11,5 cm	11,5 cm
Altura	71,5 cm	71,0 cm	80,0 cm
Peso	67,0 Kg	90,0 Kg	96,0 Kg

Dimensões do Forno			
Largura	25,0 cm	29,5 cm	29,5 cm
Altura	22,0 cm	22,0 cm	22,0 cm
Profundidade	38,5 cm	47,5 cm	47,2 cm

Disponíveis nas cores



Branco



Marrom



Bege



Floreado

Geral
COOP
Qualidade e inovação.

Rua Santa Maria, 2000 - CEP 92500-000 - Guaíba/RS
fones: (51) 491.6531/491.6428/491.6631
www.geralcoop.com.br
geralcoop@geralcoop.com.br

A Geralcoop fez uma panela com aquele sabor das coisas boas de antigamente. Mas fez isso sem abrir mão da avançada tecnologia de que dispõe. O resultado é uma linha de panelas de altíssima qualidade que oferece mais vantagens a quem cozinha. Consegue mais calor, possibilita um cozimento mais uniforme e dá um gostinho todo especial à comida. Não é por acaso que a linha de produtos Geralcoop está abrindo uma nova em sua cozinha.

As Panelas Geralcoop são mais saudáveis. O ferro passa da panela para os alimentos, suprimindo assim uma carência de ferro existente no organismo da maioria das pessoas. Isto significa maior resistência a algumas doenças bastante comuns.

A recomendação é do Centro de Hematologia de São Paulo e da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia.

As Panelas Geralcoop tem um sistema Panela-tampa, que eleva a pressão interna, gerando mais rapidez e qualidade no preparo dos alimentos.

mais saúde

1 - Panela E3 Capacidade: 2,5 litros Dimensões: 215x8x85 2 alças e tampa	2 - Caçarola E3 Capacidade: 2,3 litros Dimensões: 235x8x80 1 alça, cabo de madeira e tampa	3 - Panela C4 Capacidade: 4,4 litros Dimensões: 245x8x110 2 alças e tampa	4 - Caçarola C4 Capacidade: 4,4 litros Dimensões: 245x8x110 1 alça, cabo de madeira e tampa	5 - Frigideira B6 Capacidade: 1 litro Dimensões: 220x8x53 1 alça, cabo de madeira e tampa	6 - Panela A1 Capacidade: 1,9 litros Dimensões: 200x8x85 2 alças e tampa	7 - Bifeiteira Dimensões: 265x265 2 alças	8 - Panela B2 Capacidade: 2,3 litros Dimensões: 200x8x85 2 alças e tampa
--	--	---	---	---	--	--	--

receita.
especial

Ingredientes

- 1,2 kg de filé de garoupa
- 6 ovos cozidos
- 8 tomates bem maduros
- 1 vidro pequeno de leite de coco
- 6 cebolas médias
- 100 g de azeitonas verdes
- 100 g de azeitonas pretas
- Óleo
- Sal - temperos a gosto
- 1 molho de tempero verde
- Farinha de mandioca

Moqueca à Gaúcha

para 6 pessoas

Modo de Preparo

Partir os filés de peixe em pedacinhos médios e temperar a gosto, deixando descansar por 1/2 hora.
Cortar os tomates e as cebolas em rodellas bem fininhas.
Picar as ovos cozidos e o tempero verde e descongelar as azeitonas, partindo-as em pedacinhos pequenos. Colocar um pouquinho de óleo na cacinela e montar a moqueca: 1ª camada de peixe, 2ª camada de tomate e cebola, 3ª camada de azeitonas, ovos e tempero verde. Repetir as camadas, usando todos os ingredientes. Levar ao fogo brando e sem mexer, deixar cozinhar o peixe e formar um pouco de caldo.
Acrescentar o leite de coco e deixar ferver.
Para servir, retirar a moqueca para uma travessa e com o caldo que fica na cacinela, preparar um pirão de farinha de mandioca, que é servido para acompanhar.

Chapa de Ferro Fundido

especial
para fogão à lenha campeiro



Chapa Nº 3

Comprimento: 90 cm
Largura: 40 cm
Peso: 31 Kg

Chapa Nº 4

Comprimento: 102 cm
Largura: 67 cm
Peso: 37,7 Kg



Qualidade e inovação.

Rua Santa Maria, 2000 - CEP 92500-000 - Gratiha/RS
fones: (51) 491.6531 / 491.6428 / 491.6631
www.geralcoop.com.br
geralcoop@geralcoop.com.br



Panelas
de Ferro
Geralcoop



sabor
especial
- nos seus
alimentos



Qualidade e inovação.

BIBLIOGRAFIA

1. ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 8ª edição, São Paulo: Cortez; Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2002.
2. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
3. BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
4. BOGARDUS, Emory – *Princípios de Cooperação*. 1ª ed., Rio de Janeiro, RJ. Editora Lidador, 1964.
5. BRUS, Wlodzimierz. *O funcionamento de uma economia socialista*. In: HOBBSBAWM, Eric. *História do Marxismo, v.11 – O Marxismo Hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
6. COSTA, Sérgio. Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica da ANPOCS. Nº 43, p.3-25, 1º semestre de 1997.
7. CONSTITUIÇÃO DO BRASIL 1988. Rio de Janeiro, Bloch, 1988. 140 p.

8. DE MELLO, Alex Fiuza. Século XXI: Dilemas e Contradições do Capitalismo Global. In:-. Marx e a Globalização. São Paulo, Boitempo. 1999.
9. DRAIBE, Sônia & HENRIQUE, Wilnês. “Welfare State”, Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 3, nº 6, p.53-78, fev. 1988.
10. DRIMER & DRIMER – *LAS COOPERATIVAS- Fundamentos – História – Doctrina*. Buenos Aires – Argentina : Intercorcoop Editora Cooperativa Limitada. 1981.
11. DRIMER, Alicia K. & DRIMER, Bernardo – *Manual de Cooperativas*. Buenos Aires: Intercoop, 1977.
12. ECONOMIA SOLIDÁRIA, fundamento de uma globalização humanizadora. *Caderno Economia Popular Solidária, II Fórum Social Mundial*. Porto Alegre, janeiro 2002. p. 9-14
13. ENTOES. *Teses para um sindicalismo combativo, democrático e de massas*. Contribuição ao 1º encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) Porto Alegre, Julho de 1980.
14. ENGELS, F. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Global, 1984. 6ª ed.
15. FARIA, Aparecido. *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. 2ª edição, São Paulo: Anteag, 2000.
16. FRIGOTO, Gaudêncio. *O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional*. In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.
17. FERNANDES, Rubem César. O que é Terceiro Setor?

18. GAIGER, Luiz Inácio. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em ciências sociais Aplicadas da UNISINOS. Vol 37, n. 159, p.103-151, jul/dez 2001.
19. GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. Porto Alegre, 2002.
20. GALVÃO, Marisa Nunes. *Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho*. In: DAL RI, Neusa Maria, org. *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo, Arte & Ciência, 1999. cap. 5, p. 115-132.
21. GUILLEN, José Luis Herranz. Reflexões sobre uma teoria da cooperação – O cooperativismo como caso especial de cooperação organizada. *Revista de Estudos Cooperativos – Revesco*, Madrid, 1994 (60) – (Artigo resumido e adaptado por José O. Schneider)
22. GUILLERM, A. & BOURDET, Y. *Autogestão: Uma Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
23. GONZÁLEZ, Horácio – *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
24. HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
25. HOWART, Branko. *Socialismo Autogestionário: Origens e Evolução*. São Leopoldo: CECA, 1990, 90 p.
26. ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Economia solidária no sul do Brasil: características e perspectivas. Trabalho apresentado na 2ª Conferência da Work and Labour Network, Rio de Janeiro, 22-24/11/2002.

27. LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Elfos, 1989
28. MANNHEIM, K. *Sociologia Sistemática – Uma Introdução ao Estudo da Sociologia*. 2ª ed.; São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
29. MARTINS, A. *O Cooperativismo no Pensamento Marxista*. São Paulo: CONCRAB Cadernos das Experiências Históricas dos Trabalhadores, Julho, 2000.
30. MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. L. 1, V. 1
31. MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. L. 3, V.
32. MARX, K. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Ched Editorial, 1981.
33. MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Victor Civita, 1982.
34. MOTTA, Fernando C. P. *Burocracia e Autogestão: A proposta de Proudhon*. 1º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 170 P.
35. NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Autogestão: Participação dos Trabalhadores na Empresa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 397 p.
36. PERIUS, Vergílio F. *Cooperativismo e Lei*. São Leopoldo: Edit. Unisinos, 2001.
37. PROGRAMA de Economia Popular Solidária. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Julho de 2001.
38. PINHO, Diva Benevides. *Economia e Cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.
39. PINHO, Diva Benevides. *O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro*. São Paulo: Brascoop/CNPq, 1982. V.1. 272p.
40. PINHO, Diva Benevides. *O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004. 357p.

41. SANTOS, Boaventura de Souza (Org) Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
42. SCHNEIDER, José Odelso. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2ª. Edição - São Leopoldo: Unisinos, 1999. 496 p.
43. SINGER, Paul. Uma Utopia Militante. Petrópolis: Vozes, 1998. 182 p
44. SINGER, Paul & MACHADO, João. Economia Socialista. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000. 84 p.
45. SINGER, P. Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Ed Contexto. 2000
46. SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P & SOUZA, A. R. A economia solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, p.15, 2000.
47. SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.
48. SINGER, Paul & SOUZA, André R. (Org). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo : Contexto, 2000
49. SINGER, P. & MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.